

Educação Profissional
e Tecnológica Emancipatória:

Juventudes e Trabalho



Educação
e Trabalho

Educação Profissional
e Tecnológica Emancipatória:

Juventudes e Trabalho

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação profissional e tecnológica emancipatória :
juventudes e trabalho / Itaú Educação e
Trabalho. — São Paulo : Fundação Itaú para a
Educação e Cultura, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-86771-01-5

1. Aprendizagem 2. Educação profissional
3. Jovens — Trabalho I. Itaú Educação e Trabalho.

20-47444

CDD-370.113

Índices para catálogo sistemático:

1. Jovens : Educação profissional 370.113

Cíbele Maria Dias — Bibliotecária — CRB-8/9427

FUNDAÇÃO ITAÚ PARA EDUCAÇÃO E CULTURA

Conselho curador

Presidente

Alfredo Egydio Setubal

Vice-presidentes

Ana Lúcia de Mattos Barreto Villela
Maria Alice Setubal

Conselheiros

Claudia Polítanski
Danilo Santos Miranda
Eduardo Queiroz Tracanella
Heitor Sant'anna Martins
Osvaldo do Nascimento
Priscila Fonseca da Cruz
Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Rodolfo Villela Marino

Diretoria

Diretor-presidente

Fábio Colletti Barbosa

Diretor vice-presidente de Programas Sociais

Fábio Colletti Barbosa

Diretor vice-presidente de Projetos Culturais

Alfredo Egydio Setubal

Diretor vice-presidente administrativo e financeiro

Eduardo Mazzilli de Vassimon

Diretores

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Paulo Sergio Miron
Reginaldo José Camilo
Valéria Aparecida Marretto

*Agradecemos aos profissionais
da rede estadual de educação da
Paraíba que autorizaram a cessão
de imagens para esse livro.*

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO

Superintendente

Ana Inoue

Gerentes

Cacau Lopes da Silva
Carla Chiamareli
Diogo Jamra Tsukumo

Educação Profissional Tecnológica Emancipatória: Juventudes e Trabalho

Organização editorial

Carla Chiamareli

Coordenação técnica

Beatriz Lomonaco

Textos e edição

Fabiana Pereira e Solange Barreira

Revisão

Ana Maria Barbosa

Projeto gráfico e diagramação

Adesign

Agradecimentos

Alvaro Luiz Dias de Oliveira Filho,
Ana Júlia Vera de Andréa, Ângela
Valério, Daniel Barros, Darlon Lael de
Souza Gomes, Davi de Oliveira Santos,
Elisângela Fernandes, Fausto Augusto
Junior, Felipe Alcântara, Gabriel dos
Santos Sousa Gomes, Gabryelle Alves
da Silva Cabral, Geovanna Pinheiro
de Arruda, Igor Mendes de Moraes,
Jaqueline Pereira Vieira, Jocetele Isaltina
da Silveira dos Santos, Joelma Bomfim
da Cruz Campos, Josélia Silva Castro,
Keyla Silva Santos Medeiros, Maria de
Araujo Medeiros, Neurizete de Oliveira
Nascimento, Rafael Camelo, Rayssa
Alencar, Rivânia Andrade, Rodolfo Sena
da Penha, Rosângela Vargas Davel Pinto,
Sirley Damian de Medeiros, Sofia Pietra
Ribeiro Rodrigues, Vanessa Arruda,
Victoria Durello, Vitória Diva dos Santos

A Fernão Bracher (*in memoriam*),
que com força e suavidade
viabilizou este e outros projetos
para as juventudes do Brasil.

Sumário

Apresentação	7
Cap. 1 O trabalho do futuro e seus desafios	11
Potenciais e entraves no Brasil	15
Impactos nas relações trabalhistas.....	19
Efeitos da hiperglobalização	20
Oportunidades futuras e mundo do trabalho	23
Respostas da escola às demandas sociais.....	27
Atribuições de empresas e governos.....	29
Cap. 2 Percepções dos jovens sobre o mundo do trabalho.....	33
Família, escola e propósito	39
Saber, escola e trabalho	43
Entrada no mundo produtivo	45
Interferência da economia e da renda.....	49
Cap. 3 Perspectivas de formação para os jovens brasileiros	59
Funil do abandono, reprovação e baixa qualidade.....	61
Freio perverso da falta de formação juvenil	62
Curso superior restrito à minoria	65
Possibilidades de formação para o jovem.....	66
Panorama da EPT	70
Leque variado de itinerários formativos	74
Redes federais e estaduais e Sistema S	78
Programa de Aprendizagem Profissional	83
Cursos livres de curta duração	84
EPT como possibilidade real de futuro	85

Cap. 4 EPT como chance real de futuro e de projeto de país	89
Jovens como melhor aposta para o Brasil.....	92
Competências e habilidades para constantes mudanças.....	95
Expectativa do jovem sobre o ensino médio	98
Cooperação fundamental entre educação e setor produtivo.....	101
Evolução da oferta da EPT no Brasil	107
Uma proposta de EPT emancipatória.....	112
EPT emancipatória na construção do projeto de vida.....	121
Cap. 5 EPT no ensino médio: exemplos inspiradores e replicáveis	125
Esforços para identificar as profissões do futuro	127
Mapeamentos de secretarias confirmam que jovem quer EPT	128
Renovação e inovação curricular nos estados	129
Conexão de curso técnico com o de tecnólogo	132
Parcerias para aumento da oferta.....	133
Modelos variados de execução da política	134
Atuação com o setor produtivo	136
Escola e construção do projeto de vida.....	139
EJA integrada à EPT.....	142
EPT à distância para ampliar alcance.....	145
Ambiente acolhedor para engajar alunos.....	149
Considerações finais.....	152
Referências bibliográficas	155

Apresentação

Entre todos os desafios enfrentados pela educação brasileira, o segmento do ensino médio é, sem dúvida, o mais instigante. Além dos principais indicadores teimosamente estagnados ao longo da última década, a faixa de público atendida por essa etapa é estratégica para o país por ser um momento crucial na formação do indivíduo. Uma intervenção bem-sucedida nessa época da vida pode impactar positivamente o destino dos jovens e de toda a nação. Por sua importância, a juventude opera como um termômetro das tendências sociais e como um farol que aponta as rotas do futuro. O Brasil tem desperdiçado a criatividade, a inteligência, a visão e a força de mudança de grande parte dos jovens, ao não estabelecer uma política pública clara para eles.

Depositórios de nossos sonhos não realizados de um Brasil mais justo e menos desigual e preche de seus próprios anseios, os milhões de jovens do país se deparam com uma sociedade que deles muito exige, mas que pouco lhes oferece. A chegada à vida adulta e produtiva os confronta com uma realidade fluida, móvel, muitas vezes pobre de oportunidades e precária, na qual competências, habilidades e saberes antes valorizados mudam de modo rápido e inexorável.

A reforma do ensino médio, expressa na Lei nº 13.415/2017, promoveu alterações significativas na Lei de Diretrizes e Bases (nº 9.394/1996) em vigor anteriormente. Atualizada pela Resolução nº 3, de 22 de novembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, e pela Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, essa mudança na lei favorece o desenvolvimento integral dos jovens ao propor um ensino mais moderno que contempla a formulação de um projeto de vida, amplia a carga horária, incentiva a educação de tempo integral, permite que os jovens escolham diferentes itinerários formativos e leva a formação profissional para o currículo do ensino médio, dando ao jovem condições tanto para o prosseguimento de seus estudos, quanto para a inserção no mundo do trabalho.

Uma boa articulação entre os ensinos médio e técnico é uma ação eficaz e efetiva para que as aprendizagens ganhem sentido e sejam ampliadas pela possibilidade de colocar em relação conhecimentos de diferentes naturezas. Além disso, essa integração lança as bases para uma formação abrangente e permite uma inserção mais digna dos jovens no mundo produtivo, fundamental para o exercício consciente da cidadania.

O **Itaú Educação e Trabalho** tem orgulho de produzir a presente publicação, dando sequência às ações desenvolvidas até 2019 pelo Itaú BBA Educação e agora integrando a iniciativa da Fundação Itaú para Educação e Cultura. Desde o seu nascimento, o Itaú BBA desenvolveu ações sociais voltadas para a educação e a cultura e, a partir de 2006, focou suas iniciativas na melhoria da educação pública do Brasil, apoiando o desenvolvimento de políticas pelo poder público e somando forças com outras instituições de mesmo objetivo. Atualmente, tem seu foco central na formação dos jovens e na articulação da educação com o mundo do trabalho.

Esta publicação ambiciona sensibilizar educadores, formuladores e executores de políticas públicas e a sociedade em geral para a necessidade de rever o papel que a formação profissional e tecnológica tem para o país – um caminho necessário e promissor que precisa ser compreendido no cenário atual em que o impacto de fenômenos como a tecnologia, a globalização e a sustentabilidade, entre outros, exige uma formação mais ágil, capaz de processar atualizações constantes, mais bem estruturada e que atenda aos jovens na sua relação com o trabalho. A educação profissional e tecnológica, articulada ao ensino médio, ocupa um lugar central nesse contexto, e a ampliação da sua oferta com qualidade no país fortalecerá a formação do jovem para o pleno exercício da cidadania, sua inserção digna no mundo do trabalho contemporâneo e o seu desenvolvimento integral.

Neste livro, o leitor terá acesso ao conceito e à intenção de uma modalidade de ensino que precisa formar o estudante para um futuro em constante mudança e provocar o desejo de seguir aprendendo em

todas as etapas da vida. Os capítulos que se seguem buscam romper com a falsa oposição entre formação técnica e acadêmica. Falam de um caminho que integra educação e trabalho, formação técnica e acadêmica, ensino técnico de nível médio com ensino superior em torno do desenvolvimento profissional integral do jovem. Destacam tanto a necessidade de ampliação das possibilidades de inserção no mundo do trabalho, como de continuidade na formação profissional de cada um.

O capítulo 1 mostra os desafios e as mudanças globais do trabalho do futuro, que exigirão muito preparo e adaptação. O capítulo 2 ajuda-nos a pensar sobre caminhos e soluções a partir de evidências e da voz dos jovens, que ocupa aqui um lugar de destaque, pois a escuta de seus desejos e expectativas sobre o mundo do trabalho é, para nós, indispensável para nortear as políticas públicas do setor. O capítulo 3 traz um panorama do cenário educacional dos jovens e suas possibilidades de formação. O capítulo 4 apresenta uma proposta de formação profissional e técnica emancipatória para o jovem; e o capítulo 5 traz experiências concretas das redes estaduais que podem inspirar e motivar outros estados em seus processos de desenvolvimento do ensino médio com a oferta do itinerário de formação para o trabalho.

Por fim, esta obra é uma homenagem a Fernão Bracher, que, mais do que grande entusiasta da EPT, colocou seu coração e suas ideias a serviço de um horizonte à juventude do país. Sua preocupação era com a criação de políticas públicas que oferecessem um futuro digno aos jovens brasileiros. Inspirados por seu espírito visionário e transformador, nós, do **Itaú Educação e Trabalho**, compartilhamos nosso entusiasmo com os rumos que se abrem à educação dos jovens brasileiros – com certeza, uma grande e urgente prioridade nacional.

Boa leitura.

Ana Inoue

Superintendente do Itaú Educação e Trabalho

Outubro de 2020



Capítulo 1

O trabalho do futuro e seus desafios

Vozes similares à humana em ligações telefônicas com atendimento ao cliente por inteligência artificial já se tornaram algo corriqueiro em algumas empresas. O mecanismo substitui atividades rotineiras repetitivas, antes executadas por várias pessoas. Este é só um pequeno exemplo dos rumos do mundo do trabalho hoje e nos próximos anos, em um planeta interconectado, complexo, diverso, incerto e populoso, com 7,8 bilhões de habitantes em 2020 e projeção de 9,8 bilhões para 2050.

Ao menos quatro principais fenômenos em curso têm o potencial de modificar o trabalho no mundo: 1) inovações tecnológicas; 2) relações de trabalho; 3) globalização; 4) mudanças demográficas. Tais tendências afetarão a quantidade e a qualidade das ocupações disponíveis, a forma e por quem são desempenhadas. É o que aponta o estudo *Futuro do trabalho: grandes tendências e recomendações de política*, de 2019, realizado pela consultoria Plano CDE e Itaú BBA Educação.

Como avaliam os pesquisadores, esse trabalho futuro criará oportunidades, mas também trará desafios para a sociedade. O aspecto positivo é que trabalhos diferentes e mais produtivos surgirão com novas tecnologias e mercados; cidadãos terão mais poder de escolha sobre para quem trabalham, por quanto tempo, quando e onde; e o aumento dessa flexibilidade trará ocupações para grupos hoje sub-representados, como mulheres, trabalhadores mais velhos, pais ou mães solteiros e pessoas com deficiência.

Por outro lado, trabalhadores com baixa qualificação e que realizam tarefas rotineiras menos especializadas serão os mais afetados negativamente pela automatização, poderá haver acirramento das desigualdades entre trabalhadores e entre países, novas relações de trabalho não garantirão necessariamente a qualidade dos empregos, os entraves à expansão do setor industrial em países em desenvolvimento dificultarão o aumento da renda e a criação de empregos, e será necessário formar jovens com as habilidades exigidas pelas novas ocupações.

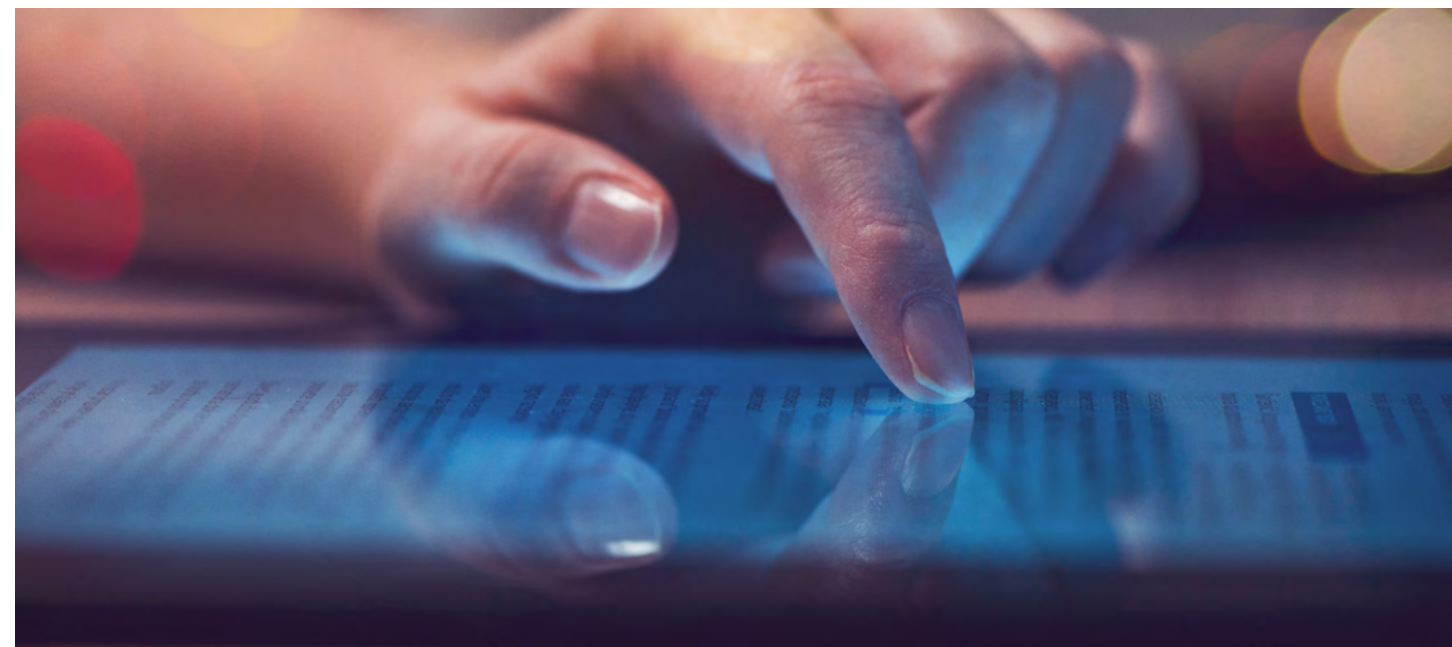
De acordo com o documento *O futuro do trabalho*, do Fórum Econômico Mundial, o planeta está muito próximo de uma quarta Revolução Industrial porque tecnologias de campos anteriormente desconectados estão se unindo, se impulsionando e se potencializando cada vez mais, como inteligência artificial, *machine learning* (aprendizado de máquina), robótica, nanotecnologia, impressão 3D, genética, biotecnologia. Essa junção de mecanismos altera processos de produção, cria novos produtos e serviços e diminui a participação humana.

Na indústria, têm crescido exponencialmente a automação, a robotização e a produção em fábricas com bastante independência do trabalho humano e combinadas com o uso de serviços em aplicativos, softwares, plataformas digitais e armazenamento de dados em massa. Essas modificações reduzem custos, aumentam a produtividade e impactam o mundo do trabalho: tecnologias criam e substituem ocupações, bem como alteram as habilidades necessárias

a novas funções, permitem mais flexibilização do trabalho e das relações trabalhistas e trazem impasses para a integração dos países nas cadeias globais de valor.

De um lado, o avanço tecnológico favorece a automação de tarefas manuais e rotineiras, exercidas por profissionais de média qualificação, porque essas são as mais fáceis de ser codificadas, reduzindo o número de empregos de habilidade e remuneração intermediárias; de outro, esse avanço complementa tarefas cognitivas e socioemocionais não rotineiras e voltadas para a inovação, tornando o trabalho nessas tarefas mais produtivo e criando empregos de habilidade e remuneração altas e baixas.

Como resultado da automação de muitas tarefas rotineiras e previsíveis em ocupações administrativas e de escritório, aqueles que têm qualificação média precisarão escolher entre se formar para aumentar sua qualificação, ou regredir para os postos de baixa qualificação e remuneração. A tendência atinge advogados, bancários, contadores, motoristas de veículos, mecânicos e caixas de lojas e supermercados, entre outros profissionais.



Na outra ponta, trabalhos que exigem análise, gestão, tomada de decisão, raciocínio abstrato, aprendizado, inovação e criatividade serão complementados pelas novas tecnologias, tornando o trabalho qualificado mais produtivo e aumentando a demanda das empresas por ele. Isto porque as tarefas cognitivas por ele requerida ainda possuem alto grau de complexidade e exigem habilidades de raciocínio de ordem superior.

O mesmo dar-se-á com as tarefas envolvendo interações socioemocionais, presentes em empregos pouco qualificados no setor de serviços, ou em cargos de gestão altamente qualificados, que exigem ter empatia com colegas ou clientes, inspirar funcionários, usar a intuição, ouvir e se comunicar de forma sutil, habilidades estas que máquinas e robôs não possuem.

Já os trabalhos manuais podem ou não ser automatizados conforme a sua natureza: colheitadeiras modernas fazem o trabalho mais rapidamente do que um agricultor, mas é difícil uma máquina substituir um cozinheiro na produção de refeições, pois a tarefa requer capacidade motora, raciocínio superior e a habilidade de lidar com imprevistos.

Baseado em uma análise da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o jornal francês *Le Monde* publicou em fevereiro de 2020 que 14% dos postos de trabalho atuais desaparecerão nos próximos quinze a vinte anos e que outros 32% sofrerão profundas transformações. Por outro lado, com o aumento da necessidade do cuidado com as pessoas (“a economia do cuidado”) e com o meio ambiente (“a economia de baixo carbono”), surgirão novos empregos para profissionais de saúde e para quem atuar com a diminuição das “pegadas” de carbono individual e coletiva.

Assim, de forma resumida, o cenário dos próximos anos deverá ser o seguinte: parte das ocupações administrativas e de escritórios são as mais prováveis de se tornarem redundantes e substituídas por algoritmos ou robôs – alguns serviços de contabilidade, por

exemplo, já estão sendo realizados hoje por plataformas on-line –, as ocupações de gestão e análise de dados se manterão importantes e, por fim, as novas especialidades relacionadas às tecnologias emergentes se tornarão essenciais.

Cerca de 36% dos empregos nos próximos anos exigirão a solução de problemas complexos, enquanto só 4% deles demandarão habilidades físicas. Já as habilidades sociais e processuais serão necessárias em 19% e 18% dos postos de trabalho, respectivamente, segundo o documento *O futuro do trabalho*.

O estudo *O futuro do trabalho na Europa: automação, transições da força de trabalho e mudança na geografia do emprego*, lançado em junho de 2020, pelo McKinsey Global Institute, reforça essa tendência. Em todo o continente europeu, ocupações para profissionais de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, de negócios, do mundo das leis e normas e de saúde devem crescer significativamente, ao passo que vagas de suporte a escritórios e trabalhos de produção podem diminuir. A mesma análise mostrou que, em 2030, cerca de 21 milhões de profissionais da Europa podem precisar transitar de uma ocupação em declínio para uma em alta, e até 40% dos europeus deverão estar morando em regiões com mercados de trabalho em declínio.

Potenciais e entraves no Brasil

No Brasil, boa parte da mão de obra encontra-se hoje em setores com elevado risco de automação, isto é, nos ramos de mais baixa produtividade do setor de serviços, e nos setores ligados à produção primária, como as commodities agrícolas (soja, trigo, milho, café etc.), e ainda tem pouco letramento digital, o que representa um enorme desafio de transição do país para o trabalho do futuro, em uma economia global cada vez mais agregadora de valores e mais regenerativa do que puramente extrativista como fora no século 20.

O dado positivo, apontado por diferentes levantamentos, é que profissionais brasileiros das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) terão chances de trabalhar em todos os setores econômicos, independentemente da especialidade. Isso porque haverá demanda por desenvolvimento de softwares e de hardwares que atendam às necessidades específicas de cada empresa, favorecendo assim analistas e cientistas de dados, desenvolvedores de programas, além de especialistas em tecnologia da informação ou big data, redes sociais e comércio digital. Essas demandas podem evoluir posteriormente para a programação de robôs, a ser usada por diferentes setores e até em serviços de entrega de produtos em veículos autônomos. Existe ainda a crescente necessidade de administração e de proteção de dados virtuais das organizações.

Quanto às ocupações que exigem análise e gestão, um exemplo de continuidade dessa demanda no futuro encontra-se no setor jurídico. Ainda que os algoritmos da inteligência artificial já estejam tomando mais decisões pelas pessoas, sempre serão necessários os profissionais da área do direito aptos a cuidarem dos aspectos éticos, morais e legais, quando acontecerem falhas ou danos a alguém, em transações virtuais ou presenciais.

O mesmo ocorre com o setor financeiro das corporações, cada vez mais estratégico diante das sucessivas crises econômicas. Em face do crescente compartilhamento de dados, haverá espaço também para novos profissionais responsáveis por curadorias ou por aconselhamentos sobre o melhor uso de determinado tipo de mídia, software, aplicativo, rede social e conteúdo.

Na indústria automobilística, segundo o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o trabalhador brasileiro precisará entender de programação e de softwares para lidar com a robótica e a internet das coisas, presentes na criação e na produção de veículos. O setor de transportes, por sua vez, demandará mais logística, com monitoramento de mercadorias em tempo real, escolha inteligente de rotas e gestão das

conexões intermodais (terrestre, marítima, aérea) para a circulação de mais itens.

O agronegócio, que representa uma parcela considerável do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, já vem sofrendo mudanças em decorrência da disseminação da tecnologia e automação, com reflexos na produção agropecuária e na agricultura familiar. No Brasil, atualmente, todo homem do campo não lida apenas com os conhecimentos tradicionais. Ele pode recorrer a conhecimentos de ponta, se tiver acesso aos serviços de apoio ao agricultor ou se estiver conectado à rede. Trata-se de uma mudança inexorável que criará novas e diferentes funções para o trabalhador rural, frente aos desafios de alimentação da população e da agroecologia.

Além disso, diversos setores, como o da saúde, também serão cada vez mais perpassados pela tecnologia – a telemedicina e as plataformas de atendimento psicológico remoto já demonstram isso com as consultas virtuais por câmera – e tendem a crescer e a se especializar, devido ao envelhecimento da população, que requererá cuidados específicos, e ao aumento da demanda por saúde psíquica, afetada em parte pelo hiperestímulo tecnológico e produtivo da contemporaneidade que causa transtornos como ansiedade e depressão em milhares de pessoas.

Análises da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) mostram oito megatendências mundiais de longo prazo que moldarão a indústria e a sociedade e que podem abrir boas oportunidades para as empresas brasileiras. São elas: intensificação da demanda por alimentos; aumento da demanda por energia; expansão do entretenimento e turismo; mudança no padrão de produção, com mais eficiência energética e menos emissão

A TECNOLOGIA ESTARÁ
CADA VEZ MAIS PRESENTE
EM DIFERENTES
PROFISSÕES, GERARÁ
DESAFIOS DE ADAPTAÇÃO
E CRIARÁ NOVAS
OPORTUNIDADES DE
ESPECIALIZAÇÃO.

de poluentes; urbanização e emergência das megacidades; infraestrutura moderna e competitiva; envelhecimento da população; e aumento das tensões geopolíticas com reflexos na indústria da segurança.

No mundo todo, em 2020, a pandemia da Covid-19 veio chacoalhar um planeta que já girava em rápida transformação, trazendo impactos significativos para as economias mundiais e, portanto, alterando relações de trabalho, mercados, transações comerciais nacionais e internacionais. Milhões de pessoas ao redor do globo perderam seus empregos ou sofreram quedas em seus rendimentos, o que já está implicando transformações de curto, médio e longo prazos em vários setores da economia, com impacto negativo sobre os jovens estudantes ou recém-formados que estavam prestes a se inserir no mundo produtivo.

Em meio a esse contexto, em 1º de julho de 2020, a União Europeia lançou estratégias para a educação e a formação profissional e recomendações ao seu Conselho para apoiar o emprego de jovens, com ênfase no desenvolvimento de suas competências. A Comissão Europeia criou a Agenda Europeia de Competências, que assegurará o direito à formação e à aprendizagem ao longo da vida, contribuindo para a qualificação e a requalificação profissional nos próximos cinco anos. Visa uma recuperação sustentável e resiliente da Europa após a pandemia, de acordo com as necessidades das empresas por trabalhadores com as habilidades exigidas pelas transições verde e digital.



Empresas, escolas, governos e sociedade precisarão proporcionar aos jovens uma formação ao longo de toda a vida.

Impactos nas relações trabalhistas

Nesse cenário complexo, as relações trabalhistas serão cada vez mais afetadas, na medida em que a tecnologia permitirá mais flexibilidade em tarefas, horas trabalhadas, horário e local de trabalho; terceirização de funções; contratos temporários com freelancers; divisão do trabalho em grupos menores de tarefas; presença de intermediários na cadeia produtiva; formas mais eficientes de combinar oferta e demanda de trabalho; colaboração remota por compartilhamento de arquivos e dados; avaliação dos colaboradores muito mais pelos resultados, e não pelo presenteísmo num local de trabalho.

Trabalhadores passarão a ter menos segurança de emprego e a administrar suas próprias atividades, num processo de autogestão, sendo remunerados pelos serviços realizados ou pelos bens providos, sejam em trabalhos em tempo parcial, por conta própria, ou em empregos informais. Em outras palavras, haverá menos cargos e mais prestação avulsa de serviços, menos empregadores únicos e mais contratantes diversos, mais especialização e menos ocupações generalistas.

Esse quadro alterará a tradicional relação empregador-empregado, bem como o que significa ser “empregado”. Exigirá novas legislações trabalhistas e de seguridade social que assegurem os direitos dos trabalhadores em um mercado bem heterogêneo, flexível e incerto que corre o risco de trazer mais precarização das condições de trabalho e mais informalidade com a “economia do ‘bico’”. Será necessário, portanto, reformular o atual paradigma fortemente baseado na relação única entre empregador e empregado, em que os direitos são ligados ao emprego, para que se tornem ligados ao indivíduo e, dessa forma, sejam transferíveis de uma ocupação a outra.

Um exemplo de mudança de relações de trabalho já pode ser observado na *platform economy* (economia de plataforma), em que trabalhos avulsos e periódicos são demandados de forma on-line,

como os serviços de entrega de refeições e produtos em domicílio, ou de transporte de pessoas, ou mesmo as ofertas de microtarefas remotas e curtas, de tecnologia ou mídias digitais, que exigem habilidades específicas, obtidas em diferentes tipos de certificações.

Se a economia de plataforma pode ser conveniente para jovens estudantes, pais solteiros e trabalhadores mais velhos, por conta da flexibilidade de horários e locais, ela também apresenta senões: trabalho realizado em pequenas tarefas e de forma irregular, levando esse público a ter múltiplos empregos, atuar por muitas horas e sob estresse; invasão de fronteiras entre horário de trabalho e tempo privado; falta de cobertura da seguridade social, podendo haver suspensão do trabalho ao sabor da vontade do contratante; e rendimentos menores devido à elevada competição.

Pelo exposto, a humanidade vive um momento histórico em que as relações econômicas, de produção e sociais são cada vez mais maleáveis, fluidas, frágeis e fugazes, como os líquidos, conforme apontou Zygmunt Bauman (1925-2017), sociólogo polonês, em seu conceito de “modernidade líquida”. Não à toa, filmes e séries ficcionais têm trazido à tona várias narrativas de um futuro inconstante, sombrio e fatalista, repleto de guerras com máquinas e miséria humana.

Efeitos da hiperglobalização

A globalização econômica e tecnológica já tem provocado alterações na distribuição global de atividades econômicas e de empregos porque possibilita que as corporações produzam em cadeias produtivas horizontais e globais, por meio da segmentação da produção. Com isso, a concepção do produto se inicia nos países mais industrializados e sua fabricação é terceirizada para países onde a mão de obra é mais barata. São exemplos os setores de confecção e eletrônico e os serviços de RH e call centers, em que um indiano pode prestar atendimento a um consumidor norte-americano e informá-lo

sobre a rota de seu produto nos Estados Unidos, mesmo estando na Ásia, a milhares de quilômetros de distância.

No entanto, essa tendência deve se modificar um pouco por causa das “fábricas digitalizadas”, praticamente independentes do trabalho humano, instaladas nos países desenvolvidos, fazendo com que o baixo custo de mão de obra deixe de ser o principal critério para a produção ocorrer nas nações mais pobres. Ou seja, na hora de decidirem onde alocar parte de sua produção e continuarem competitivas, as empresas passarão a considerar talento, habilidade, conhecimento, serviços, e não apenas o baixo custo do trabalho manufatureiro. Assim, a geografia global de produção e distribuição de produtos deverá ser híbrida, com a adoção, pelas corporações, de estratégias de abastecimento diversificadas próximas do seu mercado consumidor, esteja ele em países centrais ou periféricos.

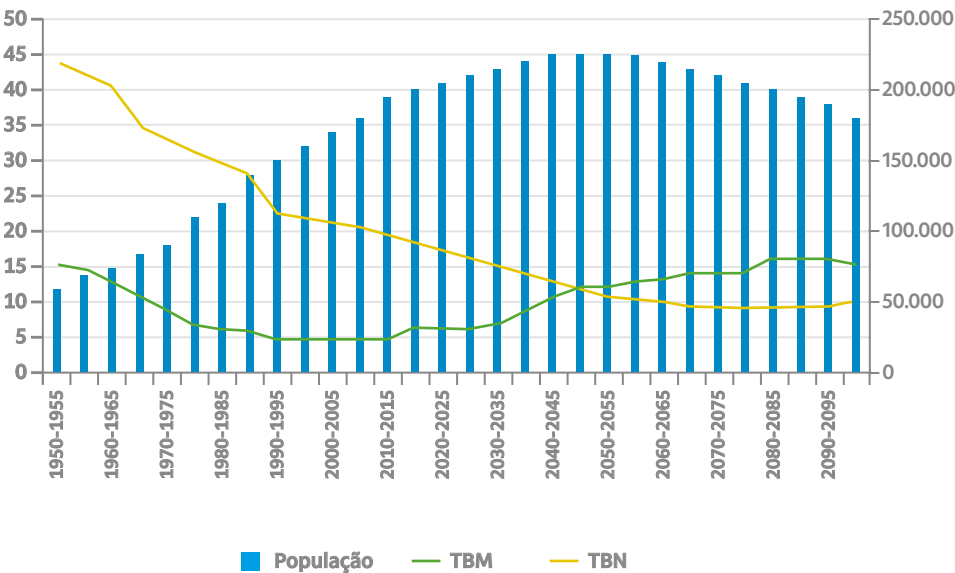
Uma tendência no comércio mundial que também está alterando a geração de emprego e renda é a “servicificação da economia”. Por meio dela, serviços de médio e alto valor agregado e tecnologicamente mais sofisticados compõem parcela crescente do valor adicionado aos produtos manufaturados e são comercializados de forma digital, ao passo que os serviços de baixo valor agregado continuam a ser providos localmente. Isso significa que a criação de um conjunto novo de serviços agrega valor a um produto às vezes muito simples.

Com isso, quase a totalidade do valor final de um celular fabricado na China, por exemplo, pode retornar para os Estados Unidos devido aos vários serviços embutidos nele, como remuneração pela elaboração de softwares, propriedade intelectual, marca, design, marketing. Tal tendência favorecerá o profissional que atuar com vendas on-line ou marketing digital de produtos ou serviços.

Quanto às mudanças demográficas, elas têm afetado e afetarão a oferta da força de trabalho, fazendo o mercado contar com mais participação de trabalhadores mais velhos, mulheres e migrantes.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), há uma tendência de envelhecimento populacional em todas as regiões do mundo, de aumento da longevidade e de declínio da fertilidade, o que deve elevar o número de trabalhadores ativos com mais de 50 anos de idade, assim como o de mulheres, atualmente concentradas em segmentos de menor qualidade e remuneração e acumulando tarefas não remuneradas no ambiente doméstico, relativas aos cuidados da casa e dos filhos.

BRASIL: POPULAÇÃO, TBM E TBN* — 1950-2100 (EM MIL)



Fonte: *Projeto Brasil 2035 – Cenários para o desenvolvimento*, 2017, p. 118.
* Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) e de Natalidade (TBN) no Brasil.

Ao mesmo tempo, existe um fluxo da força de trabalho entre países porque milhões de migrantes em idade produtiva têm buscado melhores perspectivas de emprego, inclusive no Brasil, fugindo de guerras, perseguições políticas e religiosas, fome ou pobreza, a exemplo de venezuelanos, haitianos, bolivianos, sírios e congoleses. Desse modo, conclui-se que o futuro que se apresentará aos jovens será de muita competição, e os menos qualificados enfrentarão, logo na partida, um encolhimento severo da oferta de trabalho ao acessarem suas primeiras ocupações, quadro este que pede políticas públicas intersetoriais específicas.

Por isso, criar oportunidades para as juventudes é uma questão mundial que compõe três metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 da Agenda 2030 das Nações Unidas, pelo qual o planeta deve “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”. Para que sejam de fato alcançadas, as metas pressupõem a garantia de direitos para os diferentes tipos de população.

Oportunidades futuras e mundo do trabalho

Aumentar a consciência da sociedade e projetar as próximas décadas ajudam-na a antecipar questões críticas e a tomar decisões que geram impacto positivo no amanhã. Alguns futuristas, profissionais que estudam o porvir, argumentam que a presença maciça de máquinas na realização de atividades produtivas pode abrir uma oportunidade nova para milhões de pessoas no mundo experimentarem o autoemprego e a autorrealização. Dessa forma, será possível atuar em trabalhos com mais significado, que façam mais sentido e que estejam mais ligados ao projeto de vida de cada indivíduo, tendo como motores a criatividade e a inovação.

Exemplos dessa rota inovadora são as novas economias – criativa, colaborativa, compartilhada, circular, ecológica, verde –, que englobam pequenos e médios negócios, como os da agroecologia, com alto potencial no Brasil. “Se não tivermos emprego, se a máquina irá trabalhar, pensar por nós e através de nós, em vez de tentar enfrentar o inexorável, por que não investir naquilo que nos liberta do relógio? Que sentido faz nos tornarmos mais tecnológicos e infelizes?”, questiona-se Rosa Alegria, do NEF (Núcleo de Estudos do Futuro) da PUC-SP e CEO do núcleo brasileiro do Projeto Millennium, rede de pesquisadores que analisam temas de impacto global.

Essa perspectiva otimista é a da libertação, pelas máquinas, das potencialidades humanas, hoje presas em rotinas manuais maçantes, para a exploração do novo. Essa visão, independentemente do futuro do trabalho, vai ao encontro do que já sempre esteve posto na função social do ensino médio e no ensino técnico brasileiros, pelo uso da tecnologia segundo esse olhar que possibilita explorar mais as potencialidades humanas e gerar mais valor para a vida dos jovens, com foco nos valores humano e ético.

De modo geral, em cada nação, os projetos de país pavimentarão ou não o caminho para um futuro mais positivo. Pela sua vasta biodiversidade, o Brasil apresenta, por exemplo, um potencial considerável para a bioeconomia ou economia sustentável. Esse modelo prioriza os recursos de base biológica (plantas, animais, microrganismos), renováveis e recicláveis, em substituição a recursos fósseis e não renováveis, e pode aperfeiçoar a agricultura na produção de alimentos, fibras, fármacos, biopesticidas, energia limpa etc., por meio de novos conhecimentos científicos e tecnológicos que fazem das commodities produtos com alto valor agregado. Abundantes aqui, os recursos naturais deverão ser cada vez mais alvo de disputas mundiais, notadamente a água potável, que já tem sofrido ameaças de rerrar por conta do desmatamento, das mudanças climáticas e do desperdício.

O Projeto Brasil 2035 – Cenários para o desenvolvimento, realizado em 2016 e 2017 por trinta instituições, com colaboração de aproximadamente 880 especialistas e coordenação do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e da Assecor (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento), procurou responder a seguinte pergunta: “Que caminho o Brasil poderá trilhar até 2035 para que tenhamos um país desenvolvido, com uma sociedade mais livre, justa e solidária em 2100?”. O trabalho identificou, até 2035, dezenove megatendências e dezessete incertezas-chave. Estas últimas sinalizam onde devem ser feitas as maiores apostas da nação, que conduzirão mais rapidamente à realização do futuro desejado.

Com base nesse material, foram construídos em seguida quatro cenários ou possibilidades de futuro distintas para o país: **1)** Vai levando; **2)** Novo pacto social; **3)** Crescer é o lema; **4)** Construção. Essas projeções representam o resultado da conjugação de dois eixos ortogonais: os aspectos sociais e os econômicos, essenciais ao desenvolvimento do país, onde se opõem retrocesso social versus desenvolvimento social, assim como economia tradicional versus economia inovadora.

Guardadas as diferenças entre os quatro cenários, observou-se em todos eles a necessidade de haver no país um sistema de planejamento robusto com prioridades claras e estratégias para conciliar políticas sociais e econômicas, além de alguns propulsores positivos de desenvolvimento como as TICs e a bioeconomia.

O uso com mais eficiência das competências essenciais do país foi outro alerta do estudo para o futuro: recursos naturais, matriz energética, costa extensa, abundância de rios, vasta biodiversidade, potencial agrícola e perfil do povo brasileiro, que é criativo, comunicativo, conectado e adaptativo. O futuro deverá ser tanto melhor quanto mais o Brasil conseguir resolver também suas desigualdades extremas que há décadas impedem parcelas da população de acessarem o processo produtivo formal. Os cenários resumidos e as incertezas-chave constam no quadro a seguir.

CENÁRIOS DO PROJETO BRASIL 2035

Vai levando – sociedade em conflito, fragmentada, polarizada, com cortes de recursos, sem planejamentos de longo prazo pelos governos, nem acordos mínimos (retrocesso social + economia tradicional).

Novo pacto social – pactuação das forças sociais, combate às desigualdades, fortalecimento de direitos, foco especial nas áreas de saúde e educação (desenvolvimento social + economia tradicional).

Crescer é o lema – crescimento econômico, ainda que concentrador de renda e riqueza, com emprego e mão de obra qualificada em alguns setores, adiamento de reformas necessárias e custos ambientais e sociais em segundo plano (retrocesso social + economia inovadora).

Construção – desenvolvimento socioambiental junto com economia mais inovadora, com sistema de planejamento que combina longo, médio e curto prazos e avanços institucionais e políticos mais robustos (desenvolvimento social + economia inovadora).

Incertezas-chave do Projeto Brasil 2035

1. O Brasil terá um sistema de planejamento consistente de curto, médio e longo prazos?
2. As taxas de juros vigentes no Brasil deixarão de estar entre as mais altas do mundo?
3. O Brasil terá um arranjo federativo mais cooperativo e eficiente?
4. O arcabouço tributário e normativo brasileiro contribuirá para um ambiente de negócio adequado e estável para as atividades produtivas?
5. Haverá segurança e resiliência no sistema energético brasileiro que garanta a oferta de energia necessária para o desenvolvimento do Brasil?
6. O Brasil ampliará a taxa de investimentos para patamares, em média, acima de 25% do PIB ?
7. Teremos um sistema de PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) que atenda às necessidades de desenvolvimento do Brasil?
8. O Brasil terá construído os fundamentos da educação de qualidade garantindo, inclusive, formação profissional adequada à demanda do setor produtivo?
9. Haverá no Brasil uma gestão sustentável dos recursos hídricos?
10. As desigualdades sociais e regionais continuarão diminuindo no Brasil?
11. Haverá infraestrutura urbana (saneamento, habitação, mobilidade) que assegure qualidade de vida nos grandes centros urbanos brasileiros?
12. O Brasil aproveitará as oportunidades políticas, econômicas e militares provenientes de um sistema internacional em transição de poder?
13. O setor de TICs proporcionará maior valor adicionado no país?
14. Haverá no Brasil, um ambiente propício ao investimento e ao desenvolvimento tecnológico nacional em bioeconomia?
15. O Brasil terá uma base industrial de defesa indutora do desenvolvimento?
16. O índice de vulnerabilidade juvenil se reduzirá em mais de 50% em relação aos patamares atuais nos estados brasileiros?
17. Teremos um sistema de logística (armazenagem, transporte e distribuição) que atenda às necessidades de desenvolvimento do Brasil?

Para a pioneira em futurismo no Brasil, Rosa Alegria, na “era das organizações exponenciais”, inovar, em um mundo de tantas incertezas, não é fazer projeções com base naquilo que já é conhecido e já aconteceu. Ao contrário, é antecipar o que ainda está por vir, com um planejamento prospectivo. Ou seja, em vez de olhar pelo retrovisor, a inovação requer olhar através da janela, para se buscar novos horizontes, ampliar a visão sobre a realidade, adentrar no território do desconhecido e tentar visualizar rotas mais criativas.

E, segundo ela, antecipar o futuro hoje é essencial, porque determina em grande parte o destino de um negócio ou um profissional, uma vez que permite o preparo prévio para o que vier a acontecer, evitando-se improvisos às pressas, por vezes insuficientes. Para a especialista, olhar para o futuro e ver o que é possível, plausível, provável e preferível fará toda a diferença para a vitalidade de um empreendimento ou organização. A tarefa é bem trabalhosa porque exige conjecturar o porvir, num contexto global em constante mudança, com cenários mutáveis, visão interdisciplinar, diferentes projeções de dados e fatos, diversas análises possíveis, múltiplos riscos e apostas feitas no escuro, em meio a muitas incertezas.

Respostas da escola às demandas sociais

As tendências do trabalho agora e nos próximos anos influenciam a escola. Fica claro que a educação profissional e tecnológica terá de formar os jovens para as habilidades gerais, as do mundo do trabalho e as técnicas. Juntos, esses três conjuntos de habilidades os prepararão para lidar da melhor forma possível com as novidades do mundo produtivo, com contínuas inovações tecnológicas globalizadas e com mais riscos e incertezas nas relações de trabalho.

A formação técnica terá de trabalhar a educação profissional e geral de forma integrada, porque é necessário ao aluno aprender as competências básicas ao mesmo tempo em que as demais são desenvolvidas. Ou seja, é essencial aprimorar tanto o conjunto de habilidades e conhecimentos

genéricos (como ler, escrever, realizar cálculos, resolver problemas, criar), utilizáveis em qualquer tarefa ou atividade econômica e que são transferíveis entre tarefas, setores, empresas, como também as habilidades e os conhecimentos que podem ser úteis em determinada tarefa ou área de atuação (como o conhecimento para operar uma tecnologia específica), além das também fundamentais habilidades humanas interpessoais, de relacionamento, ética, empatia, boa comunicação, participação colaborativa (*ler mais no capítulo 4*).

Esse contexto exige, portanto, uma escola mais dinâmica e mais conectada com o presente e o futuro, com articulação curricular e espaços para os alunos construírem sua autonomia, visão interdisciplinar e mentalidade adaptativa. Requer um ensino que ajude o jovem a compreender o mundo, a olhar para o todo e fazer conexões, a se antecipar aos acontecimentos e a influenciar e provocar mudanças na realidade. Como diz o educador catalão Jaume Carbonell, em seu livro *Uma escuela para mañana*, “a educação, como a poesia, é uma arma carregada de futuro”.

Assim, práticas pedagógicas inovadoras que têm a tecnologia como aliada podem contribuir para que a educação básica responda a essas novas demandas da sociedade. Elas compreendem trabalhos em equipe, dinâmicas em grupo, uso de jogos para promover a aprendizagem, utilização do pensamento computacional, robótica, realidade virtual e aumentada e inteligência artificial, emprego de espaços multimídia onde o jovem possa exercitar o conceito de “faça você mesmo”, criação, desenvolvimento e gerenciamento de produtos e novos negócios e ensino híbrido com atividades off e on-line.

Como, no futuro, uma pessoa trabalhará por muito mais tempo durante sua vida, e isso exigirá novas qualificações de forma periódica, pois, se não o fizer, será excluída do mundo do trabalho, as instituições de ensino como um todo também terão de se preparar para ofertar requalificação de habilidades à população economicamente ativa. Esse conceito, conhecido como aprendizagem ao longo da vida (do original em inglês *longlife*

learning), deixa claros a diminuição da importância de se ter um único título ou diploma e o aumento da relevância de várias qualificações específicas ao longo dos anos. Não menos importante será a relevância de uma pessoa trabalhar com o que faça sentido para ela, que a desafie e a desenvolva continuamente, dada a relevância do trabalho na vida de todos.

A necessidade de formação mais contínua imporá uma adaptação também às universidades brasileiras, moldadas pela tradição do bacharelismo e do diploma, ainda muito forte no país. Elas deverão oferecer uma gama variada de formações, incluindo mais cursos curtos à distância. Atualmente, entretanto, a maioria das instituições de nível superior no Brasil ainda não reconhece, de maneira específica, a formação técnica anterior ao bacharelado de quem cursou a educação profissional e tecnológica de nível médio. Tratam como iguais e com o mesmo conteúdo alunos da graduação com formações prévias distintas.

A crescente preocupação com as várias competências e talentos dos jovens, e não meramente com o conteúdo ou conhecimento que possuem, tem se tornado tão importante que algumas instituições brasileiras de ensino superior se anteciparam às exigências do mundo produtivo e já incorporaram, em seus vestibulares, dinâmicas presenciais com os candidatos para avaliar o aspecto comportamental: se eles se organizam em grupo, colaboram nos processos, interagem, fazem leituras de cenários, formulam perguntas, solucionam conflitos e demonstram criatividade e ética.

Atribuições de empresas e governos

As competências requeridas pelo trabalho do futuro (junção do saber prático com a formação geral básica e as habilidades gerais para o mundo laboral) impõem mudanças na organização interna e na forma de operar o trabalho nas empresas. Elas precisarão se readequar, revendo processos e estruturas e integrando a atuação humana à inteligência artificial e aos robôs. Esse investimento em adaptação e resiliência será indispensável à própria sobrevivência de alguns setores produtivos.

Para continuar competitivas, diminuindo custos e aumentando produtividade, e para inovar, as corporações deverão proporcionar cada vez mais a seus empregados ou colaboradores treinamentos continuados eficazes e suporte à transição tecnológica para que eles acompanhem e se ajustem às novas tecnologias que surgem velozmente e, dessa forma, possam trilhar novos caminhos na carreira.

Elas também precisarão estar mais próximas das escolas e das universidades para contribuir com a formação dos jovens que logo terão sua primeira oportunidade de trabalho, e as lideranças dentro das empresas terão de desempenhar um papel mais formativo na vida do profissional, lançando mão de mentorias que o apoiem e de atualizações técnicas periódicas que o requalifiquem e unam a teoria e a prática. Isso contribuirá inclusive para a retenção de mão de obra mais qualificada.

O desafio é tamanho que estudiosos lançaram no Fórum Econômico Mundial 2020 a meta de requalificar 1 bilhão de trabalhadores até 2030 e mencionaram como exemplo o Pledge to America's Workers (Compromisso com os Trabalhadores Norte-Americanos, em tradução livre), pelo qual mais de 430 empresas, associações comerciais e sindicatos dos Estados Unidos estão requalificando, junto com o governo, cerca de 16 milhões de trabalhadores norte-americanos de variados níveis de formação e idades.

Como se nota, as exigências da era do conhecimento esvaziaram a antiga possibilidade de treinamento pontual e tecnicista como algo suficiente para qualificar o pessoal das empresas. A constatação é preocupante no Brasil, onde ainda são poucos os cidadãos que têm uma preparação prévia para entrar no mundo do trabalho – só cerca de 15%, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) –, e a maioria acaba aprendendo apenas e tão somente ao trabalhar.

Por sua vez, os governos de diferentes níveis podem fornecer incentivos fiscais para as corporações que formarem força de trabalho e capacitarem jovens, ampliar os programas de qualificação e de empregabilidade juvenil, direcionar mais recursos e políticas para incluir os jovens que estão fora do

mundo do trabalho, estimulando-os e apoiando-os ativamente na busca por nova colocação profissional, e apoiar mais micro e pequenas empresas, que empregam milhares de brasileiros, startups e iniciativas inovadoras, alinhadas às novas economias.

Um novo mundo certamente está por vir.

✓ EM SÍNTESE

- A quantidade e a qualidade dos trabalhos, a forma como são realizados e por quem serão bastante alteradas nas próximas décadas devido a inovações tecnológicas, novas relações trabalhistas, globalização econômica e mudanças demográficas.
- O mundo do trabalho se tornará mais heterogêneo, flexível e competitivo, e profissões de nível intermediário, com tarefas rotineiras, como ocupações administrativas e de escritórios, tendem a ser as mais automatizadas.
- Trabalhos que exigem análise, gestão, tomada de decisão, raciocínio abstrato, aprendizado, inovação e criatividade deverão ter sua demanda elevada.
- Envelhecimento populacional, aumento da longevidade e queda da fertilidade aumentarão o número de trabalhadores mais velhos e de mulheres na força produtiva mundial.
- Profissionais que estudam o futuro avaliam que a libertação, pelas máquinas, das potencialidades humanas, hoje presas em rotinas manuais, colaborará para elevar o autoemprego, a autorrealização e a geração de mais valor para a vida das pessoas. Nessa esteira estão as “novas economias”.
- As TICs, a bioeconomia e o uso eficiente e estratégico de recursos naturais, matriz energética e potencial agrícola podem ser propulsores do desenvolvimento com trabalho e renda no Brasil, em um contexto de economia global mais regenerativa e sustentável.
- O trabalho do futuro exige uma formação que ajude o jovem a compreender o mundo, a olhar para o todo e fazer conexões, a se antecipar aos acontecimentos e a influenciar e provocar mudanças na realidade.
- Pela perspectiva da aprendizagem continuada, empresas e governos terão de ofertar treinamentos periódicos, apoio e suporte à transição tecnológica para que os trabalhadores se qualifiquem para as novas exigências do mundo do trabalho.



Capítulo 2

Percepções dos jovens sobre **o mundo do trabalho**

Desbravar o mundo, poder escolher, tentar, experimentar, realizar-se, fazer a diferença na sociedade, aprender em novos cursos, ocupar cargos executivos, salvar vidas. Essas são algumas das expectativas sobre o mundo do trabalho de jovens brasileiros entrevistados para a produção deste capítulo, que é pautado e povoado pelas falas deles.

Eles integram as muitas juventudes brasileiras, que, longe de serem homogêneas, compõem-se de estudantes, trabalhadores, desempregados, brancos, pretos, pardos, indígenas, quilombolas, ricos, pobres, moradores de zonas urbanas e rurais. Isto posto, aquilo que os jovens pensam e esperam da vida profissional pode variar bastante, devido a muitos fatores, como o lugar onde vivem, estudam ou trabalham, a estrutura familiar, os professores, a idade, a condição socioeconômica, o nível de escolaridade, o acesso a bens culturais, os interesses pessoais, a religião.



No Brasil, a juventude compreende o intervalo dos 15 aos 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude, dividindo-se entre os adolescentes jovens (entre 15 e 17 anos), os jovensjovens (entre 18 e 24 anos) e os jovens adultos (entre 25 e 29 anos). Observando-se o período de 1980 a 2050, pelas projeções populacionais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil registrou, de meados da década de 2000 até meados da de 2020, o maior número de jovens de 15 a 29 anos que já teve e que provavelmente jamais voltará a ter. Esse platô demográfico de vinte anos de duração trouxe e ainda está trazendo ao país uma volumosa força produtiva.

A ideia de juventude está associada à idade, mas ela é, sobretudo, histórica e social. Significa um período de formação, construção da identidade, experimentações, descobertas, escolhas, hesitações, esperanças, em que grandes certezas podem conviver com mudanças repentinas de planos. Em geral é quando se deseja colocar a voz e a marca no mundo e se contesta o status quo. Assim o fizeram os secundaristas paulistas em 2015, ao ocuparem, com suas propostas e atividades, escolas públicas estaduais que seriam fechadas e ocasionariam a transferência de milhares de alunos, bem como os milhões de jovens de diferentes raças que foram às ruas em 2020 em protestos antirracistas e antifascistas em vários países.

Um brasileiro que nasceu em torno do ano 2000 enquadra-se na chamada geração Z. Cresceu em um mundo digital e tecnológico, com muito mais acesso a informações que as gerações anteriores, está habituado ao uso das redes sociais, utiliza o celular para se conectar com o mundo, reconhece novas profissões exclusivamente virtuais, como a de influenciador digital, nutre relações interpessoais mais horizontais e colaborativas e menos hierárquicas e aprende em rede.

Essa geração sucede a Y, dos nascidos no fim do século 20, que ainda viveram a transição para o mundo hiperconectado e superglobalizado e que assistiram ao avanço de direitos sociais no Brasil após a redemocratização. A geração Z também lida com questões contemporâneas, como

mudanças climáticas, consumo sustentável, proteção aos animais, veganismo, empreendedorismo, garantia de direitos já existentes diante de ondas conservadoras na política, assim como crises econômicas e sanitárias globais.

POPULAÇÃO DE JOVENS NO BRASIL, POR IDADE, EM 2019

Idade	N° Pessoas
15	3.101.092
16	3.129.470
17	3.178.755
18	3.304.134
19	3.366.013
20	3.445.207
21	3.492.711
22	3.491.711
23	3.459.375
24	3.430.849
25	3.397.885
26	3.379.279
27	3.387.554
28	3.411.860
29	3.428.326

Fonte: IBGE, 2018. *Projeções da população do Brasil e unidades da federação por sexo e idade simples: 2010-2060.*

Seja qual for o jovem em questão, nessa etapa da vida os professores e os familiares têm bastante influência na sua concepção de futuro, podendo tanto encorajá-lo em suas escolhas, como alertá-lo sobre os possíveis percalços da trajetória. São comuns os relatos de pais e de educadores sobre descompassos entre o que o jovem deseja, em suas idealizações, e o que é verdadeiramente realizável no mundo do trabalho e na vida adulta.



Diante disso, a escola, sobretudo a pública, onde estão concentradas mais de 80% das matrículas brasileiras, desempenha papel fundamental de socialização quando apresenta um campo de possibilidades ao jovem, ou seja, os diversos horizontes e referências que incluem não só a tradicional ocupação em empresas, em regime de CLT, mas também os demais caminhos de carreiras, em órgãos públicos, ou no mundo acadêmico e científico, ou na vida política, ou no empreendedorismo, entre outras possibilidades. Desse modo, a escola imprime novos sentidos e rumos ao que o jovem pretende a princípio para seu futuro. Afinal, o próprio início da vida produtiva já pode ocorrer de diversas formas – como aprendiz a partir dos 14 anos, como estagiário ou assistente aos 16, ou como técnico, servidor público, microempreendedor individual, autônomo, trainee aos 18 anos.

A escola deve mostrar ao jovem o vasto campo de possibilidades do mundo do trabalho, dando-lhe horizontes e referências.



CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS NO BRASIL. POPULAÇÃO (MILHÕES DE PESSOAS)

	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos
Homens	4,897	11,385	7,236	23,518
Mulheres	4,624	11,063	7,674	23,361
Branços	3,533	8,685	6,069	18,287
Pretos ou pardos	5,915	13,563	8,684	28,162
Ocupados e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional	1,095	3,747	1,827	6,669
Ocupados e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional	0,243	7,890	8,547	16,680
Não ocupados e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional	7,502	4,866	0,820	13,188
Não ocupados e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional	0,682	5,944	3,716	10,342
Com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional	-	-	-	9,945
Com ensino médio completo ou superior incompleto que não frequentam escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional	-	-	-	13,810

Fonte: IBGE, 2020. PNAD Contínua Anual 2019 (Educação).

A crescente importância da juventude no país nos últimos anos se reflete nas muitas pesquisas e estudos, de diferentes fontes, consultados para a produção deste capítulo. Numa escuta a 132 mil alunos e ex-alunos, de 13 a 21 anos, de todos os estados, sobre em que momento mais gostariam de receber orientações e ajuda para descobrir suas vocações e sonhos e fazer escolhas de vida, a opção mais selecionada foi nas aulas normais (27%), seguida por aulas semanais especiais (19%), reforçando a importância da escola. As respostas constam na pesquisa *Nossa escola em (re)construção*, de 2016, realizada pelo Porvir, programa do Instituto Inspirare, em parceria com a Rede Conhecimento Social.

Gabryelle Alves da Silva Cabral, de 18 anos, que se formou em Bayeux (PB) no ensino médio integrado ao técnico, conta que foi se descobrindo com a ajuda dos educadores. *“Comecei querendo mecânica industrial, mas, ao saber das possibilidades de design de móveis, me encantei. Esse curso me mostrou um mar de descobertas. Na escola descobri o teatro e o voluntariado, venci a timidez, evolui, aprendi a criar coisas com minhas próprias mãos. Agora estou estudando para prestar direito, porque quero atuar na área criminal ou ser policial federal. No futuro quero estar realizada e fazer a diferença na minha vida e na dos outros.”*

Darlon Lael de Souza Gomes, de 18 anos, egresso do ensino médio integrado ao técnico, em Cajazeiras, no sertão paraibano, optou por técnico em informática, tanto porque já gostava do tema, quanto por entender que a área é transversal em diferentes ocupações. *“Aprendi a fazer manutenção em máquinas e a mexer com programas e, no estágio na livraria, cuidei de computadores, do site e do sistema da loja. Coloquei em prática o que tive no técnico e aprendi a trabalhar de verdade”,* relata o graduando de história na UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), que tem muitos planos futuros: *“Talvez eu vá ensinar, ou experimente a área de relações internacionais, ou atue em multinacionais”.*

O desejo e a necessidade de mudanças no ensino médio, assim como a abertura para trocar os componentes das áreas de conhecimento por conteúdos técnicos específicos, apareceram em 2016 em uma pesquisa

com 1.551 jovens brasileiros de 15 a 19 anos, chamada *Repensar o ensino* médio, de iniciativa do movimento Todos Pela Educação, com realização pela Multifocus e apoio do Itaú BBA e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Do total de estudantes, cerca de 77% aceitariam a substituição de um terço das matérias do ensino médio por disciplinas técnicas eletivas, desde que a carga horária da etapa fosse de cinco horas. Na mesma pesquisa, os atributos do professor do ensino médio com os quais os alunos se mostraram menos satisfeitos foram: fazer uso de tecnologia em sala de aula, promover visitas culturais e criar projetos interdisciplinares – o que apontou uma desconexão da escola com o mundo atual e com os anseios dos estudantes.

Família, escola e propósito

A principal influência para os jovens são seus núcleos de contatos mais próximos – escola/faculdade, família e professores –, como indica a pesquisa *Juventudes e conexões*, realizada em 2019 pela Fundação Telefônica, em parceria com a Rede Conhecimento Social e Ibope Inteligência. O estudo procurou entender como jovens brasileiros se relacionam com a internet, as tecnologias digitais e as várias formas de conexão, com foco nas áreas de educação, empreendedorismo, comportamento e participação social.

Para 60% de um total de 1.440 jovens de 15 a 29 anos, de todas as regiões do país e de todas as classes sociais, a escola e a faculdade são suas principais referências, principalmente para o aprendizado, e para 56% elas são as instituições mais importantes para a formação de suas identidades.

Como conta o secundarista paraibano Alvaro Luiz Dias de Oliveira Filho, de 17 anos, a escola *“me resgatou e me deu um sentido”.* Ela significa *“uma oportunidade, uma chance de estudar e de virar um*

cidadão”. A também paraibana Keyla Silva Santos Medeiros, de 15 anos, vai mais longe: *“A escola é a minha casa. Eu me sinto poderosa e feliz e vejo ali o meu futuro. Sem ela, não sou nada”*.

A família, onde os saberes comuns são concebidos e repassados, é essencial para os jovens decidirem quem são (49%) e para fazerem parte da sociedade (43%), ao passo que professores são importantes como referência para aprenderem (61%), participarem da sociedade (40%), empreenderem (45%) e decidirem quem querem ser (45%). Amigos e colegas ficaram sempre em terceiro lugar, como as pessoas mais importantes para os jovens aprenderem, participarem da sociedade, empreenderem e decidirem quem querem ser.

O desejo por melhores oportunidades profissionais ou educacionais aparece na pesquisa *Juventudes e conexões* quando os jovens usam a internet como canal para obtenção de conteúdos de aprendizagem:

- dos respondentes, 98% fizeram buscas variadas de capacitação e trabalho;
- foram bastante comuns (82%), por mais de três ocasiões na semana, pesquisas em tutoriais de informações sobre como fazer coisas diversas;
- com frequência de mais de duas vezes por semana, a busca de informações sobre cursos foi realizada por 78% dos jovens; acesso a conteúdos educativos, por 73%; pesquisa sobre capacitação profissional, por 70%; e procura de trabalho ou emprego, por 65%.
- para a maioria, a internet não substitui o estudo presencial, mas o complementa. Os jovens também sentem que precisam de orientações dos docentes sobre como e o que estudar on-line.

Com relação ao mundo do trabalho, estão bastante preocupados com as mudanças no mercado e as profissões do futuro (54%) e concordam

totalmente que é importante que o trabalho esteja alinhado com os seus propósitos de vida (56%). Ou seja, ainda que haja preocupação com o futuro profissional, os jovens têm a expectativa de poderem atuar de acordo com seus valores. Isso está expresso na visão do mato-grossense do sul Felipe Alcântara, de 17 anos, aluno do 3º ano do ensino médio integrado ao técnico em serviços jurídicos. *“Penso muito no próximo, tenho empatia e sei que um advogado trabalhista é muito caro. Por isso, quando for advogado, quero ajudar aqueles que não podem pagar cobrando um pouco mais barato”*, relata.

Há entre eles uma vontade de empreender, porque, se pudessem escolher, no futuro profissional teriam um negócio próprio (64%), mas não agora, só a médio ou longo prazo, com mais conhecimento, principalmente para ampliar a renda individual e para colocar os sonhos em prática. O dado da pesquisa mostra que os jovens veem no ato de abrir um negócio uma chance de aliar lucro e propósito, trabalho e projeto de vida. Uma das participantes da pesquisa ressalta essa percepção: *“Embora eu não tenha sido provocada e estimulada a empreender, cresci ouvindo que trabalho é uma coisa e felicidade é outra. E eu falei ‘não quero, quero ter propósito no que faço’”*.

Ao mesmo tempo, se 51% já se consideram empreendedores, outros 20% dizem que não o são e 30% não sabem responder, isto significa que existe espaço para ampliar o conhecimento da juventude sobre o empreendedorismo. *“A periferia já empreende diariamente, principalmente por não ter acesso a empregos formais. Os jovens não reconhecem que fazer os ‘corres’ se chama empreendedorismo”*, relata um dos entrevistados. *“A gente é formado para obedecer e não empreender”*, completa outro.

MUITOS JOVENS SÃO
BASTANTE INFLUEN-
CIADOS PELA FAMÍLIA E
PROFESSORES, QUEREM SE
QUALIFICAR PARA A VIDA
PRODUTIVA E ALMEJAM
UM TRABALHO QUE
RESPEITE SEUS VALORES
E PROPÓSITOS.

Com relação ao propósito na carreira, em 2015 a pesquisa *Jovens e o sentido do trabalho*, da plataforma de carreiras 99Jobs e da Oficina da Estratégia com 1.625 jovens, nascidos entre 1980 e 2000, a maioria moradora no Sudeste, já apontava que enxergavam o trabalho principalmente como fonte de satisfação e que ele precisa ter um sentido para a vida deles. Dos entrevistados, 80% disseram que há significado na profissão quando é possível acreditar no que se faz, 75% quando há aprendizado e 74% quando existe prazer.

A definição de trabalho mais mencionada (79,9%) foi algo que agregue valor. Para outros, o trabalho está ligado ao conceito de empregabilidade e a um plano pessoal de carreira (38,5%); para outra parcela, é uma atividade ligada ao prazer (37,6%). Com apenas 16,2% ficou a definição de que o trabalho está ligado ao emprego e trata de uma relação de troca motivada por interesse econômico. Só 3,5% responderam que o trabalho é dever, isto é, um papel a ser cumprido.

Além disso, 62,6% têm a sensação de pertencimento ao trabalhar. *“Quando trabalhei no fórum por um ano, abri a mente, descobri a perícia criminal e a psicologia forense, gostei da experiência e decidi cogitar a psicologia como graduação, não só o direito, como sempre havia pensado antes”*, descreve Ana Júlia Vera de Andréa, 18 anos, hoje graduanda em psicologia pelo Prouni em universidade particular em Campo Grande (MS).

Os entrevistados preferiram também os empregos em empresas menos tradicionais, como as incubadoras de negócios. Do total, 41% buscam uma corporação mais flexível e inovadora, 32% têm a intenção de empreender, 17% procuram empresas tradicionais como bancos e indústrias e 8% preferem ONGs ou instituições ligadas a causas. A investigação concluiu ainda que trocam constantemente de trabalho porque querem sair da zona de conforto, necessitam de feedbacks com frequência porque precisam se conhecer e estão criando novos tipos de carreira, a partir de decisões menos baseadas na razão e mais no coração.

Saber, escola e trabalho

O sentido da escola para o jovem é um dos determinantes de seu mundo profissional. Eles se perguntam muitas vezes para que serve estudar e qual a relação entre o aprendem na sala de aula tradicional e o futuro deles, porque estes lhes parecem dissociados. Há jovens que afirmam ir à escola muito mais pelos amigos e colegas, ou seja, para se sociabilizar, do que para aprender em longas aulas expositivas nas quais recebem conteúdos de forma passiva.

Como explica Bernard Charlot, pesquisador francês radicado no Brasil, a equação pedagógica que faz com que os estudantes de fato aprendam é a seguinte: “sucesso escolar igual a atividade, sentido e prazer”. Para o especialista, o aluno não aprende se ele não tem uma atividade intelectual. E ele não tem atividade intelectual se a situação não faz sentido para que ele aprenda, nem lhe gera prazer, o que não exclui nem dispensa seu esforço no processo.

Em resumo, segundo Charlot, para que tenha significado, a escola precisa proporcionar a atividade intelectual do aluno, com sentido e com prazer. Quanto mais significativo for o conteúdo que está sendo ensinado, mais o estudante se coloca em movimento para se relacionar com ele. Já o esforço para algo que não tem sentido é desestimulante e não desperta nem promove o desejo de aprender, e isso lhe será prejudicial na idade adulta.

Ele acrescenta que o falso argumento transmitido aos alunos de que os conteúdos da escola são úteis e, por isso, precisam ser aprendidos, não se sustenta: na verdade, devem ser aprendidos porque são importantes, porque valem a pena para a vida, atual e adulta, embora nem todos os conteúdos sejam utilizados de fato no futuro.

Ainda assim, a principal motivação para que os jovens brasileiros estudem é a perspectiva de futuro, de acordo com a pesquisa *Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?*, de 2016,

realizada por Flacso-Brasil (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura) e do MEC (Ministério da Educação). Dos mais de 8 mil estudantes de 15 a 29 anos que foram ouvidos, 37% responderam que frequentam a escola para ter uma vida melhor e 32,3% para conseguir um emprego melhor. O dado sinaliza que boa parte sabe que a escola, apesar dos desprazeres e insatisfações que provoca, ainda é um meio de alcançar os sonhos, porque ali obterá mais capital cultural e acesso mais qualificado ao mundo do trabalho.

Outro levantamento anterior, de 2013, chamado *O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola*, da FVC (Fundação Victor Civita), realizado pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), já apontava a perda de sentido de estar na aula, por uma desconexão da escola com a vida do jovem. Ficou clara a dificuldade de dezenas de meninas e meninos de 15 a 19 anos de áreas vulneráveis de São Paulo e do Recife em atribuírem sentido e utilidade às disciplinas e aos conteúdos do ensino médio, sendo que um em cada cinco alunos afirmou que só ia à escola para conseguir o diploma.

Com o foco em se preparar melhor para ingressar no curso superior, a hoje graduanda em administração pública da FGV-SP, Victoria Durello, de 24 anos, conta que o curso técnico em gestão de políticas públicas a supriu de conhecimentos objetivos e práticos, que a ajudaram a estudar e compreender teorias na faculdade depois: *“O curso técnico foi um divisor de águas. Tudo o que sei de prática, como montar um processo administrativo, aprendi ali. Foi a base necessária que me deu a possibilidade de aprender tudo o que aprendi depois na graduação. Primeiro vi a prática e depois o conceito”*. Prestes a se formar na faculdade, a jovem que sempre estudou em escolas públicas ocupa atualmente um cargo comissionado na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, onde cuida da área de estágios.

Entrada no mundo produtivo

Os primeiros anos do jovem brasileiro no mundo do trabalho podem ser inquietos, com trocas de emprego e ocupação, informalidade, ocupações temporárias ou períodos de desemprego/desocupação, porque ainda está adequando suas expectativas à realidade ou buscando ocupações que o satisfaçam.

Além disso, milhares precisam de um emprego para que possam ajudar a compor a renda familiar e/ou a pagar um curso universitário, e atuar em trabalhos temporários durante um longo período, por exemplo, dificulta ao indivíduo se especializar e estruturar uma carreira. Rapazes e moças de áreas rurais, litorâneas ou ribeirinhas muitas vezes migram para grandes centros urbanos em busca de trabalho por não terem acesso a formação técnica para atuar no campo, nem a ocupações dignas na agricultura.

A pesquisa *Transição da escola para o trabalho*, elaborada pela consultoria IDados, com 3.527 jovens, de 16 a 29 anos, entre maio e junho de 2019, mostrou que o ensino médio técnico garante uma melhor transição da educação para o emprego do que o ensino médio regular. Em todas as faixas etárias os jovens que concluíram o médio regular dispendem mais anos desocupados do que jovens formados no médio técnico. Entre 17 e 29 anos, a desocupação representou 25,2% da experiência do jovem do médio regular, ao passo que o jovem do médio técnico passou 20,6% dos seus anos desocupado.

A taxa de informalidade dos formados no ensino médio técnico também foi inferior à dos jovens do ensino médio regular para todas as faixas etárias. Jovens do ensino médio regular na faixa dos 21 aos 23 anos de idade, por exemplo, já passaram mais da metade de sua trajetória laboral no trabalho informal.

Pelo estudo, aqueles que iniciam sua trajetória profissional por meio de um trabalho informal apresentaram mais chances de continuarem na informalidade, mesmo que muitos anos depois. Entre os que tiveram o seu primeiro

emprego informal, 71% prosseguiram na informalidade após cinco anos de trabalho. Já entre aqueles que ingressaram por um emprego formal, somente 9% tinham ocupação informal cinco anos após o ingresso.

A mesma investigação apontou ainda uma correlação entre permanecer pouco tempo no primeiro emprego e ter uma trajetória instável até cinco anos depois. Entre os jovens que saíram com seis meses ou menos do primeiro emprego, 45% encontravam-se ocupados cinco anos depois, enquanto que entre os que se mantiveram por pelo menos seis meses nele, 68% estavam ocupados após cinco anos.

Preocupados com seu futuro, os adolescentes paulistanos Vitória Diva dos Santos, de 14 anos, e Igor Mendes de Moraes, de 15, respectivamente no oitavo e nono anos do ensino fundamental em 2020, decidiram cursar o ensino técnico no ensino médio. *“Quero aprimorar minha aprendizagem na faculdade tendo uma base da escola. Sempre tive desejo de ser administradora de empresas e, por isso, vou fazer administração no técnico”,* relata Vitória. *“O técnico me dará um ensino um pouco melhor para que eu faça direito ou administração depois. Com o técnico, você vai mais longe”,* conta Igor, que foi positivamente influenciado pela madrinha, formada no técnico em edificações.

O desejo de ir mais longe e de ser protagonista no trabalho apareceu na pesquisa *O impacto dos jovens nas organizações*, da Fundação Estudar e da consultoria a.karta, que ouviu, em 2018, 1.051 jovens de 18 a 25 anos de todo o Brasil. A maioria trabalhava (72%), tinha nível de escolaridade superior completo ou ainda estava cursando (78%), possuía até cinco anos de experiência profissional (80%) e não ocupava cargo de liderança (85%).

Mesmo sem estar em posição de líder, a maioria (76%) acreditava que tinha impacto na maneira de atuação da organização na qual trabalhava, demonstrando confiança na sua influência e protagonismo. Entre as barreiras mais significativas das instituições, apontaram, em primeiro lugar, vícios em comportamentos e processos já estabelecidos (71%). Em segundo, as estruturas rígidas e hierárquicas do trabalho (54%) e, em terceiro, a burocracia (53%). Tais percepções demonstraram

um anseio por renovação e flexibilidade no local de trabalho.

A consulta indicou ainda que aspectos relacionados aos valores são aquilo que os jovens mais consideram em uma empresa, assim como em várias esferas da vida, como transparência nas informações, oportunidades de desenvolvimento, alinhamento de seus valores ao propósito do negócio e respeito à diversidade. Em primeiro lugar nas respostas ficou a transparência de informações (97%), seguida por treinamento e mentoria (96%), propósito alinhado com aquilo em que acreditam (95%) e respeito à diversidade (94%). Ao contrário de seus avós, que valorizavam prioritariamente um emprego estável e um bom salário, as novas gerações se sentem especialmente mobilizadas por trabalhos que se relacionem a seus princípios e que lhes deem um propósito na vida.

Do mesmo modo, a visão de chefia ou comando mudou sensivelmente. Os principais atributos de um bom líder, na visão dos jovens, foram: saber orientar e ajudar no caminho (98%), saber ouvir e aplicar feedbacks (97%), criar relações de confiança e colaboração (96%). Esperam que seus líderes sejam não só seus gestores, mas também seus mentores na construção de repertório e demandam uma estrutura organizacional pautada na liderança mais aberta e mais horizontal, com gestores que se comuniquem com eles.

Ficou claro que os jovens têm a percepção de que, se forem orientados, recebendo direcionamento, treinamentos e mentorias, poderão se desenvolver e impactar as organizações onde trabalham, mostrando disposição para aprender e participar. Desse modo, líderes e instituições podem apoiar suas ações e ideias ao oferecerem, principalmente, direcionamento e orientação, abertura e espaços para conversa, bem como feedback para suas propostas.

BOA PARTE DOS JOVENS
QUER ATUAR EM EMPRESAS
TRANSPARENTES, COM
PROCESSOS E ESTRUTURAS
MAIS FLEXÍVEIS E LÍDERES
QUE OS DIRECIONEM
E ORIENTEM.

MÚLTIPLAS ROTAS PROFISSIONAIS DE PERSONALIDADES BRASILEIRAS

Alterações de perspectiva e de visão de mundo se dão de uma fase da vida para outra, e por isso é comum que as pessoas modifiquem suas escolhas profissionais realizadas ainda na juventude, adequando-as ao longo do tempo, em sintonia com sua identidade e oportunidades.

Exemplos não faltam. O primeiro astronauta brasileiro Marcos Pontes frequentou ensino técnico de nível médio em dois cursos, de elétrica e de eletrônica, antes de se tornar piloto pela AFA (Academia da Força Aérea) e de alcançar posteriormente um posto na agência espacial americana, a Nasa, onde estreou na área de manutenção e montagem de sistemas. O economista e professor universitário Paul Singer (1932-2018) fez curso técnico de eletrotécnica nos anos 1950 e exerceu a profissão antes de ingressar na USP (Universidade de São Paulo), onde cursou economia e se graduou aos 27 anos, vindo a se tornar depois uma referência em economia solidária e desenvolvimento local. Anitta, cantora, compositora, dançarina, apresentadora, atriz e empresária, viveu altos e baixos financeiros antes de se tornar famosa. Formou-se no curso técnico de gestão administrativa e hoje emprega os conhecimentos adquiridos na própria carreira e em suas empresas.

Quando jovem, recém-graduado em administração de empresas, o hoje cantor, compositor, ex-vereador e ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, atuou como executivo em uma multinacional antes de se dedicar exclusivamente à música. O também cantor e compositor Chico César já foi jornalista, o quadrinista Mauricio de Sousa já atuou como repórter policial antes de criar gibis, e o fotógrafo Sebastião Salgado, graduado e doutor em economia, já trabalhou para a indústria do café. Apresentadores de TV também não ficam de fora das mudanças profissionais: William Bonner é publicitário; Ana Maria Braga, bióloga; Luciano Huck chegou a cursar direito, e Eliana, psicologia.

Interferência da economia e da renda

Uma vez iniciada a trajetória profissional, os jovens ficam mais suscetíveis às flutuações da conjuntura econômica. Dentre todos os grupos da sociedade brasileira, a parcela de 15 a 29 anos foi a que mais perdeu renda do trabalho de 2014 a 2019, um período de crise econômica no país, segundo o estudo *Juventude e trabalho: Qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos Nem-Nem?*, do pesquisador Marcelo Neri, da FGV (Fundação Getúlio Vargas) do Rio de Janeiro.

Ao examinar a evolução recente do mercado de trabalho dos jovens brasileiros, a pesquisa registrou uma perda de renda média acumulada cerca de quatro vezes maior entre os jovens do que no conjunto da população brasileira. Ela superou inclusive as perdas gerais de grupos já historicamente excluídos, como analfabetos, negros e habitantes das regiões Norte e Nordeste.

Por faixa etária, a perda foi mais forte entre os adolescentes de 15 a 19 anos (sete vezes mais que o país), seguida pelos jovens de 20 a 24 anos (cinco vezes mais que o país). Quanto às demais características da população juvenil, perderam mais ainda os jovens analfabetos e os jovens moradores da região Nordeste, seguidos do Norte.

E, ao se observar só a metade mais pobre dos jovens do país, a perda de renda do trabalho entre eles foi dez pontos percentuais maior que a média geral de todos os jovens. A queda de renda e o aumento da desigualdade entre os jovens foram causados, sobretudo, por aumento de desemprego, redução da jornada de trabalho e queda do salário por hora/ano de estudo, ou seja, uma precarização do mundo do trabalho.

Quanto aos jovens que não trabalhavam nem estudavam, a proporção deles subiu três pontos percentuais, indo de 23,4% para 26,2% de 2014 a 2019, o que significa quase três em cada dez jovens fora do mercado formal e da escola. O aumento no período se deu principalmente pela maior dificuldade de eles conseguirem



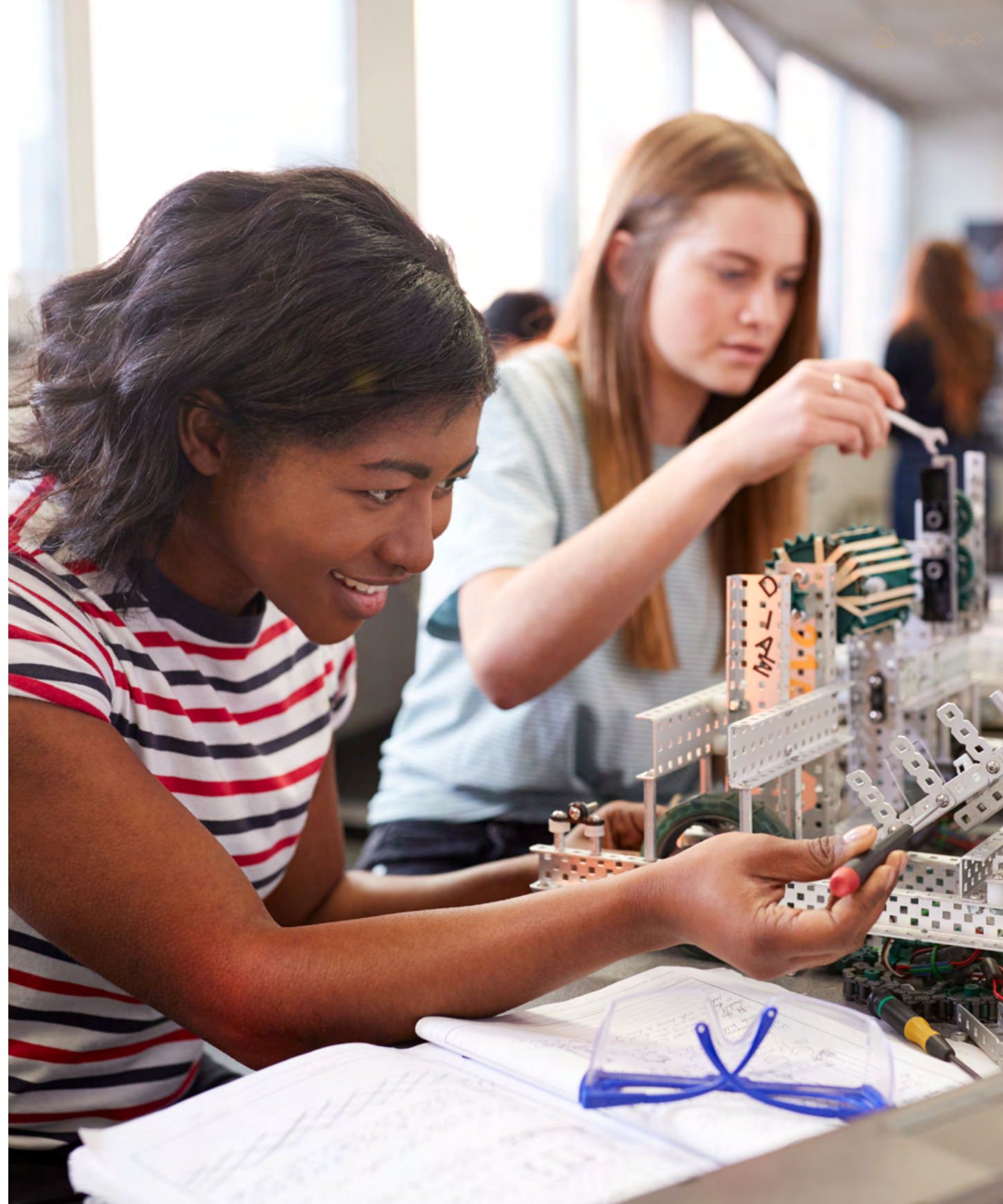
ocupação na crise econômica. Nesse universo, os homens jovens, mais propensos a só trabalhar, sem estudar, foram os mais afetados pela desocupação na recessão.

Os resultados demonstram a necessidade de políticas públicas para entrada no mundo produtivo e geração de trabalho e renda para o conjunto dos jovens brasileiros, mas também para os diferentes grupos juvenis, isto é, políticas que enxerguem com lupa cada aspecto interno desse grupo (idade, sexo, raça, região do país, nível de escolaridade, nível socioeconômico etc.) e as sobreposições de vulnerabilidades, que são exacerbadas em períodos de crises. Só assim será possível diminuir efetivamente as desigualdades que assolam o país.

Nota-se que, infelizmente, os jovens mais pobres e com menos escolaridade acabam ficando com as piores oportunidades. Suas escolhas de trabalho muitas vezes são estreitadas de antemão pelo seu baixo nível socioeconômico e o de sua família. Assim, acabam vivendo um “achatamento dos seus sonhos”, como bem pontuou o psicanalista Christian Dunker no filme *Nunca me sonharam*, de 2017, sobre jovens secundaristas do Brasil.

Ele apontou que existe um assédio para que esse jovem mais vulnerável trabalhe precoce e precariamente para a sobrevivência e aprenda um mínimo, apenas de forma instrumental e prática, encurtando o sonho e matando o futuro. Nessa lógica, para o jovem que está em busca das condições mínimas e dignas de sobrevivência e que enfrenta barreiras estruturais, sonhar pode parecer uma utopia distante, como já mostrava em 2005 outra película, *Pro dia nascer feliz*, ao documentar um árido cotidiano escolar de adolescentes brasileiros em escolas públicas precárias, contrastado com o universo de uma instituição de ensino particular de elite.

Mais anos de estudo e ensino técnico permitem uma melhor formação profissional para os milhões de estudantes brasileiros.



O FUTURO É AGORA

Os discursos dos jovens dão voz, rosto e vida às várias pesquisas sobre essa faixa etária citadas no capítulo e que convergem para o seguinte panorama: com desejos, expectativas e oportunidades variados, os jovens anseiam por uma formação profissional, aproximação ao mundo do trabalho e vivenciam essa transição sob a influência de familiares e de professores, atravessados pelas novas tecnologias, atentos às exigências do mundo produtivo, desejando ter ocupações com propósito, aprendizado e perspectiva de futuro, onde possam ser ouvidos e influenciar, e enfrentando muitas vezes situações econômicas adversas, bem como incertezas sobre seus sonhos, oscilando sensações de dúvidas, preocupação e otimismo.

“Tenho planos de fazer um mestrado fora do Brasil, depois que me graduar. Também me vejo dando aulas na faculdade, porque gosto de acompanhar o curso, sou próxima dos professores e já fui diretora do cursinho pré-vestibular da faculdade. O maior sonho, sem dúvida, é um dia ser uma secretária de educação. Vou trabalhar para isso.”

Victoria Durello, 24 anos, graduanda bolsista em administração pública, formada no técnico em gestão de políticas públicas, em São Paulo (SP).

“Só se consolida no mercado quem for bem preparado. Sei o quanto o mercado está modificando a forma antiga de se trabalhar, e a tecnologia influencia e facilita isso; o futuro será mais informal e dinâmico. Meu futuro ideal é ter uma estabilidade e viajar no Brasil e para fora. Não me vejo restrito a um só lugar e às mesmas pessoas. Quero desbravar o mundo.”

Alvaro Luiz Dias de Oliveira Filho, 17 anos, aluno do 3º ano do ensino médio integrado ao técnico em análises clínicas, em preparação para prestar mídias digitais, em João Pessoa (PB).

“Espero que o mundo do trabalho não me cobre experiência, sem que eu ainda tenha tido a prática. Vejo muito isso na minha cidade. Mas o mercado tem que dar a oportunidade para o início. Quero minha realização profissional, mas também tenho medo das frustrações. E se não conseguir entrar na faculdade? Dá medo, dá ansiedade. No futuro, quero estabilidade e ajudar quem não puder pagar por um advogado.”

Felipe Alcântara, 17 anos, aluno do 3º ano do ensino médio integrado ao técnico em serviços jurídicos em preparação para prestar direito ou psicologia, em Aquidauana (MS).

“Espero que as escolas preparem melhor os alunos para as competências do século 21 para que consigam um lugar no mercado. Estou iniciando a experiência do curso de história, minha matéria preferida na escola; então, meu futuro ainda pode mudar bastante. Sei que meu curso técnico vai me ser útil em empregos de qualquer área.”

Darlon Lael de Souza Gomes, 18 anos, concluinte em 2019 do ensino médio integrado ao técnico em informática e graduando em história em Cajazeiras (PB).

“Sonho em fazer medicina porque desde sempre tenho vontade de salvar vidas. Quero muito trabalhar no hospital da cidade e já me vejo ali. Talvez faça faculdade em João Pessoa ou em Campina Grande e volte para Cuité depois. Além da dedicação ao hospital, me imagino casada, sempre estudando e com responsabilidades. Serei uma grande mulher.”

Keyla Silva Santos Medeiros, 15 anos, aluna do 1º ano do ensino médio integrado ao técnico em administração, em Cuité (PB).

“Espero construir minha própria carreira e minha vida com meu próprio esforço. Quero ser bem-sucedida, e isso depende de mim mesma. Minha mãe me fala que não teve oportunidade e sempre diz que, diferente dela, eu vou estudar. Sei que hoje é difícil o jovem arrumar emprego sem o superior. Vou fazer faculdade e me mudar daqui. Casar e ter filho só quando estiver bem de vida.”

Geovanna Pinheiro de Arruda, 17 anos, aluna do 3º ano do ensino médio integrado ao técnico em serviços jurídicos, em preparação para prestar direito ou administração, em Aquidauana (MS).

“Quero ter uma base sobre administração já na escola e aprimorá-la depois. Espero que o esforço de agora se transforme em um bom futuro. O mundo do trabalho não é fácil e espero ser muito boa no que faço para poder ajudar as pessoas. Se administrar uma empresa de cosméticos, poderei aumentar a autoestima das mulheres pelos produtos. Se me formar em direito, defenderei os direitos delas.”

Vitória Diva dos Santos, 14 anos, aluna do 8º ano do ensino fundamental, que quer fazer curso técnico no ensino médio, em São Paulo (SP).

“Espero mais igualdade do mundo do trabalho, porque hoje os mais ricos vão para os melhores cargos, e os mais pobres, para os piores. Quero no futuro conseguir acertar naquilo que escolhi e ter mais oportunidades. O curso técnico deve me levar mais longe porque dá um ensino um pouco melhor para eu fazer faculdade de direito ou de administração depois.”

Igor Mendes de Moraes, 15 anos, aluno do 9º ano do ensino fundamental, que quer fazer curso técnico no ensino médio, em São Paulo (SP).

“O mercado está exigindo cada vez mais. Para conseguir o emprego que almeja, você tem que se destacar, buscar além do diploma, se capacitar muito. Um concurso público, pela estabilidade que dá, tem atraído cada vez mais gente. Pretendo me formar em psicologia, me especializar em psicologia forense, fazer intercâmbio, mudar de cidade, ser concursada e estar estável no meu futuro.”

Ana Júlia Vera de Andréa, 18 anos, concluinte em 2019 do ensino médio integrado ao técnico em serviços jurídicos, graduanda em psicologia, em Aquidauana (MS).

“No futuro quero estar realizada, na Polícia Federal, ou sendo advogada, ou os dois, e podendo fazer a diferença na sociedade. Ou quem sabe até cursando uma faculdade de design. É bom tentar e experimentar o novo, como fiz no curso técnico, porque podemos nos abrir a um mundo de descobertas de coisas que gostamos e nem sabíamos.”

Gabryelle Alves da Silva Cabral, 18 anos, concluinte em 2019 do ensino médio integrado ao técnico em design de móveis, em preparação para prestar direito, em Bayeux (PB).

Faz coro com essa constatação a pesquisa *Juventudes, educação e projeto de vida*, que consultou 1.510 jovens de 14 a 24 anos das classes C, D e E, de escolas públicas do Brasil. Ao serem perguntados sobre seus sonhos, a maioria respondeu que eram educação, trabalho e uma vida digna. “Quando um jovem sonha com aquilo que é um direito, tem alguma coisa errada. Ninguém deve sonhar com aquilo que já é o direito dele”, avalia Wilson Risolia, secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, que realizou o estudo em parceria técnica com a consultoria Plano CDE. Do total, oito em cada dez respondentes não têm computador em casa; apenas seis em cada dez sonham em terminar os estudos; e um terço tem dificuldade para traçar objetivos em um plano pessoal de futuro, dado este que é bem preocupante.

Os achados, concluídos em março de 2020, permitiram também a criação de três perfis de jovens de escolas públicas, mais ou menos na proporção de um terço cada um: 1) os autoconfiantes (sonham com os estudos, apoiam-se na família e em trajetórias de pessoas famosas e se sentem muito capazes de realizar os sonhos); 2) os resignados (com postura prática, desejam um emprego logo, por meio do qual terão trabalho, renda e melhoria de vida); 3) os desesperançosos (sem objetivos construídos, sem apoio e inspirações para pensar no próprio futuro e com sensação de incapacidade de realizar seus sonhos). Entre estes últimos, 85% relatam não ter com quem dialogar sobre seus desejos e planos, nem na escola, nem em casa.

A pesquisa *Juventudes e a pandemia do coronavírus*, promovida pelo Conjuve (Conselho Nacional da Juventude), que escutou 33.688 jovens de 15 a 29 anos de todo o Brasil em maio de 2020, mostrou que, longe da escola e dos professores, boa parte dos entrevistados se sentiu desestimulada a continuar os estudos, devido à dificuldade de se organizar em casa na pandemia e à instabilidade emocional, com cerca de 30% pensando em abandonar os estudos e 49% em desistir de fazer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o que reforça a percepção da importância do professor e do ambiente

escolar para a continuidade dos estudos. Ainda assim, apenas 34% afirmaram estar pessimistas com relação ao futuro, ou seja, a maioria se mostrou otimista em relação às próximas etapas da vida.

A metade dos pesquisados acredita que o modo como se trabalha atualmente melhorará um pouco ou muito e que, com o aumento das atividades laborais remotas, podem ser criadas novas oportunidades para quem vive longe dos grandes centros; 48% creem que surgirão maneiras mais acessíveis e dinâmicas de estudar do que as de hoje. O futuro dirá.

Com o futuro ainda em construção, os jovens demonstram otimismo com a vida adulta e querem um mundo com mais oportunidades.



✓ EM SÍNTESE

- As juventudes brasileiras são diversas, e seus anseios e expectativas sobre o mundo do trabalho e o futuro variam bastante, conforme seus referenciais e condições de vida. Escola e família têm peso relevante sobre as escolhas de trabalho e carreira.
- Existem ambivalências de percepção sobre a escola: ao mesmo tempo em que a criticam, se ressentem de sua dinâmica e até a abandonam, os jovens a percebem como um passe ou licença para a entrada no mundo do trabalho de forma mais qualificada e para uma vida adulta e um futuro melhores. Contudo, essa visão mais instrumental da escola, muitas vezes distante das questões presentes do jovem, é preocupante porque não ampara um percurso escolar que lhe seja significativo e mobilizador.
- Os jovens anseiam por uma formação profissional digna e se interessam e se preocupam com a aproximação com o mundo do trabalho, como apontam as pesquisas. Para que façam as melhores escolhas no trânsito para a vida adulta, é fundamental que, ainda na educação básica, a sociedade eleve o nível de informação sobre as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, ampliando seu horizonte de opções e incluindo entre elas o ensino técnico.
- Parte dos entrevistados apontou o ensino técnico como possibilidade de formação mais qualificada para realizar seus projetos, não necessariamente na mesma carreira do técnico, bem como para facilitar a transição escola-trabalho, reafirmando a percepção da aprendizagem ao longo da vida, sendo o técnico uma dessas muitas etapas do caminho.
- Ainda que se preocupem com as exigências do mundo produtivo e das profissões nos próximos anos e que acessem pouco a universidade, os jovens querem continuar se formando, desejam alinhar seu trabalho a seus valores e propósitos de vida e tendem a ser otimistas em relação ao seu futuro mais longo.
- Boa parte dos jovens anseia por escolas, empresas ou organizações mais flexíveis, dinâmicas, com líderes que dialoguem e que deem feedbacks para suas ideias e onde possam impactar e se desenvolver mais.
- Apoiados em seus valores e visão de mundo, esperam ter uma atuação profissional significativa, que lhes dê identidade pessoal e social.



Capítulo 3

Perspectivas de formação para os jovens brasileiros

O Brasil tem atualmente 211,7 milhões de habitantes, sendo que, desse total, mais de 50 milhões são jovens de 15 a 29 anos. Isto significa que quase um em cada quatro brasileiros é jovem. O número equivale à população total da Coreia do Sul, ou cinco vezes a de Portugal, ou dez vezes a da Noruega. Trata-se de um bônus demográfico de potencial humano gigantesco, disponível para poucas nações no mundo.

Cada um desses milhões de jovens brasileiros carrega desejos, aspirações e expectativas para sua vida adulta e tem grande potencial para ser desenvolvido. São várias as juventudes que coexistem em um país tão multicultural, diverso, extenso e desigual como o Brasil. Guardadas suas individualidades, todos esses rapazes e moças têm algo em comum: o direito constitucional à qualificação para o trabalho.

O artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, é bem claro sobre o chamado desenvolvimento pleno: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Entretanto, quais são as reais perspectivas de formação educacional e profissional para os jovens brasileiros na atualidade?

Esse cenário compreende muitos desafios que envolvem governos, comunidade escolar, famílias, setor produtivo e a sociedade como um todo. A escolarização no Brasil é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, mas muitos jovens não tiveram acesso à educação infantil quando crianças porque a pré-escola só se tornou obrigatória recentemente, em 2009.

Ainda que praticamente universalizado, é no ensino fundamental que a maioria dos alunos se defronta com a desigual oferta de oportunidades educacionais, salvo em poucas ilhas de excelência, apresentando baixa aprendizagem, sobretudo em leitura e em matemática, como têm atestado as avaliações nacionais e internacionais disponíveis.

Essas lacunas na aprendizagem comprometem a sua formação posterior, no ensino secundário, com reflexos ao longo da vida. O estudante que não conclui o ensino básico terá remuneração de 20% a 25% menor em relação aos que o finalizam e deixará de ganhar R\$ 159 mil na fase produtiva da vida por não ter empregos de qualidade, como apontou a pesquisa *Consequências da violação do direito à educação*, realizada em 2020 pelo Insper em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

Elevadas taxas de reprovação e abandono na segunda etapa do fundamental (6º ao 9º ano) impedem que milhões de jovens sequer cheguem ao ensino médio, última etapa da política de

educação pública universal, que deve abranger os alunos de 15 a 17 anos. O abandono escolar é um dos maiores entraves educacionais do país e tem bastante relação com as altas taxas de reprovação: o aluno que repete tem mais chances de se desinteressar e de abandonar a escola. Essas situações exigem diferentes políticas públicas intersetoriais preventivas, de recuperação, aceleração e busca ativa de estudantes, entre outras, a fim de que meninas e meninos retomem e prossigam em sua trajetória escolar.

A transição entre as etapas de ensino é outro ponto de gargalo. O Censo Escolar de 2018 apontava que a taxa de reprovação do 6º ano do ensino fundamental (11,7%) era maior que o dobro da verificada no 5º ano (5,6%). Adiante, no 9º ano, era de 6,9% e, logo a seguir, no primeiro ano do ensino médio, saltava para 15,4%.

Funil do abandono, reprovação e baixa qualidade

O ensino médio no Brasil apresenta sérios problemas de permanência e de conclusão. Contava com cerca de 7,4 milhões de alunos matriculados em 2019, mas isso não quer dizer que todos eles concluiriam a etapa, porque a reprovação e o abandono são elevados – em média três em cada dez deixaram de estudar ainda no primeiro ano. Também em 2019 a taxa de distorção idade-série (percentual de alunos com idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados) nessa etapa era de 26,2%, segundo o Censo Escolar daquele ano. E apenas 65% da população de até 19 anos já havia concluído o ensino médio em 2019, conforme o movimento Todos Pela Educação.

Fatores como perda do interesse pela escola, por vezes percebida pelo aluno como sem sentido e distante da sua realidade, dificuldade com conteúdos de várias disciplinas, necessidade de trabalhar, gravidez precoce, situações de violência e de discriminação racial, bullying e conflitos familiares concorrem para essa interrupção dos estudos.

Alunos pertencentes a famílias em piores condições socioeconômicas, com pais de pouca escolaridade e moradores de áreas mais vulneráveis ou isoladas também têm mais propensão a deixar a escola. O abandono dos estudos por parte de jovens de 15 a 17 anos é bem maior na área rural (11,5%) do que na urbana (6,8%), de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2019, assim como é superior entre os mais pobres do país (11,8%) do que entre os mais ricos (1,4%).



A educação básica tem desafios urgentes como reprovação, distorção idade-série, abandono escolar e baixa proficiência.

O problema demanda políticas públicas específicas que garantam a permanência, a aprendizagem e o término, a exemplo da melhoria do ambiente escolar e da atratividade das aulas, de modo que a escola secundária se torne mais interessante e valorosa para o jovem.

Freio perverso da falta de formação juvenil

Entre aqueles que conseguem finalizar a etapa secundária no país permanece o entrave da pouca qualidade do ensino, que redunde em baixa proficiência: numa escala que vai de 0 a 500, o desempenho dos alunos do 3º ano do ensino médio no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) 2019 ficou em 277 em

matemática e em 278 em língua portuguesa, sendo considerado insuficiente, uma vez que as notas ideais são 350 e 300, respectivamente. Nas regiões Norte e Nordeste essa situação se agrava ainda mais, com alguns estados abaixo da média nacional.

São constatações alarmantes que comprometem o futuro juvenil, pois ocorrem exatamente na transição entre a adolescência e a vida adulta, isto é, da passagem de um estágio de vida a outro, em que a autonomia se faz cada vez mais necessária. Não são cumpridos os direitos do jovem de aprender e de ter condições para a continuidade dos estudos, em carreiras de nível superior, nem para a inserção qualificada no mundo do trabalho, em profissões de nível médio demandadas pelo mercado. Ou seja, tornam-se reféns da falta de formação. Desenha-se, assim, um quadro ameaçador para a sobrevivência e a vida adulta dessa população, assim como de escassez de profissionais preparados para exercer diferentes profissões, o que acaba impactando negativamente no desenvolvimento do país.

Com os estudos descontinuados e uma formação insuficiente, os jovens sofrem com a falta de acesso qualificado ao mercado formal de trabalho, têm dificuldades de conseguir o primeiro emprego, sendo absorvidos em subempregos ou “bicos”, ou ainda em trabalhos “precariizados” e não identificados, o que aumenta os índices de jovens no país que, aparentemente, não trabalham e não estudam. Em todos esses cenários, o ponto de chegada é o mesmo: jovens com pouca perspectiva para sua vida pessoal e profissional.

O desalento da falta de horizontes, aliado a outros fatores socioeconômicos, culturais e emocionais pertinentes a essa faixa etária, podem levar os jovens a quadros bem preocupantes de abuso de álcool e drogas, depressivos ou mesmo suicidas. Somam-se a isso os desafios específicos de raça e gênero, a exemplo do crescimento dos assassinatos e do encarceramento de jovens negros em centros urbanos e do abandono dos estudos por meninas, devido à gravidez precoce e/ou à sobrecarga de tarefas domésticas.

CENÁRIO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DOS JOVENS BRASILEIROS

Qualidade baixa – no ensino médio, em 2019, o país não atingiu a meta nacional de 5,0 do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), ficando em 4,2, que é só 0,4 ponto acima do alcançado em 2017, de 3,8, e, ainda assim, significou o maior aumento ao longo da série histórica, iniciada em 2005, demonstrando o ritmo lento de avanço ao longo do tempo. O índice combina proficiência em leitura e resolução de problemas (aprendizagem) com a taxa de rendimento escolar (aprovação).

Desempenho global inferior – na edição do Pisa (sigla em inglês do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) divulgada em 2019, dentre 79 países e territórios avaliados, o Brasil continuou entre as vinte piores colocações nas três áreas do teste mundial em jovens de 15 anos: 71ª posição em matemática, 67ª em ciências e 58ª em leitura.

Fora da escola – em 2019, segundo o movimento Todos Pela Educação, dentre os jovens de 15 a 17 anos no Brasil, 71,1% deles estavam matriculados no ensino médio e 7,5% estavam fora da escola. O restante estava atrasado, ainda retido no ensino fundamental. Além disso, mais de 10 milhões de brasileiros de 14 a 29 anos não concluíram alguma das etapas da educação básica, sendo 71,7% deles pretos ou pardos, conforme a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua de Educação 2019.

Desemprego – segundo o IBGE, entre jovens de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego era de 27,1% em maio de 2020, ao passo que no Brasil a taxa média de desemprego era de 12,2% no período, ou seja, menos da metade. O desemprego também era maior (20,4%) entre pessoas com ensino médio incompleto do que para aquelas com nível superior completo (6,3%).

Sem estudo, sem trabalho – a OIT (Organização Internacional do Trabalho) apontou que em 2019 o número de jovens entre 15 e 24 anos que não trabalhavam, não estudavam, nem recebiam treinamento no Brasil era de um a cada quatro. Já o IBGE, na Síntese de Indicadores Sociais de 2019, contabilizou cerca de 11 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos que não estudavam nem trabalhavam.

Abandono no ensino superior – em 2018, conforme o Censo da educação superior, metade dos matriculados abandonava a faculdade sem concluir o curso e só um terço dos universitários terminava a graduação cursando o número de semestres previsto.

Déficit de profissionais – levantamentos diversos do setor privado apontam que há dificuldade de encontrar profissionais qualificados no país. Em anos recentes, a área de tecnologia, por exemplo, tem tido mais vagas abertas do que profissionais aptos a ocupá-las, e nem todas elas exigem curso superior, como as de programação.

Curso superior restrito à minoria

A formação universitária no Brasil cresceu nas últimas décadas, devido aos avanços na oferta pública, por meio de institutos federais e da política de cotas, e nas instituições privadas, pelo Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e Prouni (Programa Universidade para Todos), que abriram a possibilidade de subsídios ou de bolsas de estudo.

No entanto, ela ainda continua a ser uma possibilidade para a minoria. Se somadas todas as matrículas de jovens de 18 a 24 anos, em todas as faculdades e universidades do país, tem-se apenas 21% da população nessa faixa etária, segundo a PNAD Contínua de Educação de 2019 do IBGE. Outros 2% fazem cursos técnicos após o ensino médio. E quanto aos 77% restantes, não há políticas focadas na juventude para sua qualificação e inserção no mundo produtivo, o que representa milhões de jovens deixados à própria sorte todos os anos, com um enorme desperdício das suas capacidades.

Mesmo entre os que frequentam cursos superiores, uma parcela expressiva não consegue concluí-los ou obtém diplomas de baixa qualidade, que não garantirão bons empregos e salários, e muitas vezes nem a atuação na própria área do bacharelado, dependendo da concorrência que enfrentarão ao ingressar no mundo do trabalho. Como consequência para o país, sobram vagas e faltam profissionais em algumas áreas produtivas.

Observa-se, assim, um processo excludente pelo qual passa a maioria dos jovens brasileiros desde o ensino fundamental até o superior, o que tem deixado milhões para trás. Esse quadro convoca o Estado a criar e a adotar urgentemente múltiplas políticas para apoiar essas populações em suas escolhas, conforme suas aptidões e necessidades específicas de educação, para que ganhem possibilidades reais de inserção social e produtiva e que continuem a aprender ao longo da vida, num fluxo contínuo. É consenso que mais escolaridade tende a ampliar o acesso ao mundo do trabalho, a gerar mais renda e menos desemprego e a melhorar as condições materiais de vida das famílias brasileiras.

Possibilidades de formação para o jovem

Apesar das dificuldades do Brasil em assegurar formação educacional e profissional aos jovens, a boa notícia é que já existe hoje uma miríade de possibilidades de continuidade de formação para a numerosa faixa etária de 15 a 29 anos. Os percursos começam praticamente no ensino médio e chegam até o mestrado e o doutorado profissional, podendo se dar por diversas trajetórias, tanto mais horizontais, como mais verticais.

Com treze componentes curriculares obrigatórios para todos os estudantes até recentemente, o ensino médio é no Brasil a maior e mais abrangente política educacional para a parcela de 15 a 17 anos. O artigo 35 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) aponta que essa etapa tem como finalidades: **1)** consolidar e aprofundar conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, permitindo o prosseguimento dos estudos; **2)** preparar o aluno de forma básica para o trabalho e para a cidadania, de forma que ele continue aprendendo e se adaptando a novas condições de ocupação, bem como para aperfeiçoamento futuro; **3)** aprimorar o aluno como pessoa humana, com formação ética e autonomia intelectual e do pensamento crítico; **4)** e fazê-lo compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, com a relação de teoria e prática.

A etapa vem sendo estudada nos últimos anos por diversos pesquisadores e organizações para que seja aprimorada. Um dos avanços recentes surgiu com a oferta de ensino médio em tempo integral, que eleva o tempo de exposição do aluno às oportunidades de ensino e aprendizagem, com uma carga horária mínima de 35 horas semanais, contra vinte do antigo ensino médio regular e não integral. Desta forma, visa tentar diminuir a evasão escolar e a repetência, além de promover a melhoria das aprendizagens.

O novo ensino médio (Lei nº 13.415/2017) propõe mudanças na mesma direção do que já existe em países desenvolvidos, que integram ao currículo do ensino médio a formação voltada para o mundo do trabalho,

conteúdos técnicos e currículos mais diversificados e flexíveis. A reforma aumenta o tempo mínimo que os secundaristas permanecem na escola: das atuais oitocentas horas anuais, passa-se para mil horas/ano até 2022 e depois para 1.400, ainda sem prazo definido. Estão previstas aulas mais dinâmicas e menos expositivas, oficinas, projetos e atividades práticas que estimulem a participação ativa dos alunos, a fim de que exercitem seu protagonismo e sua autonomia.

A implantação do novo ensino médio no país está prevista para até o fim de 2020, dois anos após a homologação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para essa etapa de ensino, com a execução em 2021, embora alguns estados já o estejam colocando em prática parcialmente. A BNCC contém as aprendizagens essenciais a ser asseguradas a todos durante os três anos do curso e norteia os currículos que devem ser criados em cada estado e posteriormente os projetos pedagógicos de cada escola.

Já na parte flexível do currículo há cinco itinerários formativos que os estudantes poderão escolher, conforme seus interesses, objetivos e aptidões, para se aprofundarem nos conhecimentos de uma área do conhecimento (matemáticas e suas tecnologias; linguagens e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e ciências humanas e sociais aplicadas) e da formação técnica e profissional. Cada itinerário formativo se organiza a partir de quatro eixos estruturantes: **1)** investigação científica, **2)** processos criativos, **3)** mediação e intervenção sociocultural e **4)** empreendedorismo.

Em tese, é permitido ao aluno optar por duas ou mais áreas, se houver a oferta pela rede de ensino, acrescidas da formação técnica e profissional. Assim, a carga horária será destinada aos conteúdos

NOVO ENSINO MÉDIO
CONTA COM PARTE DO
CURRÍCULO FLEXÍVEL, COM
ITINERÁRIOS FORMATIVOS,
A SEREM ESCOLHIDOS
PELOS ALUNOS, DE
ACORDO COM SEUS
INTERESSES E APTIDÕES.

da BNCC, de formação geral básica (máximo de 1.800 horas totais) e aos itinerários formativos (mínimo de 1.200 horas totais). Ao final do ensino médio, essa diferenciação de aprendizagem poderá conduzir a uma diversidade de diplomas (ensino médio e técnico, por exemplo) e de certificações (certificados intermediários de qualificação para o trabalho, por exemplo).

Nesse novo modelo o estudante pode, dentro da carga horária do ensino médio regular e como parte integrante do currículo, escolher uma formação profissional e técnica, sendo certificado, ao final, no ensino médio e no curso técnico, ou nos cursos profissionalizantes. Ou seja, permite-se o ensino médio regular junto com a formação técnica e profissional, em um mesmo turno ou período, totalizando pelo menos 3 mil horas. Desse modo, a preparação para o trabalho e a formação profissional são levadas para dentro do currículo escolar da educação básica, abrindo-se mais uma possibilidade de motivar os alunos e de dar mais sentido à escola. Vale lembrar que a preparação para o mundo do trabalho é um desejo explicitado pelos jovens, como apontam diferentes pesquisas do terceiro setor e de governos estaduais (*ler mais nos capítulos 2 e 4*).

Na formação técnica e profissional no ensino médio serão desenvolvidas habilidades básicas requeridas no mundo do trabalho e específicas relacionadas aos cursos técnicos, qualificações profissionais ou Programa de Aprendizagem Profissional. Significa que há três possibilidades de formação técnica profissional no ensino médio:

- 1) Habilitação técnica de nível médio (oitocentas, mil ou 1.200 horas);
- 2) Qualificações profissionais, inclusive FICs (pode ser ofertada mais de uma, desde que sejam articuladas entre si);
- 3) Programa de Aprendizagem Profissional, que obedece a normas específicas, com o mínimo de quatrocentas horas teóricas, mais prática de trabalho real, ou em ambiente de simulação.

Outra novidade é que profissionais com notório saber poderão atuar como docentes no itinerário de formação técnica e profissional.

Objetiva-se, assim, um sistema diversificado, dinâmico e de conteúdo mais relevante para o jovem, em que as redes e escolas terão de exercer a flexibilidade e a autonomia. A execução da política exigirá a incorporação da temática do trabalho como um princípio educativo dentro da escola, a superação da histórica falta de diálogo e de cooperação entre redes de ensino e setor produtivo, colaboração entre secretarias e setores dos estados e adoção de padrões mínimos de qualidade para as escolas, de forma a proporcionar um tratamento equânime entre todos os estudantes do país.

Cada rede de ensino estadual poderá definir quais itinerários formativos oferecerá no ensino médio, dentre os cinco previstos. E para que não surjam diferenças de oferta entre as unidades da federação, aumentando, assim, desigualdades já existentes entre estados com mais e com menos recursos e infraestrutura, o governo federal terá de fornecer apoio técnico e financeiro em regime de colaboração.

Logo de início, cada escola deverá reservar tempo e espaço para apresentar aos estudantes as possibilidades de escolha, a partir de seus desejos, interesses e aptidões, orientá-los sobre as opções existentes e desenvolver o projeto de vida para que assim consigam fazer escolhas conscientes e responsáveis, alinhadas a seus anseios.

A modalidade de EPT de nível médio de oitocentas, mil e 1.200 horas, as FICs com qualificações profissionais de curta duração (20% da carga horária do curso técnico) e os Programas de Aprendizagem Profissional (quatrocentas horas teóricas e quatro a seis horas diárias de trabalho na empresa) já estavam previstos como cursos de formação para o trabalho na LDB de 1996 e regulamentados pela Resolução CNE/CEB nº 6, de 2012. Com o novo ensino médio, a novidade é que a Educação Profissional e Tecnológica passa a fazer parte da educação básica e tudo isso pode acontecer em um mesmo período/turno escolar, o que permite atender o aluno de forma integral e integrada, por meio de um currículo que aborda as diversas dimensões do desenvolvimento do jovem.

É desejável que essa formação profissional e tecnológica dos alunos seja reconhecida e validada após o término do ensino médio para a continuidade dos seus estudos, seja em um curso de tecnólogo ou de bacharelado, em outro curso técnico de nível médio, ou no acesso ao mundo do trabalho.

ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2004 – Decreto nº 5.154 – estabelece a oferta da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio regular.

2008 – Portaria MEC nº 870 – institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; Lei nº 11.892 cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

2012 – Resolução CNE/CEB nº 6 – define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.

2017 – Lei nº 13.415 – possibilita o ensino médio regular articulado à formação técnica e profissional em um único turno/ período com pelo menos 3 mil horas ao todo.

Panorama da EPT

A educação de tipo profissional e técnica representa hoje uma das principais possibilidades para jovens de diferentes lugares do Brasil dar continuidade a sua formação. Isso porque ela gera oportunidades mais imediatas de trabalho e renda, experiência prática e mais chances de o jovem prosseguir estudando, desenvolvendo-se e adaptando-se às mudanças futuras no mundo do trabalho. Em diferentes pesquisas registram-se resultados positivos, em salários e em produtividade, para os que optam pela educação profissional, e os maiores ganhos se dão nas áreas que atendem às demandas do setor produtivo, como os cursos técnicos de nível médio, e em áreas de formação mais especializada e mais demandadas pelo mundo do trabalho.

Contudo, ainda se faz necessária uma mudança de percepção sobre o ensino profissionalizante. O país precisa ultrapassar preconceitos culturais, estigmas e desinformação acerca desse tipo de formação, que é pouco valorizada e vista a partir de uma percepção assistencialista que a marcou ao longo do século passado, sendo considerada um ensino alienado, voltado para classes baixas da sociedade e formulado como uma solução para atender os “pobres e desvalidos”, ou para formação de mão de obra barata.

Como explica o sociólogo Simon Schwartzman (2016), “o prestígio associado às carreiras e profissões universitárias faz com que outros tipos de formação sejam muitas vezes desvalorizados, criando forte pressão para que todos procurem se aproximar do modelo de formação universitária (tendência conhecida como viés acadêmico, ou academic drift), embora os próprios sistemas desse nível também sejam altamente diferenciados e estratificados”. Soma-se a isso uma tradição mais “academicista” ou “elitista” na matriz educacional brasileira, que tende a privilegiar o conhecimento acadêmico, o que acaba contribuindo para um efeito estrutural de exclusão da maior parte da população.

A EPT também ainda não é considerada uma parte do longo itinerário formativo do estudante, mas apenas uma formação prática, restrita, limitada, sem horizontes, que acaba em si mesma, desconectada de qualquer continuidade, ocupando, assim, uma posição de pouco valor. Essa visão circunscrita precisa ser ressignificada diante de um mundo em constante transformação e que exige formação profissional periódica e ao longo da vida, em várias etapas. Nesse cenário, a EPT ganha um novo sentido e pode representar para os jovens uma etapa de seu desenvolvimento profissional que oferece uma melhor condição de ingresso no mundo do trabalho.

Ou seja, ninguém hoje pode parar sua formação ou considerá-la finalizada – mesmo quando se trata dos cursos superiores. A velocidade da produção de conhecimentos exige de todos

atualizações constantes e aprimoramento profissional. O jovem que cursar EPT se iguala nesse ponto àquele que cursou o ensino superior: ambos terão que seguir se formando e se atualizando. As qualificações técnicas passam a ser valorizadas quando somadas e integradas a um conjunto de outras certificações que tornam o profissional mais adaptável e bem preparado. Em outros países com menor desigualdade, por exemplo, já é alta a adesão à EPT, como mostram dados de 2018 da OCDE, apresentados na divulgação de resultados do Censo da educação superior 2019 (MEC, 2020): Finlândia (72%), Áustria (68%), Alemanha (46%), Reino Unido (44%), França (39%).

Ao mesmo tempo, ainda há pouca oferta de EPT no Brasil, muitas vezes por falta de infraestrutura adequada e de profissionais, e existem escolas técnicas de nível médio que mantêm currículos demasiadamente teóricos e desconectados dos desafios atuais do universo do trabalho, no qual a transformação tecnológica exige cada vez mais ações estruturantes que eliminem ou reduzam obstáculos do processo educacional.

NÚMERO DE MATRÍCULAS POR FAIXA ETÁRIA DO ENSINO MÉDIO, DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO NÍVEL MÉDIO E DO ENSINO SUPERIOR. BRASIL, 2019

	Ensino médio	EPT no nível médio	Ensino superior
Até 14 anos	260.426	30.286	-
15 a 17 anos ¹	5.870.403	634.021	17.328
18 a 19 anos	991.859	282.678	901.373
20 a 24 anos	240.100	360.800	3.446.573
25 anos ou mais	103.103	606.964	4.238.550

Fontes: Inep, *Sinopse estatística da educação básica 2019*; Inep, *Sinopse estatística da educação superior 2019*.

¹ As matrículas no ensino superior nessa faixa etária referem-se às pessoas com menos de 18 anos.

No Brasil, a EPT é classificada em três níveis: FIC, com mínimo de 160 horas e sem requisitos prévios; técnico (médio), de oitocentas a 1.200 horas de duração; tecnológico (superior), de 1.600 a 2.400 horas. O primeiro nível é aberto e diversificado em tipos de gestão, duração, conteúdos e carga horária e visa desenvolver aptidões para a vida produtiva, sejam de capacitação, aperfeiçoamento, especialização ou atualização.

Os outros dois integram o sistema educacional formal, sob a alçada do MEC. O curso técnico de nível médio pertence à educação básica e pode ser realizado de forma articulada ao ensino médio regular, dividindo-se em três modalidades: 1) integrado, com ensino médio e técnico em uma única matrícula; 2) concomitante, com matrículas distintas, podendo ser em escolas e cursos em períodos independentes, sendo uma escola de educação geral e outra de educação técnica (podem ser semipresenciais ou à distância); 3) subsequente, cursado após a conclusão do ensino médio (semipresenciais ou à distância). A oferta da EPT é variada: redes municipal, estadual, federal e privada de ensino, sindicatos e associações, empresas e Sistema S (Senai, Sesi, Senac e demais serviços).

Há no país 217 cursos técnicos de nível médio, de acordo com o *Catálogo nacional de cursos técnicos* de 2020, que estão agrupados em treze grandes eixos tecnológicos de formação, a saber: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo, hospitalidade e lazer.

A EPT GERA OPORTUNIDADES MAIS IMEDIATAS DE TRABALHO E RENDA, EXPERIÊNCIA PRÁTICA E MAIS CHANCES DE O JOVEM PROSSEGUIR ESTUDANDO E ADAPTANDO-SE ÀS MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO.

Leque variado de itinerários formativos

Um jovem com formação técnica de nível médio terá uma etapa de sua formação profissional realizada, o que potencializará seu desenvolvimento. Ele deverá complementar sua formação de diferentes formas e, para tanto, terá várias possibilidades: graduação tecnológica, cursos de qualificação profissional avulsos, cursos do Sistema S ou da rede particular, curso superior de bacharelado ou licenciatura. A graduação de nível superior, seja tecnológica, bacharelado ou licenciatura, permite seguir para etapas mais aprofundadas, na pós-graduação do nível superior. Mesmo para os jovens adultos já graduados, o ensino técnico é um caminho para quem quer entrar numa nova área de trabalho, abrir um novo negócio, aprimorar-se em algum campo específico, ou mesmo reinventar-se profissionalmente.

A continuação da educação média na chamada graduação tecnológica, ou cursos superiores de tecnologia, concede o título de tecnólogo, em cursos de formação técnica avançada, com duração de dois a três anos. São ofertados nas esferas municipal, estadual e federal e pela iniciativa privada.

Os cursos de tecnólogo totalizam 134 tipos diferentes, conforme o *Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia* de 2016 e, tal como os cursos técnicos de nível médio, estão agrupados nos mesmos treze eixos tecnológicos. Podem ser aprofundados depois em cursos de especialização, mestrado ou doutorado profissional, ou, como já exemplificado, por cursos curtos de formação inicial e continuada.

No novo ensino médio, o aluno poderá escolher o itinerário técnico, ou o propedêutico (linguagens, matemática, ciências naturais, ciências humanas), ou o técnico com o propedêutico. Em qualquer dessas opções ele tem vários caminhos posteriores para dar sequência à sua formação profissional: curso de nível médio subsequente, formação inicial e continuada, graduação tecnológica, bacharelado, ou mesmo já

seguir diretamente para o mundo do trabalho, o que de forma alguma representa parar o processo de formação profissional ou excluir o ingresso em uma universidade posteriormente e em novos cursos técnicos ou FICs.

Em um exemplo, um jovem que conclui o ensino médio, tendo feito o curso técnico de informática, poderá prestar o vestibular para o ensino superior em qualquer área que desejar. Se optar por seguir na informática, poderá aprimorar sua formação na área escolhendo um curso de graduação tecnológica em gestão da tecnologia da informação, ou um bacharelado em ciência da computação, ou um curso de especialização técnica em banco de dados, ou ainda outros cursos de nível médio da área, estes últimos por meio do Sisutec (Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica). E, mesmo após já ter concluído o curso superior, poderá fazer um novo curso curto de formação inicial e continuada, por exemplo, focado no desenvolvimento de competências específicas.

Em outro exemplo, o aluno que termina o ensino médio, tendo cursado o técnico em meio ambiente, poderá, da mesma forma, seguir sua formação em qualquer curso da graduação. Se optar por continuar se aprofundando na área ambiental, há a possibilidade de cursar a graduação tecnológica em gestão ambiental, tornando-se tecnólogo, ou um bacharelado em engenharia ambiental, ou uma licenciatura em ciências biológicas, ou uma especialização técnica em reciclagem, ou ainda demais cursos do eixo ambiental de nível médio. São muitos os exemplos de como o jovem pode organizar seu desenvolvimento profissional a partir da construção de itinerários que os levam a uma especialização ou a uma diversificação em sua formação.

Há também no Brasil uma política de incentivo aos jovens para ingresso no curso superior: as universidades públicas e os institutos federais são gratuitos e, para ampliar o acesso ao ensino superior, existem programas de bolsa e de financiamento, como o Prouni ou o Fies, para a graduação em faculdades privadas.

Percurso da formação no Brasil

A educação básica é composta por três grandes etapas – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e é obrigatória a partir dos quatro anos de idade.

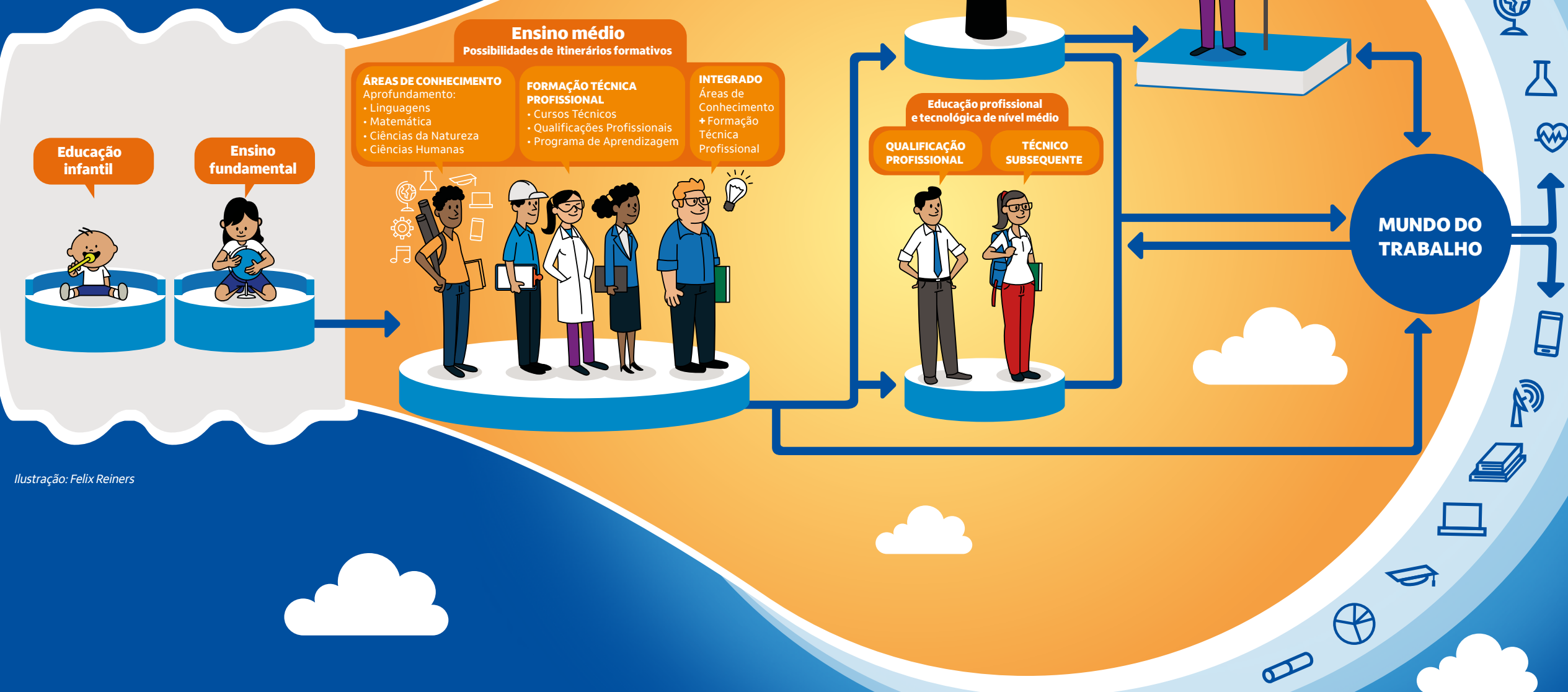


Ilustração: Felix Reiners

Redes federais e estaduais e Sistema S

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ou Rede Federal, representa um caminho importante de formação porque compreende o ensino de variados níveis e modalidades em diferentes pontos do país. Oferece centenas de cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado, especialização, mestrado e doutorado.

Compõem a Rede Federal 38 institutos federais em todos estados, dois Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica), no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro 2º, no Rio de Janeiro. Há também campi associados a essas instituições federais, o que totaliza 661 unidades no país. Boa parte dos institutos federais responde a uma lógica de desenvolvimento local, ofertando formações conectadas à vocação produtiva da região onde se situam, como cursos da área agrônômica em localidades rurais.

A rede estadual representa 38,31% da oferta de EPT nas modalidades integrado, concomitante, subsequente, FIC e Ejatec (Educação de Jovens e Adultos Integrado à Educação Profissional), com 162 cursos técnicos. A oferta nos 26 estados e no Distrito Federal acontece de diferentes formas: direta, pela própria rede estadual, por meio de autarquias governamentais ou de fundações. O Centro Paula Souza, em São Paulo, é um exemplo de autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que administra 223 Etecs (Escolas Técnicas) e 73 Fatecs (Faculdades de Tecnologia). As Etecs paulistas

HÁ HOJE VARIADOS TIPOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA PARA O JOVEM, OFERTADOS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS, PELO GOVERNO FEDERAL E POR ESCOLAS DOS SETORES PRODUTIVOS COMO SESI E SENAI.

contam com ensino médio, técnico integrado ao médio e ensino técnico, com habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, on-line, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e especialização técnica. As Fatecs, por sua vez, têm cursos de graduação tecnológica em diversas áreas, como informática, tecnologia da informação, turismo, entre outras, além de pós-graduação e atualização tecnológica.

O Sistema S, nome do conjunto das organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes, cooperativas, microempresas), voltadas para qualificação profissional, pesquisa e assistências técnica e social, também contribui há décadas com a formação de milhares de jovens no Brasil, por meio de dezenas de cursos técnicos (de nível médio, superiores de tecnologia, de formação continuada para qualificação, aperfeiçoamento ou especialização), pagos e gratuitos, nas mais variadas áreas profissionais, em sua rede de cerca de quinhentas escolas, laboratórios e centros de tecnologia distribuídos pelo país.

O jovem pode optar por cursos de nível médio, superior e de formação continuada.



O ensino médio integrado ao técnico, por exemplo, conta com itinerários formativos desenhados a partir das metodologias do Sesi, maior rede de educação básica privada brasileira, e do Senai, principal rede de educação profissional da América Latina, e ao término confere ao aluno o diploma do curso técnico e/ou o certificado do ensino médio integrado com o itinerário de aprofundamento por ele escolhido.

MATRÍCULAS, ESCOLAS E DOCENTES DA EPT NO NÍVEL MÉDIO DAS REDES ESTADUAIS DE ENSINO POR EIXO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS

Eixo	Matrículas	Escolas	Docentes
1. Ambiente e saúde	96.118	964	13.506
2. Desenvolvimento educacional e social	8.761	74	625
3. Controle e processos industriais	58.029	438	9.366
4. Gestão e negócios	248.752	2.198	33.686
5. Turismo, hospitalidade e lazer	13.733	214	2.755
6. Informação e comunicação	104.571	1.163	17.798
7. Infraestrutura	18.850	184	3.268
8. Militar	-	-	-
9. Produção alimentícia	7.846	109	1.496
10. Produção cultural e design	16.974	203	2.576
11. Produção industrial	19.420	174	3.071
12. Recursos naturais	44.890	567	7.163
13. Segurança	27.627	259	3.111
Total	665.571	6.547	98.421

Fonte: IBGE, *Censo Escolar 2019*.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM 2020 EM RELAÇÃO AOS ENSINOS FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Nível fundamental	- FIC – Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional – carga horária de 160 a quatrocentas horas. - Ejatec – Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional – alunos com 15 anos ou mais.
Nível médio	- FIC – Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional – carga horária de 160 a quatrocentas horas. - Cursos técnicos articulados (integrado ou concomitante) – carga horária de oitocentas, mil ou 1.200 horas – 20% da carga horária pode ser à distância. - Itinerário formativo – módulo com terminalidade específica – 20% da carga horária do curso técnico e certificação intermediária. - Subsequente (após o ensino médio) – carga horária de oitocentas, mil ou 1.200 horas. - Educação à distância – 50% presencial para saúde e 20% para as demais áreas. - Especialização de nível médio – 25% da carga horária de oitocentas, mil ou 1.200 horas. - Programa de Aprendizagem Profissional – mínimo de quatrocentas horas teóricas + mais prática na empresa (mínimo de oitocentas horas de prática). - Estágio – pode integrar ou não a carga horária do curso técnico. - Ejatec – Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional – alunos com 18 anos ou mais.
Nível superior e pós-graduação	- Graduação tecnológica – título de tecnólogo - Graduação – título de bacharel - Mestrado e doutorado profissional



Programa de Aprendizagem Profissional

Outro caminho possível para ampliar a experiência profissional é pelo tradicional sistema de aprendizagem profissional ou Programa de Aprendizagem Profissional, que une estudo e trabalho, pois oferece formação teórica (mínimo de quatrocentas horas), junto com experiência prática em empresas (mínimo de oitocentas horas), para adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, que estejam necessariamente frequentando a educação básica.

O Ministério do Trabalho determina que, conforme o porte, as empresas ficam obrigadas a empregar jovens em quantidade equivalente a 5% até 15% do número de funcionários de funções que exigem formação profissional. Pelo programa, o jovem tem um contrato em regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e recebe salário e todos os benefícios, o que favorece o aluno que precisa trabalhar. É possível também articular o Programa de Aprendizagem Profissional com o ensino médio.

A aprendizagem profissional tende a funcionar melhor em corporações que de fato se engajam em formar profissionalmente os aprendizes, com lideranças da empresa exercendo papel mais formativo na vida do profissional do que naquelas que cumprem suas cotas de aprendizes de forma burocrática, apenas para evitar multas trabalhistas. No Brasil, em 2018, o total de vínculos do programa de aprendizagem profissional de jovens com idade até 29 anos era baixo, de 431.806, de acordo com a Rais (Relação Anual de Informações Sociais), e a maioria deles atuava como auxiliar de escritório ou assistente administrativo, nos setores de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e indústrias de transformação.

Formações teórica e prática compõem o sistema de aprendizagem profissional, voltado para a faixa de 14 a 24 anos.

Cursos livres de curta duração

Existem também várias combinações possíveis de escolaridade média com cursos de qualificação que aperfeiçoam a formação e são vistos positivamente pelo setor produtivo, ampliando a possibilidade de inserção no mundo do trabalho. Exemplos são os cursos livres de curta duração, presenciais ou à distância, que podem somar várias horas. Alguns deles: formações do Sistema S; certificações de empregados do setor formal pelo Senai; treinamentos, seminários, cursos de empresas ou estágio e programa de trainee; programas municipais ou estaduais de reforço escolar e formações pessoal e profissional; cursos livres à distância em universidades públicas ou em institutos federais; cursos na Etsus, que é a rede de escolas técnicas do SUS, ou em redes hospitalares particulares; e formações em organizações não governamentais, em variadas áreas, como empreendedorismo, gestão administrativa, audiovisual, gastronomia, estética.

A formação profissional exige diferentes cursos ao longo da vida, que começam na juventude e continuam por anos.



EPT como possibilidade real de futuro

Existe em muitos países uma queixa de descompasso entre o ensino na educação básica e o mundo atual, em constante mudança, com cenários de trabalho cada vez mais dinâmicos. Aponta-se a necessidade de mais articulação entre a formação geral e a profissional, dada a realidade de mudanças tecnológicas e de organização do trabalho, que requerem trabalhadores com múltiplas habilidades, autonomia e mais flexibilidade. Há um entendimento de que, nesse cenário, os jovens necessitam de conhecimentos, tanto acadêmicos quanto do universo laboral, para que possam se desenvolver individual, social e profissionalmente.

No Brasil, o que está em jogo principalmente é garantir que os estudantes se formem ao final do ensino médio com condições para a continuidade dos estudos e para a inserção profissional qualificada e digna, no mundo contemporâneo em constante mudança, que exige adaptação, colaboração, inventividade e uso de novas tecnologias.

Nesse contexto, a EPT pode ser uma possibilidade real de futuro para milhões de jovens do país, como modalidade educacional que prepara para o exercício das profissões. São várias as razões:

- a) a EPT está sintonizada com o mundo em constante transformação com inovações tecnológicas e científicas e com a organização do trabalho, que demanda profissionais flexíveis e com variadas habilidades;
- b) o trabalho como princípio educativo desenvolve competências e habilidades para que o jovem interaja melhor em um mundo em transformação, o que propicia protagonismo profissional e social ao estudante;
- c) educação e trabalho são direitos constitucionais do jovem e fazem parte, ao mesmo tempo, do seu exercício pleno da cidadania e da sua inserção produtiva, promovendo também o desenvolvimento econômico e social do país;

- d) engloba a educação profissional técnica de nível médio, a educação profissional tecnológica de nível superior, a educação profissional tecnológica de pós-graduação, além da formação inicial e continuada, ou seja, tem início no ensino médio e pode ter continuidade ao longo da vida, de acordo com os anseios e as necessidades do estudante, num itinerário contínuo, ligando o ensino técnico com o superior e demais formações profissionais;
- e) pesquisas têm evidenciado que jovens com formação técnica apresentam mais chances de conseguirem trabalho e de desenvolverem uma carreira profissional do que aqueles que têm apenas o ensino médio regular, e as ocupações técnicas alcançam melhor reconhecimento e remuneração que demais ocupações de nível médio não técnicas.

Um dos desafios da EPT no país é a ampliação de sua oferta e demanda. Só um a cada dez jovens brasileiros cursam EPT, enquanto em nações com economia desenvolvida a média é de um para cada dois jovens. Essa preocupação consta na meta 11 do Plano Nacional de Educação de 2014, que determina triplicar até 2024 as matrículas da EPT de nível médio, assegurando a qualidade da oferta, e estabelece que pelo menos 50% dessa expansão seja no segmento público, a cargo de governos estaduais, com o apoio do MEC, ou no nível federal.

Para que seja bem-sucedida, a expansão da modalidade no país precisa ter rigor e qualidade e estar necessariamente conectada à juventude, ao setor produtivo e desenvolvimento econômico do país e ao trabalho do futuro. O detalhamento de uma proposta de EPT emancipatória encontra-se no capítulo a seguir.

✓ EM SÍNTESE

- O Brasil conta com aproximadamente 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos, que têm direito à formação educacional e profissional e que podem contribuir para o desenvolvimento do país. Considerando o bônus demográfico e a Lei nº 13.415/17, que traz mudanças ao ensino médio, trata-se de uma oportunidade histórica.
- Baixa qualidade da educação e da atratividade do ensino médio, altas taxas de reprovação e de abandono, desconexão da escola com o universo profissional, preconceito e desinformação sobre a formação profissional e técnica e pouca oferta da modalidade, assim como baixo acesso à universidade restringem hoje as perspectivas de uma formação profissional digna que envolva os estudos e o trabalho para a maioria dos jovens brasileiros, comprometendo seu futuro.
- Há, entretanto, diferentes caminhos possíveis de formação profissional para essa parcela da população, com variadas trajetórias, que têm por premissa a necessária e desejável integração entre a formação técnica e a acadêmica, numa clara perspectiva de formação integral e aprendizado ao longo da vida.
- As trajetórias englobam o novo ensino médio regular, com formação técnica e profissional em mesmo turno ou período, além de cursos técnicos de formação média, Programas de Aprendizagem Profissional, cursos de formação inicial e continuada, de tecnólogo, bacharelado, licenciatura, especialização e pós-graduação.



Capítulo 4

EPT como chance real de futuro e **de projeto de país**

O trabalho, como o conhecemos, está mudando – e a expectativa é que se transforme ainda mais. Com a inteligência artificial, computadores passam a realizar tarefas cognitivas, ao mesmo tempo em que a automação das indústrias é uma realidade, substituindo trabalhos manuais. Ofícios são criados, enquanto outros deixam de existir.

A legislação e as relações trabalhistas também têm sido postas à prova com o surgimento de novos modelos de negócio, com impacto nas diferentes cadeias produtivas globais. É crescente a força de trabalho entre as pessoas acima de 50 anos, explicada, em grande parte, pelo envelhecimento populacional e pelo fato de os jovens ingressarem cada vez mais tarde no mundo do trabalho.

O emprego permanente, presencial, em tempo integral, em horário e local preestabelecidos e sob direção e controle diretos do empregador deixou de ser uma realidade para milhares de profissionais, como já apontado no primeiro capítulo. Sobre esse aspecto, o ano de 2020 poderá ser um divisor de águas, em especial por conta do isolamento social frente à pandemia da Covid-19, que pode acelerar a adesão a uma tendência que já é crescente: a do trabalho remoto.

Com tantas mudanças, preparar os indivíduos para os novos postos de trabalho se tornou um imperativo. Se não é possível prever, com exatidão, todos os efeitos da chamada quarta Revolução Industrial – marcada por inovações como computação em nuvem, algoritmos, big data, a internet das coisas etc. –, ao menos se pode estimar as habilidades que já são, e que provavelmente continuarão sendo, cada vez mais exigidas nas próximas décadas.

Além de se prepararem para lidar com as consequências da globalização, como o acirramento de concorrências, avanços tecnológicos e mudanças demográficas, os países precisam enfrentar o desemprego juvenil, que ameaça o desenvolvimento e a superação das desigualdades sociais. O relatório da OIT, *Tendências globais de emprego para a juventude*, de 2017, indica que, em todo o mundo, mais de 70,9 milhões de jovens estão sem emprego. Segundo o documento, os países da América Latina seguem uma tendência de crescimento no desemprego juvenil, enquanto a Europa apresenta uma tendência de melhora. Nos países da OCDE, quase dois em cada dez jovens desempregados estão sem trabalho há um ano ou mais.

A baixa disponibilidade de profissionais qualificados é um empecilho, mesmo nas economias mais dinâmicas. O estudo *Education to employment: designing a system that works (Educação para o trabalho: criando um sistema que funcione*, em tradução livre), elaborado pelo McKinsey Global Institute, em 2012, estima que, na América Latina, entre 40% e 50% dos empregadores indicam a falta de habilidades para o mundo do trabalho como o principal fator para as vagas não preenchidas. O déficit de profissionais bem formados explica por que,

na chamada sociedade do conhecimento, economistas já consideram como a “nova riqueza das nações” o capital humano, ou seja, o quanto um país dispõe de trabalhadores aptos a atender tanto a demanda atual como a expectativa futura, com vistas a mais eficiência produtiva e inovação tecnológica, essenciais ao desenvolvimento econômico e social.

Não é por acaso que os países de economia avançada – cientes de que educação é um vetor de desenvolvimento econômico e preocupados em ter mais preparo e competitividade no cenário global, de criação de tecnologia e inovação – apostam na formação profissional ainda no processo escolar formal, com a aplicação de princípios acadêmicos e conceituais a problemas e situações práticas.

Essas nações estão alertas ao fato de que, cada vez mais, se demanda que os profissionais sejam autônomos, críticos e propositivos, e não apenas que realizem suas tarefas solicitadas de forma mecânica e restrita. Espera-se que mobilizem conhecimentos para propor soluções. É o que ocorre, por exemplo, quando o conhecimento ambiental e ecológico adquirido na escola é utilizado por um trabalhador em determinado setor produtivo para revisar fluxos e processos e até mesmo para substituir práticas ou tipos de materiais.

No Brasil, a EPT pode representar o espaço privilegiado para o início de uma formação qualificada em que os conhecimentos técnicos e acadêmicos se integrem para o desenvolvimento das competências necessárias não apenas para o profissional se inserir no mundo do trabalho, mas também para se manter atualizado e em condições de se adaptar a novas exigências que passarão a ser uma constante.

ALÉM DOS VÁRIOS
CONHECIMENTOS
TÉCNICOS E ACADÊMICOS,
A AUTONOMIA, A
CRÍTICA E A CRIAÇÃO DE
SOLUÇÕES SÃO CADA
VEZ MAIS EXIGIDAS
DOS PROFISSIONAIS NO
MUNDO TODO.

REQUISITOS PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO

- Investimento e acumulação de conjunto de habilidades e características produtivas que o indivíduo adquire ao longo da vida.
- Habilidades cognitivas: raciocínio verbal e numérico, memória operacional e resolução de problemas.
- Habilidades socioemocionais: características da personalidade relacionadas a comportamentos como trabalho em equipe, confiabilidade, disciplina e esforço.
- Habilidades técnicas: exigidas para desempenhar tarefas específicas.
- Construção de habilidades em etapas, umas sobre as outras, por meio de diferentes mecanismos e em diferentes momentos do ciclo de vida.

Jovens como melhor aposta para o Brasil

Diante do exposto, uma constatação é certa: será por meio do maior engajamento dos jovens brasileiros, que hoje representam cerca de 50 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, que o país poderá impulsionar sua economia e seu desenvolvimento nas próximas décadas. Trata-se de um momento decisivo que pode definir qual lugar o país ocupará no cenário internacional, com a ampliação da produção de riqueza e a sua distribuição de forma mais justa.

Se, por um lado, será preciso que os idosos sigam ativos, trabalhando por mais tempo, por outro se tornará estratégico assegurar aos jovens os requisitos necessários para ingressarem, de forma qualificada, no mundo do trabalho. Essa é a oportunidade que o Brasil não pode perder, se decidir continuar entre as dez maiores economias mundiais. Por isso, é estratégico o investimento no desenvolvimento de competências na escola e no mundo produtivo.

Mas o que o Brasil pode fazer para assegurar esse futuro profissional dos jovens? Certamente, a resposta passa pelos caminhos que o país escolher hoje. Além de promover políticas de formação de médio e longo prazos, também tem de superar desigualdades sociais históricas, que marcam profundamente a sociedade brasileira e que geram um enorme custo social para o país.

Entre os jovens que conseguem concluir a educação básica, são poucos os que chegam à universidade. Simon Schwartzman (2016) lembra que “a chance de um candidato conseguir uma vaga em uma universidade federal por meio do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) é menor que 4%. É um jogo de cartas marcadas, em que o resultado é sabido de antemão. Deixando de lado as diferenças individuais, ele depende fortemente de dois fatores: o nível socioeconômico da família do estudante e se ele vem de um instituto federal, escola pública ou escola privada”.

Em um país em que as oportunidades educacionais são desiguais, aqueles que têm mais escolaridade são também os que alcançam mais retorno financeiro, ocupando postos de trabalho com melhor remuneração. Esse quadro vem se alterando, embora lentamente. O relatório *Competências e empregos: uma agenda para a juventude*, divulgado em 2018 pelo Banco Mundial, já aponta uma tendência de queda, entre 2004 e 2015, no impacto econômico sobre a renda entre quem concluiu o ensino médio e também entre os que têm diploma de nível superior. Isso significa que terminar a educação básica ou a faculdade hoje tem um efeito menor sobre a remuneração do que tinha no início dos anos 2000.

Problemas de acesso, qualidade, permanência e conclusão no ensino médio resultam num cenário alarmante: ao final, os jovens não estão adquirindo competências requeridas pelos postos de trabalho. Assim, ter o diploma dessa etapa não garante colocação profissional. Dados da PNAD Contínua do IBGE demonstraram que 40% da população economicamente ativa e com o ensino médio concluído

estava desocupada no Brasil no primeiro trimestre de 2020. O estudo indicou ainda que três em cada dez jovens de 18 a 24 anos estavam desocupados no primeiro trimestre de 2020. Entre as mulheres, a taxa de desocupação foi de 53,4%, e entre pretos e pardos, de 59,1%.

“Um em cada dois jovens brasileiros com idade entre 19 e 25 anos corre sério risco de ficar fora do circuito dos bons empregos no país e, com isso, está mais vulnerável à pobreza”, segundo o relatório do Banco Mundial *Competências e empregos: uma agenda para a Juventude*.

Para os jovens que estão iniciando sua trajetória profissional, os longos períodos de desemprego, de emprego informal ou de trabalhos precários – como milhões de entregadores de aplicativos no país – podem levar a consequências adversas por prolongados períodos, tanto socioeconômicas como emocionais, e atrasar o seu desenvolvimento profissional, o que reduz as perspectivas futuras de inserção produtiva, assim como a formação do capital humano no país.

Assegurar de fato aos jovens brasileiros uma inserção digna e qualificada no mundo produtivo é uma pauta que precisa constar na agenda dos formuladores de políticas, dos educadores e dos representantes do setor produtivo, que requisita profissionais. O aspecto positivo é que já há consenso sobre a necessidade de mais conexão entre a formação geral e a formação profissional ainda na educação básica, e existe na literatura internacional o entendimento de que os estudantes necessitam de conhecimentos tanto acadêmicos como profissionais para que se desenvolvam, individual, social e profissionalmente, em quaisquer profissões que escolham exercer.

É importante frisar que o desenvolvimento pleno da EPT no Brasil extrapola unicamente o campo da educação, pois requer políticas

públicas intersetoriais, que envolvam outras áreas, como as de desenvolvimento econômico e de trabalho. Desse modo, investir coletivamente na produção de conhecimento e de tecnologia é acreditar que o país pode, nas próximas décadas, ocupar um lugar de destaque no competitivo mercado global. Isso permitirá ampliar a capacidade produtiva nacional, que atualmente é bastante dependente da exportação de produtos primários de baixo valor agregado.

Competências e habilidades para constantes mudanças

Em face do relatado, quais habilidades são necessárias para o jovem acessar postos qualificados de trabalho? Quais práticas pedagógicas são mais promissoras na preparação de jovens para a vida produtiva e para o exercício da cidadania? Como identificar os programas de formação que melhor desenvolvem essas habilidades?

Os caminhos passam pelo empenho na formação do adolescente, ainda no ensino médio, para o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais, morais e técnicas, isto é, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para a resolução de demandas complexas da vida cotidiana, para o pleno exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. As competências são, de uma forma sintética, a capacidade de empregar um conhecimento (*saber como fazer algo*) e aplicá-lo na prática (*realizar uma tarefa*).

O ensino de competências e habilidades está intimamente relacionado à ideia de educação ao longo da vida, que pressupõe quatro pilares: *aprender a conhecer*, *aprender a fazer*, *aprender a conviver* e *aprender a ser*, como propôs o economista e político francês Jacques Lucien Jean Delors, no período em que atuou na Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Para ele, no mundo em que o conhecimento é o capital mais valorizado, somente uma sociedade educativa pode promover a necessária articulação

entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. Ou seja, na contemporaneidade, muito mais importante que ter um mero diploma é possuir o conjunto de competências propulsoras do aprimoramento.

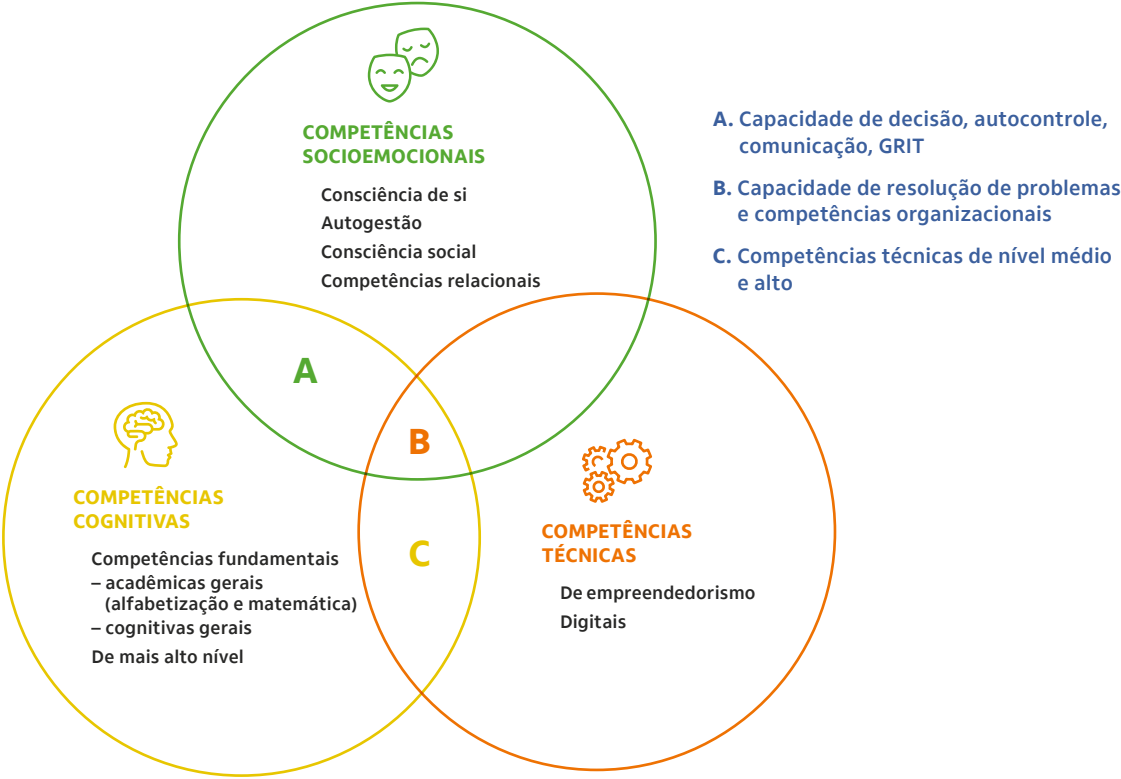
A escola, enquanto espaço privilegiado de formação para a vida em sociedade, tem uma responsabilidade sobre o desenvolvimento das competências morais, sociais e emocionais de seus estudantes, para formar cidadãos e profissionais capazes de incidir no mundo com uma postura crítica e comprometida com princípios éticos, democráticos, solidários e de justiça.

O aprimoramento dessas competências responde a uma exigência cada vez mais recorrente dos empregadores, que buscam profissionais autônomos e proativos. Muito mais do que executar uma tarefa preestabelecida, espera-se que eles sejam capazes de compreender o contexto no qual o trabalho está inserido, aperfeiçoando fluxos, processos e resultados.

O jovem deve desenvolver suas competências cognitivas, emocionais, técnicas, assim como senso ético e de cidadania.



COMPETÊNCIAS COGNITIVAS, SOCIOEMOCIONAIS E TÉCNICAS REQUERIDAS PELO MUNDO DO TRABALHO



Cognitivas: são competências centrais que o cérebro usa para pensar, raciocinar, relacionar, fazer associações e análises. Englobam conhecimentos básicos, como ler, contar e dizer as horas e permitem que os estudantes pensem criticamente sobre as diferentes áreas do conhecimento. Significam o alicerce das aprendizagens desenvolvidas no ensino fundamental e mobilizadas ao longo da vida.

Socioemocionais: são comportamentos, atitudes e valores mobilizados em várias situações da vida cotidiana e do mundo do trabalho e aprendidos durante as interações sociais e interpessoais, bem como com nas estruturas sociais. Alguns exemplos: consciência de si, autogestão, consciência social, competências relacionadas à capacidade de decisão, autocontrole, comunicação, resolução de problemas, resiliência, trabalho em equipe, consciência ética e organização.

Técnicas: são o conhecimento e a experiência necessários para a realização de uma tarefa. Podem ser bastante específicas e incluir o domínio de determinada área e/ou temática, assim como a utilização de procedimentos, materiais ou tecnologias. Incluem ainda o empreendedorismo e os conhecimentos digitais.

Fonte: Banco Mundial. *Competências e empregos: uma agenda para a juventude*, 2018, p. 21: <http://bit.ly/2NRYFYG>

Expectativa do jovem sobre o ensino médio

Os jovens sabem dos desafios para o ingresso no mundo do trabalho e esperam que a escola os prepare para a vida profissional. A pesquisa *Repensar o ensino médio*, de 2016, já citada, traz alguns elementos importantes para essa discussão. Ao entrevistar os 1.551 estudantes de 15 a 19 anos, o levantamento mostrou que a maioria (71%) afirma que a principal motivação para cursar a etapa é a preparação para o vestibular, bem à frente do preparo básico para o mundo do trabalho (17%) ou de formação para a vida (10%).

Essa constatação poderia sugerir que, para os jovens, a educação profissional é menos importante. No entanto, a mesma pesquisa revela que cerca de 78% deles atribuem grau de importância 9 ou 10 para matérias dirigidas à formação profissional, técnica e de aconselhamento para o futuro, a exemplo de como escolher sua profissão e como se portar no ambiente de trabalho. Além disso, a maioria manifestou interesse em ter alguma formação técnica profissional.

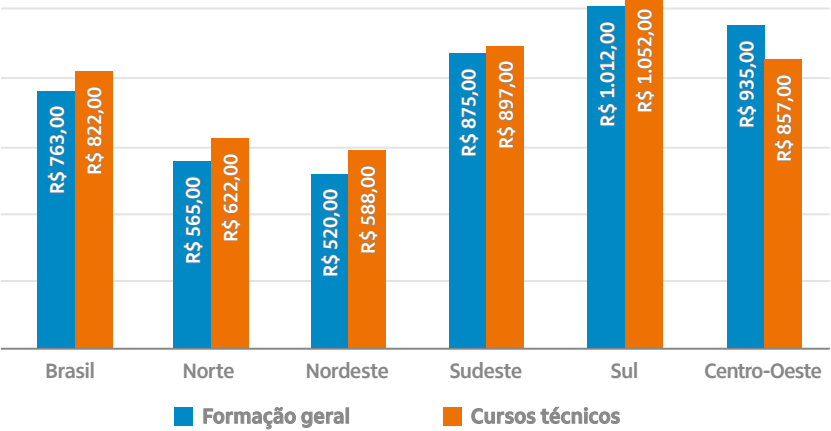
Chama a atenção também o fato de que 54% dos estudantes dizem desconhecer as modalidades do ensino técnico (percentual que chega a 72% entre os mais pobres). Ao mesmo tempo, parte deles se sente desmotivada a ingressar num curso técnico pelo fato de o processo seletivo dessas escolas ser muito concorrido (42% das respostas) ou por falta de acessibilidade geográfica, isto é, são longe ou pouco acessíveis (40%). A concorrência e o pouco acesso acabam gerando distorções pelas quais estudantes de famílias com mais capital cultural optam pelo ensino técnico no intuito de conseguirem melhor desempenho no vestibular em bacharelados não necessariamente ligados aos cursos técnicos em que esses adolescentes se formaram.

Por outro lado, 95% dos ouvidos na mesma pesquisa têm interesse em saber mais sobre o ensino técnico, por meio da escola, em murais, panfletos e palestras, bem como pelos professores. Todos esses números demonstram que é urgente investir em campanhas de comunicação direta com os jovens, assim como incluir as possibilidades de ensino técnico na formação continuada dos educadores para que eles conheçam as opções e engajem seus alunos. O calendário do Enem, por exemplo, é amplamente divulgado, mas o mesmo nem sempre ocorre com o período de inscrições dos cursos técnicos.

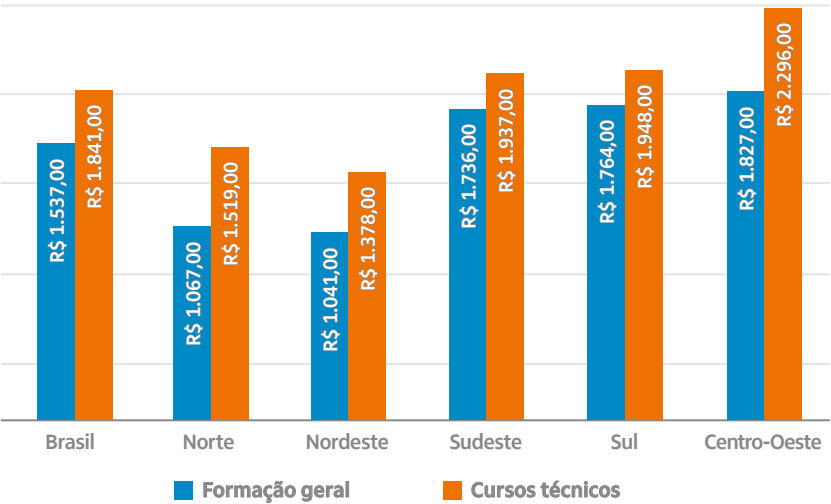
É válido destacar também que a educação profissional e tecnológica, além de facilitar o ingresso no mundo do trabalho, leva a melhores salários, principalmente no início da carreira. Resultados da Pnad, que investigou a educação profissional da população, revelaram em 2017 uma “vantagem” econômica entre as famílias que escolheram a EPT: a renda per capita familiar dos trabalhadores que faziam cursos técnicos era 11,7% superior à dos profissionais que estudavam no ensino médio regular.

Além disso, aqueles que concluíram o curso técnico receberam salários 20% maiores do que os que terminaram o ensino tradicional. Pesquisas de mercado também têm demonstrado periodicamente que há no Brasil algumas formações técnicas, sobretudo da área de tecnologia, que se equiparam ou chegam a ultrapassar a remuneração média de alguns cursos superiores.

RENDIA PER CAPITA FAMILIAR DOS ESTUDANTES, POR TIPO DE CURSO NO ENSINO MÉDIO E POR REGIÃO – BRASIL – 2017 *



RENDIA PER CAPITA FAMILIAR DOS EGRESSOS, POR TIPO DE CURSO NO ENSINO MÉDIO E POR REGIÃO – BRASIL – 2017 *



* Fonte: Pnad - Educação e Qualificação Profissional (IBGE, 2017).
 MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de, *As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores*, 2019, p. 12-13.

Cooperação fundamental entre educação e setor produtivo

Para se oferecer aos jovens, de forma efetiva, um leque de possibilidades de projeto de futuro e uma inserção qualificada no mundo do trabalho, deve haver uma aproximação da escola com o setor produtivo. O diálogo e as parcerias entre esses diferentes universos são fundamentais no ensino médio, de forma que a preparação para o trabalho seja oferecida a todos os estudantes em idade para essa etapa, tendo em vista que o país precisa ampliar e qualificar sua oferta.

Esse diálogo entre setor público e privado é historicamente marcado por uma desconfiança mútua, uma vez que ambos os setores têm regramentos, legislações, atribuições, processos e visões diferentes, mas precisam avançar para um modelo de integração, com mais confiabilidade e real cooperação intersetorial. Já há casos positivos, como o estado do Ceará, que tornou o estágio obrigatório no último semestre das escolas com ensino médio integrado ao técnico. Ali o governo é o responsável pelo pagamento das bolsas, transporte, seguro de vida e alimentação, sendo que, em cada escola, um professor acompanha o processo de estágio e faz a mediação com as empresas (*ver mais exemplos no capítulo 5*).

No Brasil, o Sistema S já acumula experiência de cooperação com o setor produtivo na aprendizagem inicial e continuada, por meio das instituições como o Senai, que oferece formação profissional a menores aprendizes, cursos técnicos e tecnólogos industriais, bem como cursos e treinamentos rápidos destinados a adultos; e como o Senac, em cursos livres, técnicos, de graduação, pós-graduação, extensão universitária e *in company*. Seu Programa de Aprendizagem prevê que os jovens tenham uma jornada de estudos e outra na empresa, de forma que possam vivenciar uma educação que integra a sala de aula e a vivência profissional.

O sistema privado de ensino técnico também tem uma expressiva participação na formação profissional: o Censo Escolar de 2019 aponta que 45% dos estabelecimentos de ensino de educação profissional no país estão na rede privada e atendem a 41% das matrículas. Contudo, sua distribuição está muito concentrada na zona urbana: apenas 4% das 2.905 escolas privadas que oferecem essa modalidade de ensino situam-se na zona rural.

Das experiências que vêm obtendo êxito na oferta de educação técnica interligada ao ensino médio, Schwartzman destaca duas: no estado de São Paulo, o CPS (Centro Paula Souza) e no Ceará, o já citado programa de escolas de ensino médio integrado. Em ambos os casos, para a implantação de novos cursos, foram identificadas as necessidades e as demandas de pessoal qualificado das diferentes localidades.

No caso paulista, o CPS aprimorou sua atuação em parcerias com a Secretaria da Educação do estado de São Paulo e prefeituras, o que permitiu oferecer formação técnica sob a supervisão de escolas técnicas em classes descentralizadas em escolas regulares de ensino médio. Esse foi um caminho encontrado para ampliar a oferta de vagas com menor investimento e melhor uso de recursos.

Outro exemplo, bem mais antigo e que continua em vigor, de união entre escola e setor produtivo, é a Lei da Aprendizagem. Ela obriga que empresas médias e grandes tenham uma porcentagem de 5% a 15% de jovens aprendizes em seus quadros, cursando necessariamente a educação básica. Todavia, a aplicação prática desse marco legal está distante de seu objetivo maior, que é o de integrar redes de ensino e setor produtivo, gera pouco ganho de capital humano e empregabilidade e tem deixado a desejar na inclusão efetiva dos jovens. No estudo *Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação*

com o ensino médio, o pesquisador Marcelo Feres lamenta que essa lei seja compreendida na prática “mais como uma obrigação legal, que deve ser cumprida sob pena de multas trabalhistas, do que de uma oportunidade de engajamento e comprometimento do setor produtivo com a formação profissional dos aprendizes”.

Por sua vez, a prática do estágio, regulamentada pela Lei nº 11.788/2008, permite aos estudantes desenvolver competências próprias do mundo do trabalho desde os anos finais do ensino fundamental até o ensino superior. Entretanto, são poucos os docentes que efetivamente supervisionam as atividades realizadas, assim como são raros os contratantes que dialogam com as instituições de ensino.

Esse distanciamento prejudica tanto o desenvolvimento do setor produtivo como a formação integral dos jovens, que precisam se colocar em um mundo em constante transformação. Outro desafio é assegurar que os currículos não fiquem defasados, o que exige um exercício contínuo de discussão, aperfeiçoamento e atualização curricular, de modo a contemplar as aprendizagens requeridas pelo setor produtivo.

Para além do que já existe, a cooperação fundamental entre educação e setor produtivo pode ser expandida, a partir de agora, em algumas ações concretas por parte das empresas, a saber:

- participação efetiva e direta na criação de novos currículos verdadeiramente articulados (conhecimentos essenciais conectados ao conteúdo técnico) e próximos da vida profissional;

PROXIMIDADE, DIÁLOGO,
PARCERIA E CONSTRUÇÃO
CONJUNTA ENTRE
GOVERNOS E SETOR
PRODUTIVO PODEM
RESULTAR EM MELHOR
FORMAÇÃO PROFISSIONAL
PARA OS JOVENS.

- estreitamento do vínculo entre empresa e escola com vistas à formação integral dos jovens para o mundo do trabalho;
- divulgação, para alunos e profissionais da educação, do cenário de desenvolvimento do setor produtivo e das perspectivas futuras de trabalho;
- promoção de mais engajamento para que os jovens e suas famílias conheçam e se interessem pela EPT;
- apoio à formação continuada de docentes para que os professores possam desenvolver em sala de aula as competências requeridas pelo mundo produtivo;
- incidência nos gestores e proposição de políticas públicas intersetoriais, não só na área da educação;
- participação na universalização de serviços-chave para a educação, como a internet banda larga nas escolas;
- pressão junto ao poder público pela continuidade e expansão, a longo prazo, de boas políticas de formação profissional;
- cessão de espaços para atividades pedagógicas, construção de laboratórios, fornecimento de equipamentos, entre outras contribuições de infraestrutura;
- reconhecimento, premiação e divulgação das boas práticas das redes de ensino.

Como aponta Claudia Costin, diretora-geral do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, podem ser criadas por parte do setor público, a longo prazo e com a participação da iniciativa privada, agências públicas de aconselhamento de competências como as que existem na Alemanha.

Elas operam para estabelecer e orientar a respeito de quais novas competências o profissional de um setor que desaparece precisa adquirir, antes que sua profissão comece a sair de cena, permitindo assim seu reposicionamento adequado no mundo do trabalho.

A especialista também ressalta que planos de desenvolvimentos regionais nos estados, mostrando para onde aponta o desenvolvimento produtivo em cada um deles, podem qualificar o trabalho conjunto de redes de ensino e de setor produtivo na inclusão produtiva do jovem.

Setor produtivo e área da educação devem construir juntos o aperfeiçoamento da EPT no país para aumentar a oferta com qualidade.



AMPLIAÇÃO DA EPT: O QUE PODER PÚBLICO E SETOR PRODUTIVO PODEM FAZER CONJUNTAMENTE

- Divulgar estudos sobre mercado de trabalho e perfil das ocupações, por meio de periódicos direcionados aos jovens e às escolas, incluindo dados sobre ensinos médio, técnico e superior.
- Elaborar e disseminar o Mapa da Educação Profissional, que relacione oferta e demanda de formação profissional nas diversas regiões do país.
- Realinhar e atualizar a aplicação da Lei da Aprendizagem (nº 10.097/2000 e Decreto Federal nº 5.598/2005).
- Criar políticas de incentivo e de divulgação de ações de parcerias entre escolas e setor produtivo.
- Divulgar informações sobre vagas e empregos associados a ocupações que exigem técnicos.
- Engajar empregadores para atuação conjunta com as redes de ensino.
- Estimular o trabalho voluntário do setor produtivo em escolas de ensino médio.
- Compartilhar competências e habilidades requeridas pelo setor produtivo para que a temática do trabalho seja incorporada como um princípio educativo na educação básica.
- Adotar currículo que prepare os jovens para o trabalho, promova a orientação profissional e interligue instituições de educação profissional com as do setor produtivo, a fim de ampliar as oportunidades de estágios e de participação em programas de aprendizagem.

Fonte: FERES, Marcelo. *Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o ensino médio*, 2018.

Evolução da oferta da EPT no Brasil

Numa perspectiva de mais longo prazo, a oferta da EPT vem crescendo desde os anos 1990 no país, porém de forma irregular. Esse aumento deve-se, entre outros fatores, às reformulações nos marcos legais que regulamentam a educação técnica profissional, como a LDB de 1996, que fortaleceu o desenvolvimento do conceito de cidadania e a participação do jovem na vida política e produtiva.

Outro importante marco legal consistiu no Decreto nº 5.154, de 2004, que revogou o decreto anterior, nº 2.208/1997, possibilitando novamente a oferta de ensino médio integrado ao técnico. Essa medida abriu caminho para a recente reforma dessa etapa com a ampliação da carga horária total para 3 mil horas.

Contribuíram também para a expansão da EPT o amadurecimento das redes estaduais de ensino e os programas federais Brasil Profissionalizado – instituído em 2007 para fortalecer o ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de educação profissional – e Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) – criado em 2011 e que ampliou a oferta de cursos de EPT, por meio de assistência técnica e financeira, mas desde 2014 teve seu orçamento paulatinamente reduzido.

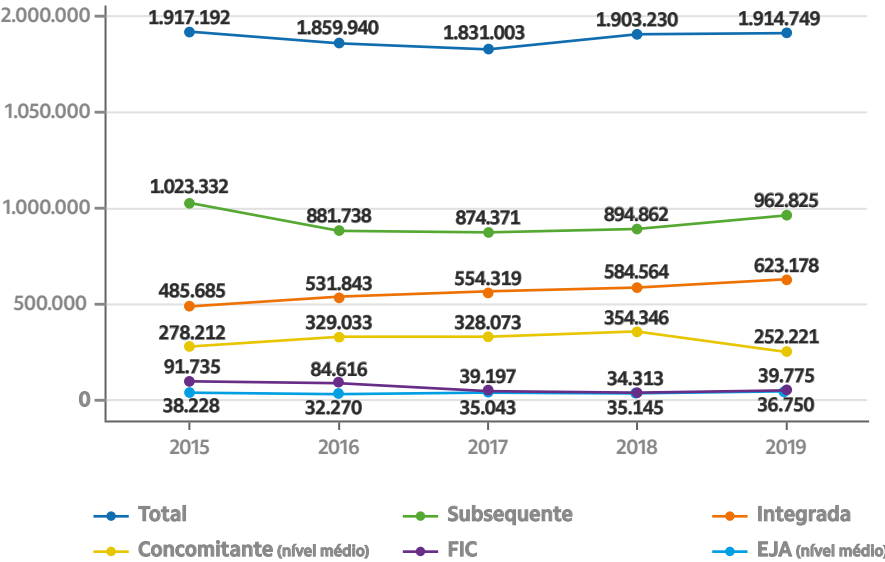
DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DE GOVERNO

Ano	Pronatec
2014	R\$ 3.788.725.617,59
2015	R\$ 2.585.605.841,61
2016	R\$ 1.365.626.519,21
2017	R\$ 283.160.683,41
2018	R\$ 141.532.616,63
2019	R\$ 4.963.079,84
2020	R\$ 0,00

Fonte: Portal da Transparência. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-de-governo>. Acesso em: 13 ago. 2020.

Schwartzman indica que a oferta de educação profissional técnica de nível médio no país seguiu uma tendência de crescimento entre 2002 e 2015, quando o número de estabelecimentos de ensino técnico de nível médio aumentou 213%, e a matrícula, 306%. Em valores absolutos, houve um acréscimo superior a 1 milhão de matrículas no período. Em 2016 e 2017, no entanto, verificou-se uma tendência de queda no total de matrículas. Felizmente, nos últimos dois anos seguintes, o número de matrículas voltou a crescer, chegando ao patamar de 1,9 milhão em 2019, segundo o Censo Escolar, bem próximo do ano de 2015.

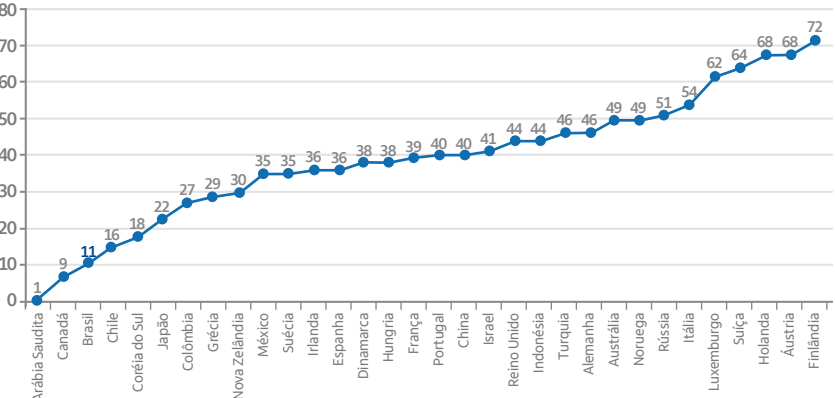
NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL – 2015 A 2019



Fonte: Inep, *Resumo técnico do Censo Escolar 2019*, p. 42. <http://bit.ly/2C0QsS5>

Apesar desses números, o Brasil, na comparação internacional, está bem distante de assegurar o acesso à formação técnica, como se pode observar no gráfico abaixo, apresentado no relatório de divulgação de resultados do Censo da Educação Superior 2019 de outubro de 2020 (INEP/MEC):

PROPORÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO EM PROGRAMAS VOCACIONAIS - 2018

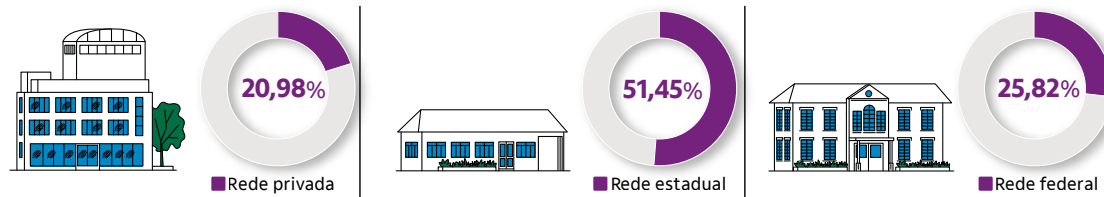


Fonte: OCDE.Stat; Dados extraídos em 15 de outubro de 2020 por MEC/Inep/Deed.

Nesse contexto, fica claro que a EPT tem o potencial de ocupar no Brasil o lugar de uma etapa moderna de desenvolvimento do jovem, articulada com o setor produtivo, com cursos atualizados e ajustados ao atual cenário global, que é perpassado pelas inovações tecnológicas e que exige constante atualização dos profissionais para que continuem se desenvolvendo. A Lei nº 13.415 abre uma grande oportunidade para essa expansão, na medida em que permite que as escolas de ensino médio ofertem o itinerário de formação técnica e profissional a milhões de alunos.

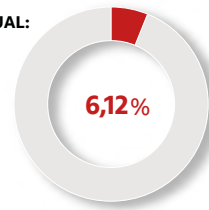
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO (EPTNM) NO ENSINO MÉDIO

Considerando todas as redes, as 940.125 matrículas na EPTNM (técnico integrado, magistério, técnico ou FIC concomitante, técnico ou FIC integrado à EJA de ensino médio) no ensino médio representam 10,36% do total de matrículas em todo o ensino médio, assim distribuídas:

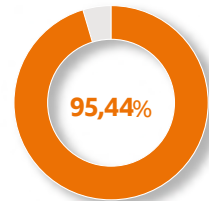
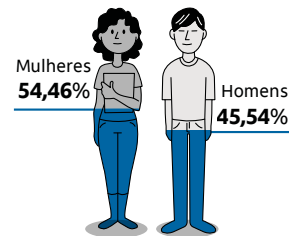


EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL:

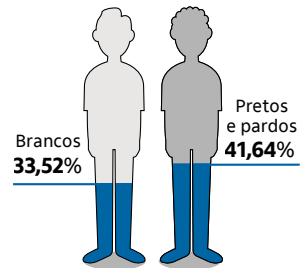
29.609 matrículas de EPTNM no ensino médio da rede estadual na zona rural.



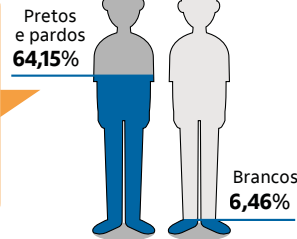
461.590 matrículas de alunos com menos de 30 anos na EPTNM no ensino médio da rede estadual.



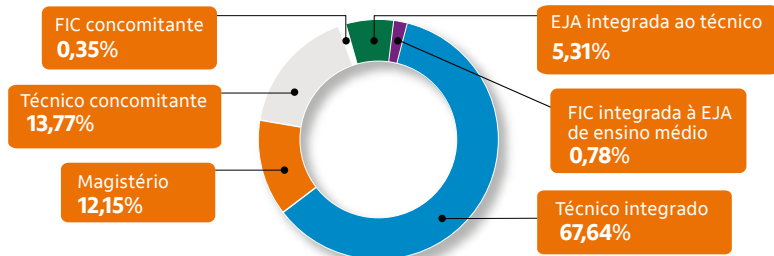
483.660 matrículas de EPTNM no ensino médio da rede estadual em 2019.



29.441 matrículas de EJA integrado a curso técnico ou FIC no ensino médio da rede estadual.



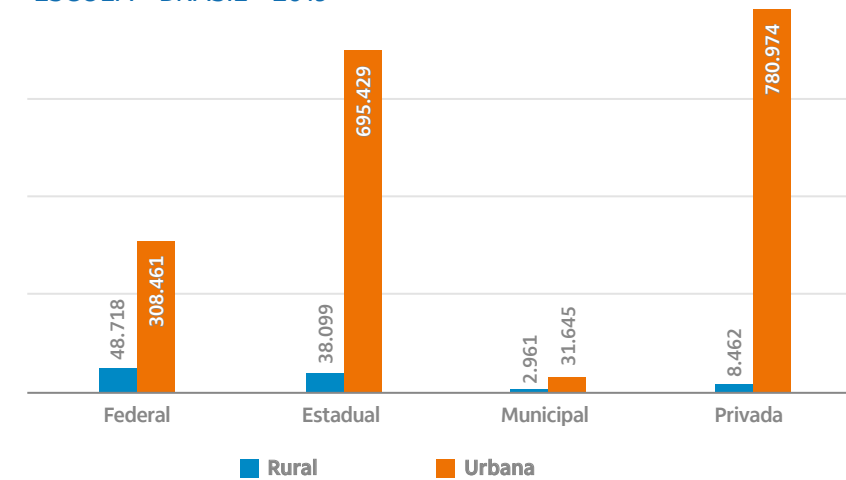
Formas de oferta de EPTNM no ensino médio da rede estadual.



Fonte: Inep, *Resumo técnico do Censo Escolar 2019*. <http://bit.ly/2C0QsS5>

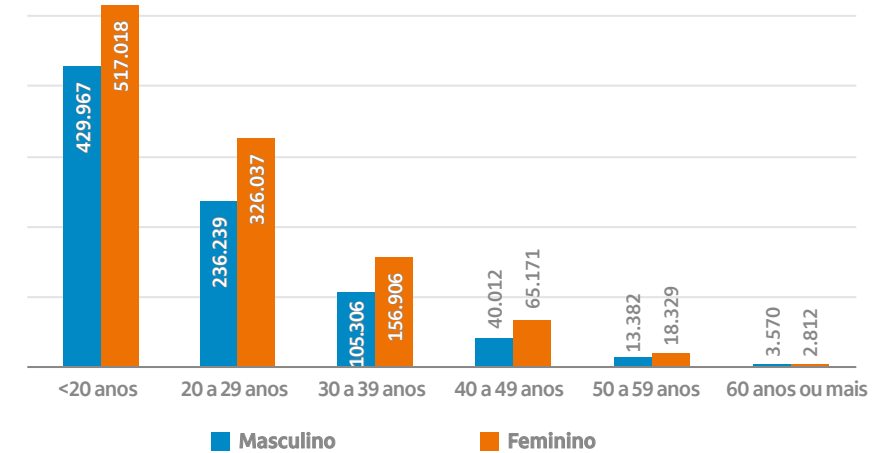
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2019



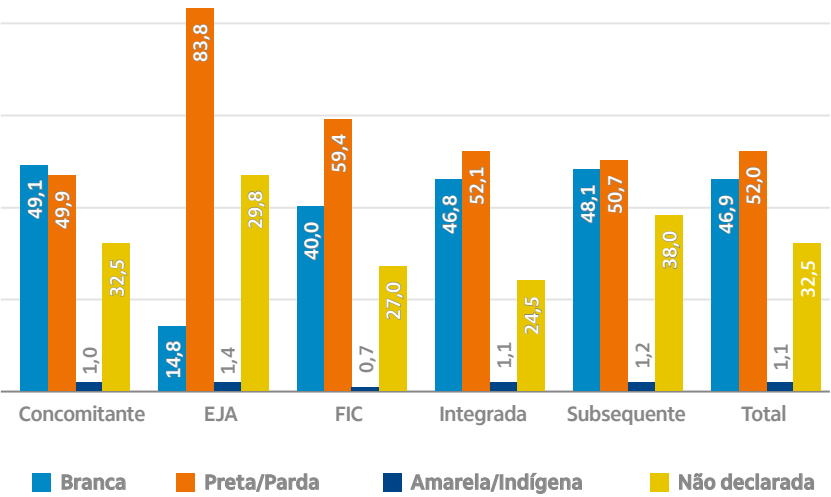
Fonte: Inep, *Resumo técnico do Censo Escolar 2019*, p. 43. <http://bit.ly/2C0QsS5>

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO – BRASIL – 2019



Fonte: Inep, *Resumo técnico do Censo Escolar 2019*, p. 41. <http://bit.ly/2C0QsS5>

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO COR/RAÇA – BRASIL – 2019



Fonte: Inep, *Resumo técnico do Censo Escolar 2019*, p. 45. <http://bit.ly/2C0QsS5>

Uma proposta de EPT emancipatória

Para fazer frente a tudo o que foi descrito, é preciso criar no Brasil um campo de formação para os jovens que interligue os saberes acadêmicos com os técnicos, desenvolva as habilidades para o trabalho do futuro, que são habilidades complexas, dialogue com as aspirações dos estudantes, confira sentido ao trabalho e engaje os jovens para a formação contínua ao longo da vida, na perspectiva de qualificação constante. A reforma do ensino médio é apenas uma parte da viabilização dessa macroideia de formação adequada alinhada ao presente e ao futuro.

O novo ensino médio abriu uma janela de oportunidades para a ampliação da oferta da EPT no Brasil porque criou os itinerários formativos com a possibilidade de articulação curricular da formação técnica profissional com a formação geral básica em 3 mil horas ao todo. Ao colocar a educação técnica como uma possibilidade de itinerário no ensino regular, a lei tornou obrigatório o direito ao ensino técnico e abriu a possibilidade de uma expansão real, com a oferta de EPT em todas as escolas de ensino médio.



Fonte: Extraído de MEC, BNCC, p. 471, http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf

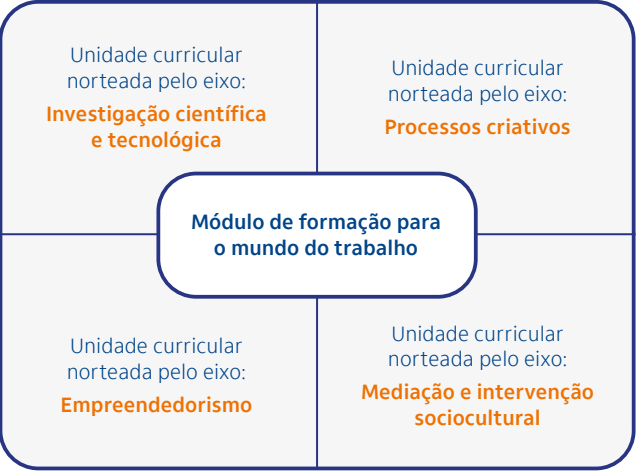
A proposta de formação técnica e profissional no ensino médio deve seguir as ocupações técnicas reconhecidas pela CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e pelo setor produtivo, considerar o potencial econômico do território e do estado, a capacidade de oferta do sistema de ensino, o interesse dos alunos e a relevância social, além de garantir vivência prática no setor produtivo ou em ambiente simulado. Ou seja, tudo precisa estar conectado (educação, trabalho e desenvolvimento econômico), incluindo o cenário de oferta de vagas de trabalho da região onde o aluno vive e estuda, o que no Brasil pode variar bastante, agravando as desigualdades entre os estados.

Estudantes que optarem pelo quinto itinerário, da formação técnica e profissional, experimentarão, vivenciarão e desenvolverão competências do mundo do trabalho, competências técnicas específicas, além de criarem seu projeto de vida e de construir cenários e perspectivas de formação e de inserção profissional.

O quinto itinerário colocará em prática muitos dos conteúdos essenciais da parte regular, como língua portuguesa e matemática. O aluno aprenderá, por exemplo, a escrever textos curtos voltados para o mundo do trabalho ou a operar softwares básicos. Ou seja, a preparação básica para o trabalho desse itinerário fornecerá competências gerais para qualquer trajetória laboral que o aluno queira trilhar posteriormente, seja em carreiras acadêmicas ou técnicas.

Esse itinerário representa, portanto, um horizonte, uma abertura, um impulsionador para que o jovem continue a acessar outras formações profissionais futuras (como de tecnólogo, especialização, bacharelado, pós-graduação, cursos técnicos curtos). Assim, se o país conseguir ofertar formações técnicas relativamente aderentes às novidades e às mudanças tecnológicas e profissionais do mundo, os futuros jovens que concluírem o ensino médio terão mais chances de acessar o mundo do trabalho e de se desenvolver no longo prazo.

No itinerário formativo de formação técnica e profissional, a carga horária é variável, segundo o curso técnico, o conjunto de FICs articuladas, ou o Programa de Aprendizagem. Embora não haja uma obrigatoriedade pela Resolução nº 3 de 2018 do CNE (Conselho Nacional de Educação), é desejável para o itinerário profissional que os chamados eixos estruturantes sejam trabalhados na escola a partir de um módulo de formação para o mundo do trabalho, que pode ser formado por quatro unidades curriculares.



Para a composição do quinto itinerário, especialistas sugerem ainda a criação do módulo de preparação básica para o trabalho formado por projetos empreendedores que promovam a oportunidade de os alunos produzirem conhecimentos, criarem e intervirem na realidade, de uma forma mais “mão na massa”, e empreenderem projetos presentes e futuros.

COMPOSIÇÃO CURRICULAR (possibilidades de 5º Itinerário em 3.000 horas)					
Opções de currículo com curso técnico de 1.200h					
BNCC • 1.800h Projeto de vida		BNCC • 1.800h		BNCC • 1.800h	
Curso técnico 1.200h com:		Curso técnico 1.200h com:		Projeto de vida	
				Curso técnico 1.200h com:	
X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes	X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes	X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes
				Até no máximo 20% da carga do curso em EAD	

Obs.: Os cursos técnicos presenciais podem ter no máximo 20% da carga horária à distância (EAD).

COMPOSIÇÃO CURRICULAR (possibilidades de 5º Itinerário em 3.000 horas)					
Opções de currículo com curso técnico de 800h					
BNCC • 1.800h Projeto de vida		BNCC • 1.800h		BNCC • 1.800h	
Curso técnico 800h com:		Curso técnico 800h com:		Projeto de vida	
				Curso técnico 800h com:	
X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes	X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes	X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes
X horas de eletivas e/ou X horas de aprofundamento		X horas de aprofundamento		X horas de eletivas	

COMPOSIÇÃO CURRICULAR (possibilidades de 5º Itinerário em 1.000 horas)					
Opções de currículo com curso técnico de 1.000h					
BNCC • 1.800h Projeto de vida		BNCC • 1.800h		BNCC • 1.800h	
Curso técnico 1.000h com:		Curso técnico 1.000h com:		Projeto de vida	
				Curso técnico 1.000h com:	
X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes	X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes	X horas de componentes técnicos específicos	X horas de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes
X horas de eletivas		X horas de eletivas		X horas de eletivas	

COMPOSIÇÃO CURRICULAR (possibilidades de 5º Itinerário em 3.000 horas)					
Opções de currículo com qualificações profissionais (FICs)					
BNCC • 1.800h Projeto de vida		BNCC • 1.800h		BNCC • 1.800h	
Qualificações profissionais (FICs) com: uma ou mais de uma articuladas entre si		Qualificações profissionais (FICs) com: uma ou mais de uma articuladas entre si		Projeto de vida	
				Qualificações profissionais (FICs) com: uma ou mais de uma articuladas entre si	
Módulo de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes		Módulo de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes		Módulo de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes	
X horas de eletivas e/ou X horas de aprofundamento		X horas de aprofundamento		X horas de eletivas	



COMPOSIÇÃO CURRICULAR (possibilidades de 5º Itinerário em 3.000 horas)		
Opções de currículo com programa de aprendizagem (PA)		
BNCC • 1.800h Projeto de vida	BNCC • 1.800h	BNCC • 1.800h
Programa de aprendizagem (PA) com: mínimo de 400 horas teóricas de componentes técnicos específicos	Programa de aprendizagem (PA) com: mínimo de 400 horas teóricas de componentes técnicos específicos	Projeto de vida Programa de aprendizagem (PA) com: mínimo de 400 horas teóricas de componentes técnicos específicos
Módulo de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes	Módulo de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes Projeto de vida	Módulo de preparação básica para o trabalho – eixos estruturantes
X horas de eletivas e/ou X horas de aprofundamento	X horas de aprofundamento	
Prática na empresa como aprendiz 800 a 1.200h ano no contraturno escolar	Prática na empresa como aprendiz 800 a 1.200h ano no contraturno escolar	Prática na empresa como aprendiz 800 a 1.200h ano no contraturno escolar

Diferentes modelos demonstram ser possível assegurar uma EPT emancipatória, que forme os jovens de hoje para que desenvolvam e coloquem em prática sua inteligência, criatividade, visão e, com isso, a qualificação dos profissionais brasileiros seja melhorada. Por emancipatório entende-se o oposto do que é “limitante”, isto é, uma formação técnica e profissional que ofereça ao jovem uma condição de crescimento e desenvolvimento profissional, de continuidade dos estudos, de inserção no mundo do trabalho, de ascensão social, de ampliação de seu universo cultural, de atuação criativa, ou seja, uma perspectiva de trabalho, cidadania e futuro.



A EPT emancipatória possibilita aos jovens uma formação para o hoje e para o amanhã.

Há outra dimensão do emancipatório, que se opõe mais à ideia de “alienado”. Apoia-se no fato de que no século 21, para qualquer profissional de qualquer nível de formação, são exigidas capacidade de reflexão e análise crítica de situações e contextos, estabelecimento de relações, compreensão de processos, proposição de soluções, tomada de decisões. Dessa forma, a ideia de uma EPT emancipatória não pode se restringir a uma escola unicamente técnica, aquela que forma para atividades mecânicas, restritas, destituídas de sentido, focadas apenas no emprego limitado e limitador da mão de obra da população mais pobre.

Para que a escola emancipe de fato, precisa esforçar-se no sentido de diminuir as desigualdades, oferecer ao jovem uma educação integral e integradora, que possa desenvolver nele conhecimentos, competências, habilidades e atitudes capazes de gerar autonomia, responsabilidade e horizontes, de forma que, começando pela vida escolar, ele esteja apto a fazer boas escolhas para sua vida.

Como o setor produtivo exige cada vez mais especialização, a conclusão da formação profissional ainda no ensino médio será apenas a primeira de muitas etapas de estudo e de aperfeiçoamento que serão realizadas ao longo da vida. Um curso técnico em informática pode, por exemplo, ser o primeiro de vários passos de um adolescente que deseja trabalhar com criação de games. Para alcançar esse objetivo, há diferentes opções de formação no meio do caminho, razão pela qual é fundamental que o jovem conheça as possibilidades, faça escolhas e sinta-se responsável e engajado em concretizar seus propósitos. É necessário também que o poder público proporcione caminhos para que os jovens construam sua trajetória, por meio da formulação de políticas públicas ajustadas a esse fim.

A EPT emancipatória não se resume, portanto, a conectar áreas de conhecimento e formação profissional. Consiste em criar oportunidades para que estudantes analisem o próprio contexto de vida e da realidade local, desenvolvam habilidades de leitura do mundo, estejam aptos a se comunicar com diferentes interesses e públicos e também sejam capazes de atuar e de intervir numa realidade que, a todo momento, se modifica. Isso porque o papel da escola não é tão somente o de conceder um passaporte para o futuro, mas o de construir relações com o outro, consigo mesmo e com a sociedade na qual se vive.

EPT emancipatória na construção do projeto de vida

Os itinerários formativos, tal como propostos no novo ensino médio, possibilitam inserir, na educação básica, oportunidades educacionais para que os jovens criem seus projetos de vida e, com isso, possam ampliar sua motivação para buscar os altos estudos, o comprometimento com os esforços acadêmicos para obter uma formação de qualidade, seja de nível técnico ou superior, de modo a atender a seus anseios pessoais e profissionais.

Ao refletirem sobre seus projetos de vida, os jovens poderão planejar, de acordo com suas expectativas, as possibilidades de percursos formativos que irão realizar ao longo da sua existência. Especialistas e gestores públicos recomendam que o tema “projeto de vida” seja um componente curricular específico, e não desenvolvido apenas de forma transversal, o que requer a atenção de todos os professores em diferentes momentos da rotina escolar. E dado que o trabalho é um dos aspectos da vida, é desejável, portanto, que a formação para o mundo do trabalho esteja presente em todos os itinerários, e não apenas no quinto, cujo foco é a própria EPT.

Dito isso, está posto um grande desafio: que perspectiva de futuro o país oferecerá aos quase 80% de estudantes que concluem o ensino médio e que não conseguirão vaga na universidade? Apostar na EPT emancipatória é oferecer muito mais à juventude, a começar pela perspectiva de futuro para aqueles que não irão imediatamente para a faculdade e/ou que precisarão ou desejarão gerar renda logo após o ensino médio.

A FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO DEVE ESTAR PRESENTE EM TODOS OS ITINERÁRIOS DO NOVO ENSINO MÉDIO, E NÃO APENAS NO QUINTO, ESPECÍFICO DA EPT.

Trata-se de assegurar as ferramentas necessárias para que os jovens possam traçar um projeto de formação com sucessivas especializações ao longo da vida. Com isso, mais brasileiros deverão ter acesso a postos de trabalho dignos. Ao mesmo tempo, o setor produtivo se beneficiará com profissionais críticos, autônomos, aptos a tomar decisões, com repertório cultural e capacidade de análise sistêmica e de contexto que possam compreender, refletir, questionar e propor inovações nos diferentes processos da cadeia produtiva. Assim, desenvolver a EPT emancipatória significa colocar em prática o potencial da juventude, bem como estruturar o desenvolvimento econômico e humano do país.

O Brasil tem na formação adequada de seus jovens a grande chave para seu desenvolvimento econômico e social.



✓ EM SÍNTESE

- As pessoas são a “nova riqueza das nações” no mundo globalizado, ou seja, o quanto um país dispõe de profissionais qualificados para atender as demandas atuais e futuras, com mais eficiência produtiva e inovação tecnológica, essenciais ao desenvolvimento econômico e social.
- A aprendizagem ao longo da vida começa na escola e continua durante a atuação profissional. Países desenvolvidos adotam a educação profissional e tecnológica ainda no processo escolar formal, permitindo que alunos apliquem princípios acadêmicos e conceituais a problemas e situações práticas.
- A formação de um universo de profissionais brasileiros altamente qualificados requer investimento no desenvolvimento e na acumulação do conjunto de habilidades e características produtivas pelos indivíduos, em um cenário contemporâneo que demanda habilidades cognitivas, socioemocionais e técnicas.
- O ensino médio brasileiro até agora não garante à maioria dos jovens a continuidade dos estudos no ensino superior, nem sua inserção qualificada no mundo do trabalho. Há desemprego e sobram vagas que exigem alta capacitação.
- A melhor oportunidade que o Brasil tem para desenvolver seus profissionais e atingir no futuro o patamar de alto desenvolvimento econômico e social é por meio do aumento da participação de seus jovens no avanço da nação. Por isso, o foco das várias políticas públicas deve ser o desenvolvimento profissional e de competências cognitivas, socioemocionais e técnicas dos jovens de hoje.
- Setor produtivo e poder público, juntos, podem contribuir para que a EPT seja uma das máquinas propulsoras do desenvolvimento econômico do país, por meio de formação de qualidade, conectada ao mundo do trabalho e suas exigências atuais, que permita uma inserção produtiva qualificada.
- O novo ensino médio traz a oportunidade de ampliação da oferta da EPT no Brasil por meio do quinto itinerário formativo, que proporciona uma articulação curricular técnico-profissional em 3 mil horas ao todo.
- Uma EPT de nível médio emancipatória extrapola o campo da educação, pois exige políticas intersetoriais, envolvendo pastas de desenvolvimento econômico e trabalho, entre outras.
- A EPT emancipatória deve permitir aos jovens alcançar uma inserção qualificada no mundo do trabalho que atenda seus anseios e expectativas, ter autonomia, planejar seu futuro, prosseguir nos estudos ao longo da vida e contribuir para o desenvolvimento do país.



Capítulo 5

EPT no ensino médio: exemplos inspiradores e replicáveis

Mudanças no ensino médio já estão em curso no país. Educadores, técnicos e gestores das secretarias de Educação dos estados mostram-se empenhados para tornar a Lei nº 13.415/17 uma realidade. Observa-se um esforço intersetorial para que a última etapa da educação básica assegure, em todas as 28.860 escolas do país que a ofertam, o desenvolvimento integral dos jovens, por meio de uma formação cidadã e profissional comprometida com princípios éticos, democráticos, solidários e de justiça.

As redes de ensino não estão partindo do zero. Muitas já vinham empreendendo esforços, ainda que em menor escala, para ampliar a integração da educação profissional com a educação básica. A implantação do novo ensino médio é uma tarefa complexa, mas

já conta com bons exemplos inspiradores e replicáveis, como os listados neste capítulo. Enquanto política, ela requer um empenho do setor educacional, porém não apenas dele. Para que seja eficaz, sua execução depende de diferentes áreas, como as de desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Logo, se fazem necessárias ações intersetoriais para oferta do EPT que conectem o desenvolvimento regional e o estadual com a educação e a demanda do setor produtivo.

Uma fotografia do trabalho de algumas redes de ensino estaduais para garantirem uma EPT emancipatória consta nas páginas a seguir e serve de estímulo para as demais. Apesar de todas as adversidades impostas pela pandemia da Covid-19 em 2020 – que obrigou a suspensão das aulas presenciais e alterou drasticamente rotinas de trabalho e processos de ensino e aprendizagem –, gestores, técnicos e educadores seguem trabalhando, planejando, pesquisando e firmando parcerias.

A seguir são apresentados os diferentes caminhos percorridos pelas redes de ensino para iniciar ou ampliar a oferta da EPT emancipatória articulada ao ensino médio. Há pontos que se destacam, como a realização de parcerias da educação com outros setores e áreas em cada estado, mapeamento das reais necessidades dos arranjos produtivos locais, as diferentes formas de escuta dos jovens para identificar seus interesses e anseios e a criação de itinerários de formação contínuos conectados às universidades.

Existe uma variedade de tipos de oferta, que incluem o deslocamento de professores ou de alunos entre as unidades de ensino, flexibilidade no horário das aulas e momentos de ensino à distância. Os currículos passam por revisão e atualização para atenderem a todas essas mudanças e também para se adequarem à BNCC aprovada em 2018. Novos modos de contratação e de formação dos professores estão sendo postos em prática, assim como programas de incentivo e apoio para que os jovens já possam experimentar o mundo do trabalho em estágios.

Esforços para identificar as profissões do futuro

Gestores públicos em todo o mundo procuram respostas para produzir projeções precisas sobre o trabalho do futuro. Com uma economia cada vez mais dinâmica, apostar na oferta de cursos que atendam às novas demandas pode ser fator preponderante para o desenvolvimento de uma cidade ou estado.

“Temos que avaliar que o estudante que começa a educação profissional em 2020, concluirá em 2023 e, provavelmente, só no ano seguinte ingressará no mundo do trabalho. Nesse momento, quais serão os trabalhos que estarão em voga naquela região?”, pergunta-se Daniel Barros, coordenador de ensino técnico, tecnológico e profissionalizante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Para responder a essa pergunta, essa secretaria conta com a consultoria de pesquisadores da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). “Constatamos, por exemplo, que a região do município de São Carlos tem uma demanda cada vez maior por programadores para atuar no ramo da tecnologia da informação. O mesmo ocorre em Osasco, com a chegada de empresas como iFood e Mercado Livre”, exemplifica Daniel Barros.

No Amapá, a Secretaria de Educação ampliou o diálogo com a Agência de Desenvolvimento Econômico para identificar quais setores carecem de profissionais especializados. “Um deles é o da pesca. Além da oferta dos cursos, precisaremos investir na comunicação, pois há muito desconhecimento sobre como funciona essa cadeia. Os alunos a associam apenas à atuação como pescador. Mas o leque de possibilidades é grande. Há oportunidades no campo da logística, segurança do trabalho, produção de calçados e roupas aproveitando a pele do peixe, ou mesmo na produção de bijoias a partir das escamas”, comenta Neurizete Oliveira Nascimento, secretária adjunta de políticas de educação. O estado conta com a parceria do Itaú Educação e Trabalho, que o apoiou no desenho do plano estratégico para a implementação da EPT no ensino médio.

Mapeamentos de secretarias confirmam que jovem quer EPT

As redes de ensino têm apostado em pesquisas e em dinâmicas de escuta para conhecer as expectativas dos jovens em relação à etapa secundária de ensino, à oferta da EPT e a seus anseios quanto ao futuro profissional e, assim, levar em conta sua opinião para definir os currículos e os cursos que serão oferecidos. A escuta aos estudantes é algo importante porque não bastam as redes de ensino atenderem às demandas do setor produtivo. É essencial que os jovens também tenham interesse em frequentar os cursos.

No Amapá, em outubro de 2019, 160 estudantes, líderes de suas turmas no ensino médio, participaram de rodas de conversa com professores, gestores escolares e técnicos da secretaria para conhecer e discutir o novo modelo. O processo culminou com o encontro de um grupo de estudantes com a secretária de Educação para expressarem seus desejos. “Já é possível afirmar com segurança que os alunos querem ter acesso à educação profissional”, relata Neurizete Oliveira Nascimento.

O interesse dos jovens pela EPT foi igualmente confirmado na rede estadual de São Paulo, no período de pré-matrícula para o ano letivo de 2020, no segundo semestre de 2019, com alunos do 9º ano do ensino fundamental. Mais de 100 mil estudantes indicaram querer cursar o ensino médio integrado ao técnico – o número representa 21,5% das matrículas do 1º ano da etapa na rede estadual. Mesmo entre os estudantes do noturno, o desejo pela EPT se mostrou expressivo: 76% dos alunos do ensino médio que estudam à noite anseiam pela educação profissional ainda na educação básica, como relatou o secretário de Educação, Rossieli Soares, ao comentar resultados de pesquisa da pasta em webinar da FGV-SP em julho de 2020.

A participação ativa dos estudantes se materializou no Distrito Federal, quando o novo ensino médio teve início em doze escolas em 2020, das quais cinco oferecem o quinto itinerário, de educação

profissional e técnica. Os alunos escolheram seu percurso formativo ainda em 2019, quando cursavam o 9º ano do ensino fundamental. Essa escuta contou com encontros de orientação sobre as possibilidades de itinerários, de cursos técnicos e de FICs em cada uma das turmas, conduzidos por técnicos da secretaria e por profissionais das escolas. As famílias dos estudantes também receberam orientação sobre o funcionamento novo modelo.

Em seguida, uma pesquisa de percepção em que os alunos puderam escolher mais de uma alternativa revelou que, dos 1.152 estudantes consultados no Distrito Federal, a imensa maioria (986) tinha interesse pelo itinerário profissional; 540 escolheram o percurso de linguagens e suas tecnologias; 359 optaram por ciências da natureza e suas tecnologias; 285 indicaram ciências humanas e sociais aplicadas; e 231 elegeram a matemática e suas tecnologias.

Renovação e inovação curricular nos estados

Além de mapear as necessidades dos arranjos produtivos locais e de escutar o que os jovens esperam do novo ensino médio, as secretarias de Educação estão trabalhando na revisão dos currículos estaduais de modo a adequá-los à BNCC e às propostas de cursos para a oferta da EPT. Esses novos documentos precisam ser aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação até o fim de 2020.

Primeiro estado a aprovar a proposta curricular alinhada à BNCC, São Paulo apresenta doze opções de cursos diferentes pelos itinerários

LEVAR EM CONTA A
OPINIÃO DO JOVEM AO
CRIAR CURRÍCULOS E
CURSOS DEMANDA A
PROMOÇÃO DE RODAS DE
CONVERSA DE ALUNOS
COM PROFESSORES,
GESTORES E TÉCNICOS,
ENCONTROS COM
SECRETÁRIOS, PESQUISAS
E CONSULTAS.

formativos. A proposta será posta em prática primeiro para os alunos do 1º ano do ensino médio em 2021, depois para os do 2º em 2022 e, por fim, para os do 3º em 2023. O ponto de partida do currículo paulista foi uma pesquisa com 140 mil estudantes e 70 mil profissionais da rede em 2019, seguida de debates, seminários e consulta pública.

Com o objetivo de conferir mais autonomia e agilidade na implantação do quinto itinerário, de ensino técnico e profissional, o Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul concedeu à Secretaria de Educação a competência de credenciar e autorizar o funcionamento da educação profissional nas escolas da rede estadual de ensino. Cabe registrar que o reconhecimento dos cursos técnicos continuou como uma competência exclusiva dos conselheiros.

Outro destaque do Mato Grosso do Sul é a autonomia das escolas para escolher os professores que ministrarão os cursos de EPT. A seleção é feita por meio de edital, pelo qual a secretaria constitui um banco de cadastro reserva desses profissionais. São considerados o currículo e a experiência profissional relacionada àquela área específica. Quem faz a análise do perfil e realiza a contratação é a equipe gestora da própria escola, a qual acessa o cadastro, analisa os currículos e participa das entrevistas.

A Secretaria de Educação do Ceará apostou na parceria com OSs (Organizações Sociais) para realizar a contratação de professores para atuarem na EPT. “Por meio de edital, indicamos quais diretrizes devem ser seguidas na seleção. Nos cursos de enfermagem, por exemplo, é necessário que o profissional seja enfermeiro”, explica Rodolfo Sena da Penha, coordenador de educação profissional no estado.

Em Santa Catarina, a expectativa é que a nova proposta curricular seja enviada para apreciação do Conselho Estadual de Educação ainda em 2020. Um dos destaques do estado é a ampla participação dos educadores e coordenadores regionais na elaboração do documento. Esse processo foi iniciado com encontros e seminários presenciais em 2019 e, neste ano, ocorreram à distância por conta

da pandemia. Cerca de 250 professores contribuíram na produção do currículo para a formação geral básica. O mesmo esforço está sendo feito para o desenho dos itinerários formativos e trilhas de aprofundamento que começarão a ser oferecidos em 2021, em especial para as disciplinas eletivas.

A expansão da carga horária do ensino médio já é uma realidade em 2020 para 120 escolas catarinenses, com 1,8 mil horas para formação geral básica e 1,2 mil horas para formação específica, via itinerários formativos. O componente “projeto de vida” é oferecido nos três anos, e aqueles que estiverem no 2º ano em 2021 já poderão escolher quais trilhas de aprofundamento irão realizar.

A adesão das equipes escolares é ponto fundamental para o sucesso da proposta e caminha ao lado do anseio dos técnicos da secretaria de fazer com que as escolas incorporem novas formas de atuar. A discussão com as equipes escolares deve levar em conta quais as mudanças a serem feitas para que o ensino se torne mais atraente, com qualidade e com a mesma carga horária. O modelo tem ainda o protagonismo juvenil como um dos objetivos a ser considerado.

A equipe de técnicos da secretaria e os educadores estão desenhando a proposta curricular de quatro FICs nos eixos de comunicação e informação, como as de programação em web e de sistemas, que serão oferecidas no próximo ano. Em 2020, os estudantes das 120 escolas catarinenses já têm no currículo os componentes sobre empreendedorismo, práticas laboratoriais, educação fiscal, educação tecnológica, mídias digitais, robótica, agricultura, música e Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Em conjunto com os professores, a Secretaria de Educação está reagrupando esses componentes e readequando a oferta segundo os arranjos produtivos locais, interesse dos alunos e capacidade de oferta. A expectativa da pasta é oferecer cerca de trinta componentes, que passarão por uma curadoria de especialistas e profissionais da rede.

Conexão de curso técnico com o de tecnólogo

Um itinerário contínuo de formação que conecta a educação profissional técnica de nível médio ao curso superior já teve início em um piloto na Bahia desde o começo de 2020. Estudantes que concluírem o curso técnico de nível médio em agroindústria poderão cursar a graduação de tecnólogo na UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia) nessa mesma área, que engloba do plantio à comercialização de itens, com a possibilidade de eliminarem disciplinas e de finalizarem a graduação de tecnólogo em dois anos, e não em três, por meio da validação de créditos já cumpridos. Ao final, estarão aptos a trabalhar em empresas ou a ser empreendedores.

“É a oportunidade de o jovem dar continuidade aos estudos na área que ele escolheu e de aproveitar no ensino superior aquilo que aprendeu no técnico de nível médio, sem sobreposições de conteúdos”, explica Jaqueline Pereira Vieira, coordenadora técnica da Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria da Educação da Bahia.

Essa construção coletiva do itinerário envolvendo a secretaria, a universidade, representantes de produtores agrícolas locais e o Itaú Educação e Trabalho começou no primeiro semestre de 2019, com um grupo de trabalho. Ele consultou os segmentos administrativos e docentes para a definição do curso, elaboração da matriz curricular e escolha da unidade escolar para funcionamento do curso técnico, bem como do curso de tecnólogo, ainda em elaboração. A primeira experiência baiana está ocorrendo no município de Ilhéus, que concentra produção de cacau, estratégica na agroindústria do estado. No Centro Estadual de Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaun, são duas turmas (35 estudantes em cada) de técnico de nível médio, uma matutina e outra vespertina, com carga de seis horas diárias, sendo boa parte dos alunos filhos de pequenos produtores da região. A proposta é ampliar a iniciativa para os demais Centros da Educação Profissional em 2021.

Parcerias para aumento da oferta

Um dos entraves para o avanço da educação técnica no Brasil é a sua baixa oferta nas redes estaduais. Em São Paulo, houve um movimento intersetorial, sobretudo entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para aproveitar o conhecimento e a tradição do Centro Paula Souza no apoio às escolas estaduais de ensino médio. Lançado em 2020, o Programa Novotec Integrado oferece educação profissional e técnica em 131 escolas estaduais, atendendo a 5 mil estudantes do 1º ano do ensino médio. “Um indicativo de que as escolas aprovam a iniciativa é o fato de que mais de 80% delas demonstraram interesse em prosseguir no programa no próximo ano”, indica Daniel Barros.

Quando a secretaria realizou levantamento com gestores escolares da rede para identificar quais estabelecimentos gostariam de participar do programa, seiscentas unidades demonstraram interesse, o que representa cerca de 15% escolas da rede. “Além disso, em 2021, já contaremos com a adesão de todas as 91 diretorias de ensino do estado; em 2019 haviam sido 89”, relata o coordenador de ensino técnico, tecnológico e profissionalizante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

A escolha das 131 escolas que participam do Novotec Integrado em 2020 obedeceu a alguns critérios, como a proximidade geográfica com a Etec de apoio, a fim de facilitar o trabalho conjunto entre as equipes pedagógicas, e a infraestrutura, que foi avaliada pela equipe do CPS. Por esse modelo, o professor do CPS vai semanalmente à escola estadual para ministrar as aulas da formação técnica. São previstas também horas de coordenação para promover a articulação curricular com a equipe pedagógica da escola regular, aproximando os saberes teóricos e práticos.

As aulas de formação básica e técnica ocorrem na mesma escola estadual e no mesmo turno em que o aluno estuda. No primeiro ano, os estudantes têm quatro dias de aula por semana para formação

básica e um dia para formação técnica. No segundo, são dois dias de formação técnica e, no último, três dias. Em 2020, foram oferecidas formações técnicas em sete áreas: desenvolvimento de sistemas, informática para internet (programação web), administração, recursos humanos, marketing, contabilidade e logística.

Modelos variados de execução da política

Se em São Paulo são os professores do CPS que se deslocam até as escolas estaduais, no Distrito Federal os estudantes é que vão até as unidades do Senai, do Senac ou do Cepag-Guará (Centro de Educação Profissional Articulado do Guará) para a formação técnica. “Esse é o caso do curso de manutenção automotiva, que só conseguimos oferecer com a parceria com o Senai, o qual dispõe de um laboratório com infraestrutura moderna, que dificilmente conseguiríamos montar e manter nas escolas da rede”, explica a diretora de educação profissional do Distrito Federal.

As escolas de ensino médio do Distrito Federal integrantes do programa-piloto do novo ensino médio precisaram adequar seu calendário semanal e definir os dias em que são oferecidos os conteúdos da formação geral básica, de modo que os estudantes possam comparecer às escolas do Senai nas quartas ou sextas, ou nas do Senac, nas terças e quintas ou quartas e sextas.

Atualmente, a Secretaria de Educação do Distrito Federal está buscando parceria com o Ciee (Centro de Integração Empresa-Escola), com o objetivo de ampliar as oportunidades de estágio remunerado para os estudantes do ensino médio integrado. A pasta também está estudando, para o segundo semestre de 2021, a participação de outras cinco escolas técnicas no programa-piloto (Brasília, Ceilândia, Planaltina, Brazilândia e a de Música). Elas poderão apoiar a oferta do itinerário de educação profissional para os alunos das escolas de ensino médio regulares.

Partindo da dinâmica da rede de ensino, em que é comum a transferência de estudantes de uma escola para outra, a Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul apostou na oferta de cursos com certificações semestrais, para que a mudança de estabelecimento de ensino não acarrete ruptura no desenvolvimento dos componentes curriculares. O estado conta com quarenta escolas – o que representa pouco mais de 10% dos estabelecimentos da rede – que já estão trabalhando com uma carga horária de 3.000 horas de cursos de educação profissional técnica de forma articulada ao ensino médio.



Nessas unidades, quando um estudante mato-grossense conclui três cursos FICs na mesma área, ao terminar o ensino médio, ele recebe dois diplomas – um da etapa e outro de técnico –, que é o resultado do aproveitamento dos créditos das FICs que cursou. As escolas têm autonomia para validar e emitir certificação técnica. Certificações assim são muito importantes para o jovem que entra no mundo produtivo porque oficializam seus aprendizados e potencializam sua autoestima.

Para obter a certificação de técnico em gestão e negócios, os estudantes precisam ter concluído ao menos três cursos FICs na mesma área: no 1º ano, o de assistente de recursos humanos; no 2º, o de agente de recrutamento e seleção; e, por fim, no 3º ano, o de agente de qualificação e desenvolvimento de pessoas. Todas as escolas que participam do programa-piloto seguem o mesmo calendário e proposta de currículo para essas formações.

Ao executarem a política, secretarias fazem parcerias, locomovem docentes ou alunos, adequam calendários e dão certificações semestrais.

Um dos pontos interessantes da proposta é que as FICs são independentes, ou seja, ao escolher uma FIC na área de tecnologia em um semestre, o estudante pode optar no seguinte por outra em administração.

Na Paraíba, das 229 escolas de ensino médio integral, cem delas oferecem o curso técnico de forma integrada e atendem mais de 26,7 mil estudantes, o que representa 23% dos estabelecimentos de ensino e 20% das matrículas. A fim de garantir a presença dos professores nos cursos da EPT, foi necessário alterar a legislação, de modo a permitir a contratação de docentes por meio de bolsas. Esse avanço foi resultado da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia e a Fapesq (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba).

Por esse modelo são contratados profissionais que estão na graduação dos cursos de engenharia, por exemplo, para ministrar aulas de refrigeração, com uma carga horária pequena, mas que é um componente importante na FIC de manutenção em sistemas e equipamentos de ar-condicionado e refrigeração.

As escolas estaduais da Paraíba têm conseguido melhorar a infraestrutura e adquirir materiais pedagógicos, como os kits de energia elétrica e solar. Os recursos são repassados diretamente às instituições de ensino, por meio do PDDE-PB (Programa Dinheiro Direto na Escola do Estado da Paraíba), criado em 2008.

Atuação com o setor produtivo

Pelo Primeira Chance, um programa paraibano de incentivo para estudantes do 3º ano do ensino médio integrado à educação profissional, esse estado nordestino financia uma bolsa de R\$ 500,00 para que eles possam estagiar nos setores têxtil, industrial, de design,

vestuário, produção de moda, agricultura familiar, gestão e negócios, informação, comunicação, turismo, hospitalidade e lazer do litoral, sempre de acordo com cada curso técnico. A carga horária do estágio é de vinte horas semanais, e as empresas arcam com as despesas de transporte e seguro saúde dos jovens.

Os alunos egressos do ensino médio das Ecits na Paraíba podem ainda atuar como monitores do Programa Estadual Primeira Chance para os alunos do 3º ano e receber uma bolsa de R\$ 500,00. Trata-se de estudantes que já aprenderam a construir seu projeto de vida e que estão aptos a assumir as orientações daqueles que ainda estão nesse processo de construção. Eles aplicam metodologias pesquisadas em referenciais teóricos sobre gestão de pessoas e exercícios de *coaching* (treinamento).

A educação ocupa uma posição de destaque no planejamento estratégico de médio e longo prazos no projeto Ceará 2050. Resultado desse esforço é o fato de o estado apresentar o maior percentual de escolas de ensino médio integral do país, 38%, de acordo com o Censo Escolar de 2019. Além do investimento nessa etapa de ensino, o governo cearense promove apoio técnico e financeiro aos municípios, por meio de uma política que desde 2008 transfere parte dos recursos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aos municípios do estado conforme os resultados alcançados em áreas estratégicas: saúde, meio ambiente e educação, sendo esta última a que tem mais peso no cálculo. Ao menos oito estados estão estudando seguir o modelo cearense e atrelar parte dos repasses de ICMS a municípios às métricas de desempenho escolar.

Os estudantes cearenses das escolas de ensino médio técnica recebem desde 2008 bolsas para o período de estágio obrigatório, que acontece no último semestre do ensino médio. O estado arca com o pagamento de bolsas de R\$ 388, do auxílio-transporte, da alimentação e do seguro de vida. O estágio tem uma carga horária de cem horas mensais.

Em todo o estado funcionam 122 escolas de ensino médio integrado à educação profissional espalhadas em mais de cem municípios, com 52 cursos de educação profissional. Há ainda um importante investimento na formação docente, com a oferta de um curso de especialização para professores técnicos.

A Secretaria de Educação entrega os planos de cada curso para todas as escolas e, desse modo, os profissionais já sabem quais conteúdos ministrarão e com quais cronogramas. Uma consultoria foi contratada para aperfeiçoar a elaboração desse material didático, que é atualizado ao longo do tempo – a última atualização ocorreu em 2017/2018 e abrangeu vinte cursos. Se um aluno cursa administração, por exemplo, e precisa mudar de escola, não há descontinuidade, pois a outra unidade ministra os mesmos conteúdos com idênticos materiais.

Também no Nordeste, desde o segundo semestre de 2016, Pernambuco oferta cursos técnicos junto com o ensino médio. O estado conta com 46 escolas técnicas distribuídas em 36 municípios e dispõe de 39 cursos técnicos para o médio integrado/subsequente/EAD, o que possibilita aos estudantes uma ampla lista de escolhas de acordo com sua área de afinidade. Entre os cursos oferecidos à distância estão os de biblioteconomia, multimeios didáticos, recursos humanos e secretaria escolar.

A escolha dos cursos técnicos em Pernambuco se dá com base nos seguintes critérios combinados: estudos dos arranjos produtivos locais, em parceria com a Condepe/Fidem (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco) – autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação; oferta já realizada por institutos federais, pelo Sistema S e pelas ETEs (Escolas Técnicas Estaduais) numa mesma região de desenvolvimento; demanda por postos de trabalho nessas localidades; e expectativa da população conforme os últimos processos seletivos. São levados em conta também a infraestrutura dos estabelecimentos e os novos empreendimentos em cada região.

Escola e construção do projeto de vida

Se é na adolescência que os jovens começam a planejar a fase adulta, a responsabilidade da escola é apresentar os caminhos para que eles possam construir seus projetos de vida. Sobre esse aspecto, o boletim 104 do *Pisa em foco* faz um importante alerta aos 79 países participantes da avaliação mundial daquele ano, entre eles o Brasil: na maioria das nações, um em cada quatro alunos de 15 anos que respondeu a pergunta sobre expectativas de carreira deu retornos vagos, como “um bom trabalho”, “em um hospital”, ou indicou explicitamente que ainda estava indeciso ou não sabia.

Como revelou a publicação, esse tipo de resposta ocorre porque nem sempre os estudantes sabem quais são as reais possibilidades de formação e de oportunidades de trabalho que podem escolher. O relatório trouxe outra constatação relevante: as aspirações de carreira e de prosseguimento nos estudos geralmente são moldadas pelos antecedentes pessoais, característica esta que pode perpetuar desigualdades na escolha e no acesso a determinadas carreiras, sobretudo entre os jovens cujos pais têm poucos anos de estudo e trabalhos precários. Esse é um ponto de extrema importância.

No contexto brasileiro, em que milhares de estudantes vêm alcançando mais anos de escolarização do que seus pais, a escola tem o papel fundamental de orientá-los na inserção profissional, tanto porque as opções são cada vez maiores, quanto porque é necessário realizar um trabalho atento de informação. Por isso, um aspecto bastante celebrado na reformulação do ensino médio consistiu na inclusão do chamado projeto de vida como unidade curricular obrigatória.

A oferta do projeto de vida ao estudante ocorre dentro do itinerário escolhido pelo aluno no Distrito Federal, seja ele profissional técnico ou de aprofundamento em uma das áreas do conhecimento. “As aulas são ministradas por professores das escolas regulares de ensino médio que manifestaram interesse pelo tema. Para serem considerados aptos,

os docentes são selecionados com entrevista e avaliação de uma proposta de plano de aula. Após serem aprovados, participam de formação específica para esse componente na Eape (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação)”, explica Joelma Bomfim da Cruz Campos, diretora de educação profissional do Distrito Federal.

Nas cinco escolas-piloto, as aulas sobre o projeto de vida já começaram e serão ministradas ao longo dos três anos do ensino médio, com dois créditos a cada semestre, totalizando duzentas horas. A oferta ocorre dentro dos cinco itinerários formativos e seu propósito é orientar os estudantes na escolha das disciplinas eletivas e também das trilhas de aprendizagem que começarão a ser ofertadas em 2021, no terceiro semestre da etapa. Nesses encontros, os estudantes terão a oportunidade, com orientação e apoio dos professores, de refletir sobre suas aptidões, desejos e, ainda, sobre as possibilidades de escolhas que poderão fazer após o ensino médio, tanto profissionais como acadêmicas.

Atualmente, o Espírito Santo conta com 62 escolas de ensino médio de tempo integral, de nove e de sete horas de aula diária. Destas, treze já funcionam com o quinto itinerário para a oferta de educação profissional. Ali os estudantes também têm na carga horária componentes de projeto de vida, matérias eletivas e estudos orientados, nas quais o foco é a aprendizagem de procedimentos de estudo, a fim de ampliar o conhecimento sobre metodologia de pesquisas, consulta a fontes confiáveis, produção de resumos etc.

A Secretaria de Educação também está realizando projeções e análises dos arranjos produtivos locais, de forma a definir os cursos que serão ofertados em 2021. “Temos municípios com uma forte indústria têxtil e de vestuário, mas que não possuem a oferta de EPT para formar profissionais e atender às demandas dos empregadores. Há casos em que teremos que descontinuar cursos de RH, pois o mercado dessa área já está saturado naquela região”, conta Rosângela Vargas Del Pinto, gerente de ensino médio no Espírito Santo.

Outro ponto positivo do modelo do Espírito Santo reside no horário de funcionamento das escolas de tempo integral, cujo turno tem início no período vespertino e finalização no noturno. A medida foi adotada porque ao longo do curso muitos solicitavam transferência para unidades de turno parcial, devido à necessidade de trabalho ou de apoio em casa. Com a mudança, assim que chegam ao estabelecimento de ensino, os alunos almoçam, e a seguir as aulas são iniciadas. “Esse horário permite que eles tenham a manhã livre para apoiar a família nos afazeres domésticos, cuidar dos irmãos, ou mesmo para realizar um estágio”, expõe Rosângela.

Desde 2016, na Paraíba, em parceria com o Itaú Educação e Trabalho, Instituto Natura e Instituto Sonho Grande, especialistas e profissionais das escolas cidadãs integrais técnicas (ECITS) desenvolveram uma metodologia de articulação curricular entre a formação geral básica, a preparação básica para o trabalho e os componentes técnicos específicos.

Também foram criadas três disciplinas empreendedoras com objetivo de desenvolver o protagonismo profissional e social dos estudantes. Elas trabalham a resolução de problemas reais, encontrados na escola, na comunidade e em uma empresa parceira. Dessa forma, os estudantes desenvolvem o método científico, a análise de indicadores socioeconômicos, a compreensão de contextos, o desenvolvimento de protótipos, e também o gerenciamento de planos de negócios.

Estas disciplinas estão presentes nos três anos do ensino médio. No 1º ano, a Investigação Científica e Tecnológica coloca dos estudantes em oficinas práticas para desenvolverem tecnologias sociais nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. No 2º ano, a disciplina de Intervenção Sociocultural propõe uma intervenção social na comunidade.

A OFERTA DO PROJETO DE VIDA NA ESCOLA PERMITE AO ESTUDANTE CONHECER E REFLETIR SOBRE ESCOLHAS PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS QUE FARÁ LOGO APÓS O ENSINO MÉDIO E ASSIM PLANEJAR O SEU FUTURO.

No 3º ano, a Empresa Pedagógica convida os alunos a conhecerem o mundo do trabalho, identificarem desafios enfrentados pelas empresas e proporem soluções. Hoje, 100 escolas já foram formadas nesse método.

A relação da escola com o setor produtivo é bem próxima. Em 2019, um grupo de alunos da Ecit Papa Paulo VI, em João Pessoa, desenvolveu um projeto para auxiliar uma empresa local a aperfeiçoar o relacionamento com o cliente, por meio da elaboração de estratégias para melhorar a comunicação. No ano anterior, estudantes da Ecit Jornalista José Itamar da Rocha Cândido, em Cuité, no agreste paraibano, haviam desenvolvido um sensor que auxilia na seleção e reciclagem de lixo, automatizando a separação dos materiais.

EJA integrada à EPT

No Brasil o público-alvo da EJA no ensino médio são pessoas a partir de 18 anos com ensino fundamental completo e que não concluíram a educação básica. De modo geral, o público dessa modalidade é bastante diverso. São alunos que não tiveram acesso à educação formal, que interromperam os estudos para trabalhar, por conta de gravidez na adolescência, ou mesmo por terem tido uma trajetória escolar marcada pela reprovação e pelo abandono. A EJA atende pessoas mais velhas, porém é crescente a presença de jovens, que muitas vezes optam por essa modalidade após a indução das próprias redes de ensino e escolas, que visam diminuir as matrículas de estudantes com distorção idade-série e que tendem a ter baixo desempenho nas avaliações externas.

Milhares de alunos no Brasil já trabalham em ocupações informais ou com baixa remuneração e buscam na EJA uma certificação mais rápida para alcançar melhores oportunidades no mundo do trabalho, ou para prosseguir nos estudos de nível superior ou técnico. Sua oferta ocorre majoritariamente no período noturno, com uma carga horária que nem sempre chega a quatro horas por dia. Com tantas especificidades,

reformular o currículo dessa modalidade de ensino de modo a articulá-la com a educação profissional é um enorme desafio.

Para enfrentá-lo, a Secretaria de Educação de Sergipe, em parceria com o Itaú Educação e Trabalho, vem promovendo desde 2019 a formação de professores, de modo que possa haver mais integração entre os educadores que atuam no ensino tradicional regular e aqueles da educação profissional. Firmou também parcerias técnicas com diferentes instituições, como o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

O novo formato deve se materializar em 2021, quando a Secretaria de Educação iniciará o piloto do programa Ejatec (Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional). Inicialmente, serão atendidos os estudantes dos três centros de Referência de Educação de Jovens e Adultos, localizados nos municípios de Aracaju, Umbaúba e Estância. Após o mapeamento das necessidades do setor produtivo local, a Secretaria de Educação optou por iniciar o piloto com a oferta do curso técnico em comércio. O programa estava previsto para começar em 2020, mas foi postergado devido à pandemia.

O objetivo é garantir que, após dois anos de estudos, os alunos sergipanos tenham concluído tanto o ensino médio como a educação profissional. Ao todo, a carga horária será de 1.200 horas para a formação geral básica e de oitocentas horas para a formação profissional. No primeiro módulo da educação profissional as aulas terão como foco a preparação básica para o trabalho, com aulas de informática básica, legislação trabalhista, saúde e segurança do trabalho e ética.

Na formação técnica, os estudantes participarão do PAI (Projeto de Aprendizagem Interdisciplinar), organizado em quatro eixos estruturantes: investigação científica, projetos criativos, mediação sociocultural e empreendedorismo. Os alunos serão orientados no percurso a identificar desafios que o setor produtivo local enfrenta, a colocar em prática os conhecimentos teóricos aprendidos e

apresentar, como trabalho de conclusão de curso, possíveis soluções para contornar a questão.

Estão previstas ainda as disciplinas eletivas, a serem escolhidas pelos próprios estudantes, como espanhol, educação financeira e empreendedorismo. A fim de garantir um maior leque de eletivas, a Secretaria de Educação não descarta a possibilidade de que algumas delas ou mesmo as FICs sejam oferecidas à distância.

No Maranhão, o ensino médio integrado ao técnico começou a ser oferecido em 2020 a quase 1,5 mil estudantes da EJA, distribuídos em 37 turmas, que participam do programa Ejatec. Além dos conhecimentos da base nacional comum, as escolas ofertam nove cursos técnicos: vendas, recursos humanos, logística, comércio, eventos, contabilidade, serviços jurídicos, eletrotécnica e eletromecânica.

Secretarias estão integrando a EJA à EPT para formar pessoas com mais de 18 anos que ainda não concluíram a educação básica.



A Secretaria de Educação maranhense contou com o apoio do Itaú Educação e Trabalho na concepção do Ejatec, desenho curricular e formação para professores, a fim de ampliar a oferta da rede estadual, e firmou parceria com o Sebrae para formação docente em “projeto de vida” e empreendedorismo, acompanhamento pedagógico e distribuição de material didático para educadores e estudantes. O setor produtivo foi parceiro na produção de levantamentos de demanda e oferta de cursos.

Antes da implantação, houve um esforço de planejamento. A escolha dos cursos oferecidos se deu após o cruzamento das informações do diagnóstico do potencial econômico local e da análise da capacidade já instalada na rede para oferta de EPT, junto com o interesse dos estudantes e a necessidade de formação técnica local. Foram priorizadas as escolas que já ofereciam a EJA e que também estão desenvolvendo o piloto de implantação do novo ensino médio no Maranhão. A Secretaria de Educação envolveu ainda os gestores escolares na criação do calendário dos cursos, mapeamento de professores e organização da proposta curricular. “Esse currículo traz uma formação específica que favorece encaminhamentos na vida estudantil e engajamentos futuros em desenvolvimento pessoal, social e profissional”, avalia Josélia Silva Castro, supervisora de educação profissional.

EPT à distância para ampliar alcance

O acesso à educação profissional à distância em Pernambuco foi ampliado a partir de 2020 por meio do ingresso universal, sem processo seletivo, nem limite de vagas, o que significa que qualquer cidadão que esteja no segundo ano do ensino médio ou que tenha concluído a educação básica pode participar das formações. Basta que os alunos acessem o edital de abertura das vagas no site da Secretaria de Educação, inscrevam-se no curso desejado e apresentem o comprovante de escolaridade.

Os cursos EAD são oferecidos pela recém-criada Etepac (Escola Técnica Estadual Professor Antônio Carlos Gomes da Costa), uma unidade específica para essa modalidade, sediada no Recife. Ela tem uma equipe gestora e de educadores, como nas demais escolas, e conta com equipe e estrutura moderna e específica para a atuação com a EAD, a exemplo de estúdio de gravação, profissionais de audiovisual, que produzem e editam os vídeos das aulas, bem como designers instrucionais que asseguram uma boa navegação na plataforma de acesso aos conteúdos. A escola é responsável pelo vínculo e alinhamento com os 114 polos de apoio presencial, localizados em 67 municípios de Pernambuco.

Um dado positivo vem também do acelerado processo de expansão da Rede Estadual de Educação Profissional de Pernambuco desde 2010. Isso permitiu ao estado atender, em 2020, a 62.564 estudantes em cinco formas de oferta: presencial e integrada ao ensino médio ou subsequente; nas modalidades à distância no contraturno ou subsequente; articulada ao ensino médio.

A escolha dos cursos técnicos ocorre com base em critérios fundamentais. São considerados os estudos dos arranjos produtivos locais, realizados em parceria com a Condepe/Fidem, assim como a oferta já existente nos institutos federais, no Sistema S e pelas próprias ETes numa mesma região de desenvolvimento. São igualmente levadas em conta a oferta de postos de trabalho naquela localidade, a demanda da população conforme os últimos processos seletivos, as especificidades de infraestrutura das escolas e a disponibilidade de professores. Além disso, um mapeamento lista os novos empreendimentos que estão sendo instalados na região.

O ensino médio articulado à educação profissional teve início em Pernambuco no ano de 2016. A proposta era lançar cursos técnicos, na modalidade de EAD, aos estudantes das Erem (Escolas de Referência em Ensino Médio). O programa busca a integração dos conhecimentos de conteúdos tradicionais com os técnicos. Para isso, a pasta desenvolve os IACs (Instrumentos de Articulação Curricular), ou seja, um conjunto de

orientações curriculares elaborado pelos professores da rede que atuam na formação básica comum, em conjunto com os coordenadores dos cursos técnicos EAD da ETE Professor Antônio Carlos Gomes da Costa.

Para cada curso técnico ou FIC é produzido um IAC, que contém a descrição do curso, seus módulos, o ano letivo em que cada conteúdo é trabalhado e a indicação de como ele dialoga com os conhecimentos tradicionais. Com o IAC, os professores da formação geral e técnica têm um documento que os orienta sobre como unir teoria e prática, pois o material já indica quais são os pontos de contato encontrados para serem articulados.

“Nesse processo, os educadores buscam conectar os conteúdos trabalhados tanto pelos professores das áreas tradicionais, quanto pelos de formação técnica. Um aluno pode estar com dificuldades nos cursos FICs de lógica de programação ou de banco de dados, e, para que a aprendizagem ocorra, o professor de matemática pode ser acionado para propor atividades que reforcem conteúdos de lógica ou de logaritmo, essenciais para essa formação técnica”, explica Maria Medeiros, secretária executiva de educação profissional de Pernambuco.

A ampliação e diversificação da oferta são preocupações presentes em Santa Catarina, na medida em que, desde 2003, a Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) vem oferecendo ensino médio articulado ao técnico, em modalidade integral, para cerca de 5 mil alunos, em doze unidades do Senai. O aluno faz duas matrículas e conta com um currículo composto por 1.200 horas em áreas industriais e outras 1.200 de currículo básico, construído por meio de planejamento em conjunto dos profissionais e de práticas pedagógicas interligadas.

A proposta-piloto, de curso técnico em informática, foi testada no município de Criciúma, em período parcial, com a vantagem de oferecer conteúdos das bases regular e técnica articulados. O curso segue uma metodologia que instiga os jovens a se envolverem em diferentes situações de aprendizagem, sejam eles projetos, desafios ou tutorias.

As escolas de tempo integral catarinenses estão apostando em atividades extras de contraturno para motivar os estudantes, os quais têm disciplinas de *coaching* e carreira e outras práticas chamadas de “clubes”: Clube Enem, com oficinas preparatórias, “aulões”, simulados; Clube Inglês, com programa de idiomas; Clube Maker, com laboratórios abertos, projeto de startup, projeto de robótica e aulas de música e dança.

COLABORAÇÃO IMPRESCINDÍVEL DO GOVERNO FEDERAL

Efetivar a todos os jovens o direito assegurado por lei a uma educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio exigirá a cooperação do governo federal com os estados. Para fortalecer as políticas públicas voltadas à EPT, a União deve apoiar técnica e financeiramente as secretarias de Educação em regime de colaboração.

As atuais experiências de EPT são fruto do conhecimento adquirido anteriormente pelas redes de ensino no processo de ampliação da oferta do ensino médio em tempo integral, quando o MEC criou políticas para esse aumento de carga horária. A partir de agora, técnicos e gestores públicos, educadores e estudantes precisam ter a segurança de que as ações vigentes no novo ensino médio não corram o risco de ser interrompidas por determinado contexto ou conjuntura política, como infelizmente demonstra o histórico de descontinuidade das políticas educacionais no Brasil.

O desafio de assegurar a EPT como política de Estado requer do governo federal um empenho considerável, sobretudo de financiamento. Os recursos são fundamentais para que as escolas que agora começam a funcionar em um novo modelo possam continuar existindo, ampliando e qualificando a oferta da etapa ano a ano com infraestrutura adequada, insumos suficientes e equipes executoras bem preparadas.

Ambiente acolhedor para engajar alunos

Ao longo da infância e da adolescência, crianças e jovens passam boa parte da vida na escola. É nesse espaço que aprendem a ser cidadãos, que constroem vínculos e amizades, que aprendem a atuar na esfera pública e a colocar em prática valores éticos, de justiça, solidariedade e respeito. São aprendizagens um pouco distintas daquelas construídas no ambiente familiar na esfera privada.

Os vínculos criados entre alunos e professores mostram-se fundamentais para que os estudantes se sintam acolhidos e mantenham o interesse em aprender e continuar os estudos. Análise do *Pisa em foco* no 100 de 2018 corrobora essa premissa ao indicar que a maioria dos adolescentes deseja fortes laços sociais e valoriza a aceitação, o cuidado e o apoio de outras pessoas. “Os adolescentes que sentem que fazem parte de uma comunidade escolar também estão mais motivados a aprender e, como resultado, mais propensos a ter um bom desempenho na escola”, diz o documento.

A maioria das experiências apresentadas aqui é realizada em escolas de ensino médio de tempo integral que procuram integrar a EPT com demais conteúdos. Em muitas delas, existe um enorme cuidado com formação e garantia de condições para que os docentes possam se dedicar exclusivamente a uma única escola, como é o caso das Eremis no Ceará. Com isso, os educadores têm mais tempo, formação, foco e disposição para se constituírem como pontos de apoio para o desenvolvimento acadêmico, profissional e cidadão dos estudantes.

Em outra análise do *Pisa em foco*, dessa vez o no 71, de 2017, mostra-se que há menos prevalência de bullying em unidades escolares cujos alunos descreveram um melhor ambiente disciplinar na sala de aula e naquelas em que os alunos percebem que seus professores os tratam com justiça. O dado sinaliza que as escolas só podem funcionar como comunidades solidárias se seus professores forem envolvidos, mobilizados e estiverem cientes de seu papel.

Nesse momento de desenvolvimento de uma EPT emancipatória, uma peça-chave é a valorização docente, o que demanda investimento expressivo nas formações inicial e continuada e melhoria das condições de trabalho. São os professores que podem mobilizar e fazer a diferença para que milhões de alunos escolham quais caminhos trilhar, seja no âmbito profissional, seja enquanto cidadãos.

O depoimento de Sofia Pietra Ribeiro Rodrigues, de 16 anos, aluna do CEM (Centro de Ensino Médio) 03 de Taguatinga, no Distrito Federal, indica que a oferta de uma EPT emancipatória é mobilizadora e transformadora: *“Faço curso técnico em administração no Senac e estou achando muito interessante a ideia de fazermos o ensino médio básico (em três dias na semana) e termos a opção de fazer um curso técnico (dois dias na semana) no mesmo horário de aula. É um diferencial nas escolas concluirmos o ensino médio com um certificado e conhecimento técnico, podendo já entrar no mundo do trabalho e sem contar que esse certificado técnico vale nacional e internacionalmente”*.

✓ EM SÍNTESE

- Participação ativa dos setores público e privado no apoio às redes estaduais de ensino permite que a implantação do novo ensino médio seja mais eficaz.
- AP, CE, SC e SE esforçam-se para identificar as profissões do futuro e os setores e regiões que carecem de profissionais especializados.
- BA aposta em itinerário contínuo que conecta ensino médio integrado ao técnico com o curso superior.
- Mapeamentos e escutas das secretarias do DF, SP e AP confirmam o desejo dos jovens de adquirirem conhecimentos de EPT na etapa secundária de ensino.
- Secretarias de SP e MS estão revisando seus currículos para adequá-los à BNCC e à oferta da EPT, com novas propostas de certificação e de cursos semestrais.
- MS garante às escolas mais autonomia para a contratação de professores e SC investe na participação dos educadores como autores da política pública.
- Parcerias entre órgãos do próprio estado para o aumento e a melhoria da oferta de formação profissional e técnica têm sido adotadas por SP, PE, CE e AP.
- Modelos variados de execução prática da política do novo ensino médio aparecem no DF, MS e PB.
- Com políticas conectadas ao setor produtivo estadual, PB, CE e PE permitem ao jovem uma entrada no mundo formal de trabalho.
- A construção do projeto de vida do jovem, essencial para traçar seu futuro, tem sido objeto de atenção no DF e ES.
- EJA integrada à EPT, para pessoas a partir de 18 anos com ensino fundamental completo e que não concluíram a educação básica, está em foco em SE, MA e SC.
- PE oferece EPT à distância para ampliar a formação de profissional e técnica no estado, enquanto SC aposta em modalidade integral com atividades extras de contraturno escolar.
- Vínculos entre alunos e professores são fundamentais para que os estudantes se sintam acolhidos e inspirados e mantenham o interesse em aprender e em continuar os estudos.

Considerações finais

Todo jovem brasileiro tem o direito constitucional à educação cidadã e à formação para o trabalho. Mas a realidade mostra que a maioria não tem esse direito assegurado: ainda são poucos os que concluem a educação básica e menos ainda os que acessam e terminam a universidade ou outro tipo de formação após o ensino médio.

Como consequência, milhões de meninos e meninas não têm tido condições dignas de inserção produtiva, o que prejudica sua vida atual e futura, assim como o desenvolvimento do próprio Brasil, interligado a um mundo de competição global acirrada e de mudanças tecnológicas aceleradas.

A educação profissional e tecnológica representa, nesse cenário, um caminho real, possível e potente para a formação dos jovens. Dezenas de cursos técnicos no país hoje podem operar como uma etapa ou um trampolim para que os estudantes prossigam se formando nas próximas décadas, como já ocorre nos países desenvolvidos, numa perspectiva de formação contínua ao longo da vida, cada vez mais exigida pelo mundo do trabalho.

Uma EPT emancipatória, ao desenvolver as diversas habilidades e competências para a vida e para as profissões, gera autonomia e horizontes para o jovem e o torna mais preparado para seu projeto de vida e para lidar com as constantes mudanças na sua carreira e trajetória. Porém, para que ela de fato aconteça, escolas, empresas, estados, governo federal e organizações da sociedade civil devem estar de mãos dadas para executar os ajustes e as modernizações necessárias. O momento histórico pede uma educação efetivamente conectada a este milênio, repleto de incertezas, mas também de possibilidades.

O quinto itinerário formativo do novo ensino médio, dedicado à formação para o trabalho, está ampliando as chances de inclusão produtiva de milhões de jovens e também responde a um desejo deles próprios de aprenderem mais sobre a vida laboral. Sua implantação vem demandando uma série de medidas intersetoriais. Elas devem garantir financiamento, infraestrutura, formação inicial e continuada do professor, apoio ao docente e gestores, análise do potencial econômico local, exame das necessidades do setor produtivo estadual, parcerias diversas, consulta aos jovens sobre suas predileções, criação e ajustes de currículos, além de acompanhamento e avaliação das experiências para o aperfeiçoamento posterior da política pública.

Já existem bons exemplos de EPT emancipatória em andamento nos estados, os quais podem ser motivadores para os demais, mas ainda há um longo caminho no país para a ampliação e a qualificação da oferta, extrapolando o raio das poucas ilhas de excelência existentes. Sem formar e apoiar devidamente suas juventudes com políticas sólidas, nem reduzir as vergonhosas e persistentes desigualdades educacionais, que têm recortes socioeconômico, de raça e de gênero, o Brasil continuará pagando um altíssimo custo social, desperdiçando talentos e perdendo a oportunidade de prosperar e de ocupar um lugar de destaque no planeta.

O futuro para o jovem brasileiro poderá ser otimista ou pessimista, restrito ou promissor, conforme as decisões e ações do país no presente. Ainda há tempo de aproveitar o bônus demográfico de força produtiva que se esvaírá em torno de 2025, quando o elevado número de jovens começará a diminuir e a população brasileira passará a envelhecer mais.

O antídoto para interromper a espiral de exclusão dos jovens brasileiros passa, portanto, pelo diálogo, compromisso e cooperação entre diferentes setores, construção conjunta e apoio mútuo, envolvendo desde os formuladores até os executores da política em

seus diferentes níveis, o setor produtivo, instituições acadêmicas, organizações não governamentais, famílias, estudantes e a sociedade como um todo.

Cheios de sonhos e esperanças, moças e rapazes escutados para a escrita deste livro e líderes mundiais como Malala Yousafzai e Greta Thunberg já mostraram, em alto e bom som, a potência da voz dos jovens e seu poder de transformação. Que o Brasil ouça e considere essas vozes e coloque seus mais de 50 milhões de jovens no centro de seu desenvolvimento com prioridade absoluta. A formação profissional inovadora e emancipatória é um dos vetores dessa mudança tão necessária. E já não é mais possível esperar. A urgência está dada. O convite está feito. É hora de seguir.

*Compromisso,
cooperação e
apoio de todos são
importantes para
reverter o quadro
de exclusão do
jovem brasileiro.*



Referências bibliográficas

11,8% DOS JOVENS com menores rendimentos abandonaram a escola sem concluir a educação básica em 2018. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 6 nov.2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25885-11-8-dos-jovens-com-menores-rendimentos-abandonaram-a-escola-sem-concluir-a-educacao-basica-em-2018>. Acesso em: 26 jun. 2020.

8 TENDÊNCIAS MUNDIAIS de educação para 2020. *Fundação Telefônica Vivo*, São Paulo, 24 jan. 2018. Disponível em: <http://fundacaotelefonica-vivo.org.br/noticias/8-tendencias-mundiais-de-educacao-para-2020/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

9 QUESTÕES PARA VOCÊ SABER sobre realidade virtual na educação. *Fundação Telefônica Vivo*, São Paulo, 24 abr. 2018. Disponível em: <http://fundacaotelefonica-vivo.org.br/noticias/9-questoes-para-voce-saber-sobre-realidade-virtual-na-educacao/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

A RELAÇÃO DOS JOVENS com o aprendizado e a escola. *UCS Play*. Comportamento e Juventude, Fundação Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://ucsplay.ucs.br/video/a-relacao-dos-jovens-com-o-aprendizado-e-a-escola/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ALEGRIA, Rosa. A reinvenção do planejamento. *Futuro Exponencial*, 28 maio 2018. Disponível em: <https://futuroexponencial.com/reinvencao-planejamento/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ALMEIDA, Cássia; BARBOSA, David. Jovens fora da escola levam Brasil a perder R\$ 151 bilhões por ano. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 maio 2019. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/jovens-fora-da-escola-levam-brasil-perder-151-bilhoes-por-ano-23694366>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ARAÚJO, Laís da Costa Manso Nabuco de; LIMA, Maria Helena de Castro. *Um olhar sobre o ensino técnico no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2018. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/posts/168.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

ARBEX, Daniela. Entrevista com Bernard Charlot. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 4 abr. 2010. Reproduzida em *Educação em foco*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 213-220, set. 2009/fev. 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/10/11-entrevista.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ARCOVERDE, Letícia. Vestibulares incorporam as chamadas “soft skills”. *Valor Econômico*, São Paulo, 23-25 jun. 2018. Empresas, Carreira, B-2. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/ensino-executivo/noticia/2018/06/25/vestibulares-incorporam-as-chamadas-soft-skills.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Competências e empregos: uma agenda para a juventude*, 2018. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTU-GUESE-P156683-CompetenciaseEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

BERMÚDEZ, Ana Carla. Ensino médio melhora, mas não deve bater meta em 2022, dizem analistas. *UOL Educação*, São Paulo, 16 set. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/09/16/ideb-ensino-medio-analise.htm>. Acesso em: 30 set. 2020.

BERNARDO, André. O que pensam os jovens sobre o ensino médio. *Nova Escola*, São Paulo, 1o jun. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/183/o-que-pensam-os-jovens-sobre-o-ensino-medio>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BEZERRA, Sabrina. As profissões que estarão em alta no Brasil em 2020. *Época Negócios*, Rio de Janeiro, 23 dez. 2019. Carreira. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2019/12/profissoes-que-estara-em-alta-no-brasil-em-2020.html>. Acesso em: 9 jul. 2020.

BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR). Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BOTARO, Daniele. E se o trabalho flexível atual for um estopim? *Mit Sloan Review Brasil*, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://mitsloanreview.com.br/post/e-se-o-trabalho-flexivel-fosse-um-estopim>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n. 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

_____. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Revogado pelo Decreto n. 5.154, de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. *Estatuto da juventude*: atos internacionais e normas corretas. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509232>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 23 jun. 2020.

_____. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a LDB, regulamenta o Fundeb, e institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. *Diário Oficial da União*, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. MEC/CNE. Parecer homologado, Portaria n. 1.348. Institui a Base Nacional Comum Curricular do ensino médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 33, 17 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103561-pcp015-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 9 jul. 2020.

_____. MEC/CNE/CEB. Resolução n. 3, de 22 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. MEC/CNE/CEB. Resolução n. 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-r-ceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dispõe sobre a contratação de jovens aprendizes por empresas. *Diário Oficial da União*. Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. *Relação anual de informações sociais 2018*. Brasília: Ministério da Economia, 2018. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 2 set. 2020.

CARBONELL, Jaume. *Uma escuela para mañana*. Barcelona: Octaedro, 2008. p. 11.

CARDINI, Alejandra; SANCHEZ, Belén. *Modelos curriculares para o ensino médio*: desafios e respostas em onze sistemas educacionais. São Paulo: Metalivros, 2018. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/uploads/_posts/169.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

CARNEIRO, Júlia Dias. Eleições 2018: os jovens sem oportunidades de trabalho e estudo que serão desafio para próximo presidente. *UOL Economia*, São Paulo, 6 out. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/10/06/os-jovens-sem-oportunidades-de-trabalho-e-estudo-que-serao-desafio-para-proximo-presidente.htm>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CARTA DE CONJUNTURA N. 47, 2. trimestre de 2020, Seção III, Economia Agrícola. Brasília: Ipea; Dimac, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200526_economia_agricola.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

CBO (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES). Disponível em: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

CEDEFOP (CENTRO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL). União Europeia: Grécia. Disponível em: <https://www.cedefop.europa.eu/pt>. Acesso em: 5 ago. 2020.

CENTRO PAULA SOUZA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Governo do estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/>. Acesso em: 3 jul. 2020.

CGEE (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS). *Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras*. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/CGEE_Mapas_Web_12022016_10255.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

CHIAMARELI, Carla Christine. Apresentação: In: _____ *Educação profissional e tecnológica no novo ensino médio: caminhos possíveis para oferta do V itinerário de flexibilização curricular* São Paulo: Itaú BBA, 17 dez. 2019. (Material interno).

CNCT (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS). 3. ed. Brasília: Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 23 jun. 2020.

_____. 4. ed. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogos-nacionais-de-cursos-tecnicos>. Acesso em: 5 ago. 2020.

COALIZÃO PARLAMENTAR PELA EDUCAÇÃO. *4o Webinar da Coalizão Parlamentar pela Educação: educação para a inclusão produtiva no Brasil pós-pandemia*. Brasília, 29 maio 2020. Disponível em: <http://profisrael.com.br/4o-webinar-de-educacao-vai-discutir-o-ensino-tecnico/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

COELHO, José Ricardo Roriz. *Macrotendências mundiais*. São Paulo: Fiesp e Ciesp, Departamento de Economia, Competitividade e Tecnologia, ago. 2018. Disponível em: <https://61d.com.br/wp-content/uploads/2018/09/MACROTENDE%CC%82NCIAS-MUNDIAIS-FIESP-CIESP.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. *Comissão apresenta a Agenda Europeia de Competências para a competitividade sustentável, justiça social e resiliência*. União Europeia, 1º. jul. 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=1223&furtherNews=yes&newsId=9723>. Acesso em: 31 ago. 2020.

COMO REORGANIZAR O ENSINO MÉDIO para melhorar a educação dos jovens. *Fundação Telefônica Vivo*, São Paulo, 27 jun. 2019. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/educacao-do-seculo-xxi/como-reorganizar-o-ensino-medio-para-melhorar-a-educacao-dos-jovens/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CONFIRA A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO do novo currículo do ensino médio de São Paulo. Portal do Governo de São Paulo, São Paulo, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/configura-integra-documento-novo-curriculo-ensino-medio-de-sao-paulo/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CONHEÇA OS NOVOS 17 OBJETIVOS de desenvolvimento sustentável da ONU. Brasília: ONU, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CONJUVE (CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE) et al.. *Juventudes e a pandemia do coronavírus*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.juventudeseapandemia.com/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CONSED (CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO). Frente currículo e ensino médio: currículo e novo ensino médio. Disponível em: <http://www.consed.org.br/consed/gt-ensino-medio/documentos-do-ensino-medio>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Itinerário formativo: formação técnica e profissional, São Paulo, set. 2019. Disponível em: <http://www.consed.org.br/media/download/5d84ec6f5c8de.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. *Novo ensino médio*. Disponível em: <http://www.consed.org.br/media/download/5d10d876983c3.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

CURSOS SESI E SENAI. Disponível em: <https://cursos.sesisenai.org.br/>. Acesso em: 29 set. 2020.

DANIELE, Adeline. 41% dos jovens querem trabalhar em uma empresa flexível. *Exame*, São Paulo, 30 mar. 2015. Carreira. Disponível em: <https://exame.com/carreira/41-dos-jovens-querem-trabalhar-em-uma-empresa-flexivel/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

DELORS, J. Os 4 pilares da Educação. In: _____. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2. ed.. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/Unesco, 2003. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

EDUCAÇÃO JÁ! Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/iniciativa-educacao-ja>. Acesso em: 26 jun. 2020.

EDUCAÇÃO NO ESTADO ORIENTA JOVENS ao empreendedorismo. Portal da Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/horizontes-da-inovacao/noticias/educacao-no-estado-orienta-jovens-ao-empreendedorismo>. Acesso em: 3 set. 2020.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CRESCE EM 2019 e alcança 1,9 milhão de matriculados; mulheres são maioria. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 7 fev. 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/educacao-profissional-cresce-em-2019-e-alcanca-1-9-milhao-de-matriculados-mulheres-sao-maioria/21206. Acesso em: 9 jul. 2020.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT). Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 11 set. 2020.

EDUCAÇÃO: PROGRAMA OUSE CRIAR inova em empreendedorismo. Portal da Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/horizontes-da-inovacao/noticias/educacao-programa-ouse-criar-inova-em-empreendedorismo>. Acesso em: 3 set. 2020.

EFEITO PIGMALEÃO. Direção: Mehdi Idir e Grand Corps Malade. Produção: Mandarin Production, França, 2019.

ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL: formação de educadores para a articulação de currículos técnico-profissionais e projetos empreendedores São Paulo: Fundação Itaú para Educação e Cultura 2020. (Material interno).

ESCOLA TÉCNICA DO SUS. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.etsus.ms.gov.br/cursos/>. Acesso em: 10 set. 2020.

ESTUDANTES PROTAGONIZAM PARTICIPAÇÃO na mudança estrutural do ensino médio. Portal do Governo do Amapá, Macapá, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1408/estudantes-protagonizam-participacao-na-mudanca-estrutural-do-ensino-medio>. Acesso em: 26 ago. 2020.

FAJARDO, Vanessa. Entenda a reforma do ensino médio. *G1 São Paulo*, 8 fev. 2017. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FERES, Marcelo. *Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o ensino médio*. Brasília, 2018. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/EPT_Estudo_MarceloFeres.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

FERRAZ ABRE ANO letivo no CEMI Gama. Portal da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasília, 9 fev. 2020. Disponível em <http://www.educacao.df.gov.br/ferraz-abre-ano-letivo-no-cemi-gama/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

FGV-SP. Webinar Perspectivas dos concluintes do ensino médio no contexto da pandemia. *Youtube FGV*, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7vTKZv7ysbM>. Acesso em: 26 ago. 2020.

FIES (FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL). Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://fies.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

FIESP (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO). Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/>. Acesso em: 23 set. 2020.

FLACSO-BRASIL (FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS); OEI (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA); MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). *Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?* Brasília, 2015. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 2016. *O futuro do trabalho: estratégia de emprego, habilidades e força de trabalho para a quarta Revolução Industrial*. Suíça, 2016. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 2018. *O futuro do trabalho*. Suíça, 2018. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2018.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

FRENTE CURRÍCULO E NOVO ENSINO MÉDIO et al.. *Coletânea de materiais. Frente currículo e novo ensino médio do Consed*. São Paulo, fev. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1phN2UY3ZaysAVgScDi-DtzGsembcs4Ku0/view>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FUNDAÇÃO ESTUDAR; A. KARTA. *O impacto dos jovens nas organizações*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://akarta.com.br/pesquisa-o-im-pacto-dos-jovens-nas-organizacoes/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; INSPER. Webinar Consequências da violação do direito à educação. *Youtube Canal Futura*, 14 jul. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D_G824xna7g. Acesso em: 14 jul. 2020.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; PLANO CDE. *Juventudes, educação e projeto de vida*. Rio de Janeiro e São Paulo, 2020. Disponível em: <https://frm.org.br/sem-categoria/pesquisa-juventudes-educacao-e-projeto-de-vida/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO et al. *Juventudes e conexões*. 3. ed. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/juventudes-e-conexoes-3edicao-completa.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FUTURISMO PODE REINVENTAR a escola e ajudar a preparar os alunos. *Fundação Telefônica Vivo*, São Paulo, 5 out. 2018. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/futurismo-pode-reinventar-a-escola-e-ajudar-a-preparar-os-alunos/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FVC (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA); CEBRAP (CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO). O que os jovens de baixa renda pensam sobre a escola. *Série Estudos & Pesquisas Educacionais*, São Paulo, n. 4, p.167-204, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Haroldo_Torres/publication/273955346_O_que_os_jovens_de_baixa_renda_pensam_sobre_a_escola/links/551160a90cf24e9311ce2388/O-que-os-jovens-de-baixa-renda-pensam-sobre-a-escola.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

GASPARINI, Claudia. Feliz ou perdido? Como o jovem do Brasil encara o trabalho. *Exame*, São Paulo, 13 set. 2016. Carreira. Disponível em: <https://exame.com/carreira/feliz-ou-perdido-como-o-jovem-do-brasil-encara-o-trabalho/?fbclid=IwAR0R2k6j3NBIMg2rQj2bGAve93rIfahGd-nuTti1AXfYFWF2iaFBDWUYvdNg#1>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GERAÇÃO Z SERÁ MAIORIA EM 2019. *Época Negócios*, Rio de Janeiro, 26 ago. 2018. Mundo. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/08/geracao-z-sera-maioria-em-2019.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

GIVORD, Pauline. As expectativas de carreira dos alunos estão alinhadas com suas habilidades? *Pisa in focus*, Paris, n. 104. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/ed790c76-en>. Acesso em: 26 ago. 2020.

HENNEBELLE, Isabelle. Qui travaillera demain?, une conférence du “Monde”, le 6 février, à Paris. *Le Monde*, Paris, 6 fev. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/economie/article/2020/02/06/qui-travaillera-demain-une-conference-du-monde-le-6-fevrier-a-paris_6028588_3234.html. Acesso em: 31 ago. 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua*: primeiro trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. p. 34 e 36. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_1tri.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. *PNAD contínua anual – Educação 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. *PNAD contínua trimestral: desocupação cresce em 12 e fica estável em 15 UFs no 1º trimestre de 2020*. 15 maio 2020. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27707-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-12-e-fica-estavel-em-15-ufs-no-1-trimestre-de-2020>. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. *PNAD Educação 2019: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio*. 15 jul. 2020. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. *Projeções da população do Brasil e unidades da federação por sexo e idade simples: 2010-2060*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=21830&t=resultados>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019. 128 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

IBGE: TAXA DE DESEMPREGO de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre. *UOL Economia*, São Paulo, 15 maio 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/15/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre.htm>. Acesso em: 26 jun. 2020.

IDADOS. *Transição da escola para o trabalho*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://idados.id/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio-Transi%C3%A7%C3%A3o-da-Escola-para-o-Trabalho.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

IDOETA, Paula Adamo. Trabalhos dos sonhos de jovens de hoje correm risco de não existir no futuro, diz OCDE. *UOL Economia*, São Paulo, 22 jan. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/01/22/ocde-trabalhos-dos-sonhos-de-jovens-de-hoje-correm-risco-de-nao-existir-no-futuro.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INDICADOR APRESENTA DISTORÇÃO idade-série para ensino fundamental e médio. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 28 fev. 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/indicador-apresenta-distorcao-idade-serie-para-ensino-fundamental-e-medio/21206. Acesso em: 5 de ago. de 2020.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). *Censo da educação básica 2019: resumo técnico*. Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6874720. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

_____. *Censo da educação básica 2018*. Brasília, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6386080. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. *Censo da educação superior 2018: notas estatísticas*. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. *Desempenho do ensino médio melhora no Saeb 2019*. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 15 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/desempenho-do-ensino-medio-melhora-no-saeb-2019>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. *Governo federal lança plataforma de cursos gratuitos de qualificação profissional*. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/governo-federal-lanca-plataforma-de-cursos-gratuitos-de-qualificacao-profissional>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. *Resumo técnico: resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Deed (Diretoria de Estatísticas Educacionais). Brasília: Inep/Ministério da Educação, 2020. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaI_ideb/planilhas_para_download/2019/resumo_tecnico_ideb_2019_versao_preliminar.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. *Sinopse estatística da educação básica 2019*. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. *Sinopse estatística da educação superior 2018*. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 2019a. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. *Sistema de avaliação da educação básica – Saeb 2017*. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 2019b. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/resultados>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. *Sistema de avaliação da educação básica (Saeb)*. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb>. Acesso em: 29 set. 2020.

INSPER; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Consequências da violação do direito à educação*. São Paulo e Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: www.frm.org.br/indicadoresdeconsequencia. Acesso em: 5 ago. 2020.

INSTITUTO UNIBANCO. Observatório de educação: ensino médio e gestão. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. Quem são os jovens fora da escola. *Aprendizagem em foco*, São Paulo, n. 5, fev. 2016. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5>. Acesso em: 26 de jun. de 2020.

_____. Um novo futuro para o ensino técnico, *Aprendizagem em foco*, São Paulo, n.. 27, maio 2017. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/27/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IPEA; ASSECOR. *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea/Assecor, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portaI/images/stories/PDFs/livros/livros/170606_brasil_2035_cenarios_para_desenvolvimento.PDF. Acesso em: 17 ago. 2020.

LOMONACO, Beatriz Penteado. *A relação com o saber de alunos da zona rural de um município da Serra da Mantiqueira*. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2003. 105p. Relatório de pós-doutorado. Supervisão de Leandro de Lajonquière.

LOPES, Marina; OLIVEIRA, Vinícius de. Jovens querem escola com participação, atividades práticas e tecnologia. *Porvir*, São Paulo, 22 set. 2016. Disponível em: <https://porvir.org/jovens-desejam-uma-escola-participacao-atividades-praticas-tecnologia/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MAIS EDUCAÇÃO para jovens de 15 a 17 anos no ensino fundamental. *Educação Integral*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/jovens-de-15-a-17-anos>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MARLI, Mônica. No Brasil, cerca de 11 milhões de jovens não estudam e nem trabalham. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 29 out. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE; MCKINSEY & COMPANY. *O futuro do trabalho na Europa*: automação, transições da força de trabalho e mudança na geografia do emprego. Amsterdã, Munique, Washington DC, São Francisco, jun. 2020. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Featured%20Insights/Future%20of%20Organizations/The%20future%20of%20work%20in%20Europe/MGI-The-future-of-work-in-Europe-discussion-paper.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MEC ESTABELECE REFERENCIAIS para formulação dos itinerários formativos do ensino médio. *G1 São Paulo*, 5 abr. 2019. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/05/mec-estabelece-referenciais-para-formulacao-dos-itinerarios-formativos-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. *As estatísticas da educação profissional e tecnológica*: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Inep 2019. (Série documental, v. 45). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100061.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MORRONE, Beatriz; VARELLA, Gabriela. Sensação de despreparo é o que mais atrapalha o desenvolvimento dos jovens, diz pesquisa. *Época*, Rio de Janeiro, 15 fev. 2017. Educação. Disponível em: <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/02/sensacao-de-despreparo-e-o-que-mais-atrapalha-o-desenvolvimento-dos-jovens-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MOURSHED, Mona; FARRELL, Diana; BARTON, Dominic. *Education to employment*: designing a system that works. McKinsey Center for Government, 2012. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/industries/public%20and%20social%20sector/our%20insights/education%20to%20employment%20designing%20a%20system%20that%20works/education%20to%20employment%20designing%20a%20system%20that%20works.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MULTIFOCUS; TODOS PELA EDUCAÇÃO; ITAÚ BBA; BID. *Repensar o ensino médio*. São Paulo, maio 2017. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/131.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

NERI, Marcelo. *Juventude e trabalho*: qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos nem-nem? Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/juventude-trabalho>. Acesso em: 29 jun. 2020.

NONATO, Raquel Sobral. *Roda de conversa o futuro do trabalho*: grandes tendências e recomendações de política. São Paulo: Sistematização, Itaú BBA, 7 jun. 2019. (Material interno).

NOVO ENSINO MÉDIO – perguntas e respostas. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

NUNCA ME SONHARAM. Direção: Cacau Rhoden. Produção: Maria Farinha Filmes, Brasil, 2017.

O DESAFIO DE MANTER JOVENS no ensino médio, principal obstáculo à universalização da educação. *G1 São Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2019. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/20/o-desafio-de-manter-jovens-no-ensino-medio-principal-obstaculo-a-universalizacao-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2020.

OECD. *Education at a glance 2017: OECD indicators*. Paris: OECD Publishing, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2017-en>. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. Are students happy?: Pisa 2015 results: students “well-be”, *Pisa in focus*, Paris, n. 71, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/3512d7ae-en>. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. *Pisa 2018 results: combined executive summaries*, 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/pisa/Combined_Executive_Summaries_PISA_2018.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. Avvisati, F., Pisa 2018 results: “Have students’ feelings of belonging at school waned over time?”, *Pisa in focus*, Paris, n. 100, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/bdde89fb-en>. Acesso em: 15 out. 2020.

OIT. *Global employment trends for youth 2017: paths to a better working future*. International Labour Office. Genebra: ILO, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598669.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. *Global employment trends for youth 2020: technology and future of jobs*. International Labour Office. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_737648.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. *Trabalho para um futuro mais brilhante*. Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho, Escritório Internacional do Trabalho. Genebra: OIT, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/438383413/OIT-Trabalho-para-um-futuro-mais-brilhante-2019-pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

OIT DEBATE INCLUSÃO de jovens em postos de trabalho do futuro. Brasília: ONU, 8 maio 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-debate-inclusao-de-jovens-em-postos-de-trabalho-do-futuro/>. Acesso em: 3 set. 2020.

ONU. *Agenda 2030 das Nações Unidas*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 17 set. 2020.

OS JOVENS E O SENTIDO do trabalho. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://patrocinados.estadao.com.br/o-que-o-brasil-quer/pessoas/os-jovens-e-o-sentido-do-trabalho/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

OTTA, Lu Aiko. Metade dos jovens brasileiros têm futuro ameaçado, alerta Banco Mundial. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 7 mar. 2018. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,metade-dos-jovens-brasileiros-tem-futuro-ameacado-alerta-banco-mundial,70002217121>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PASSARELLI, Hugo. Sucesso do Ceará em educação inspira 8 estados. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 jul. 2019. Brasil. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/07/12/sucesso-do-ceara-em-educacao-inspira-8-estados.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PASTORE, José. Como será o trabalho do futuro? *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 25 jan. 2018. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,como-sera-o-trabalho-do-futuro,70002164445>. Acesso em: 19 ago. 2020.

_____. Você perderá seu emprego para a automação? *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2020. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,voce-perdara-seu-emprego-para-a-automacao,70003178089>. Acesso em: 19 ago. 2020.

PEREIRA FILHO, Bernardo de Aguiar. *Futuros: da descoberta pela consciência à exposição midiática*. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4406/1/Bernardo%20de%20Aguiar%20Pereira%20Filho.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PESQUISA APONTA PAPEL e impacto de jovens no mercado de trabalho. *Gife*, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://gife.org.br/pesquisa-aponta-papel-e-impacto-de-jovens-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PESQUISA FEITA EM 19 países mostra como as gerações X, Y e Z são diferentes. *Época Negócios*, Rio de Janeiro, 8 set. 2017. Carreira. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/09/pesquisa-feita-em-19-paises-mostra-como-geracoes-x-y-e-z-sao-diferentes.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

PIB DO AGRONEGÓCIO cresce 3,81% em 2019. *PIB do Agronegócio*, 6 mar. 2020. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/boletins/sut_pib_dez_2020.5mar2020vf.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

PINHEIRO, Tatiana. Bernard Charlot: ensinar com significado para mobilizar os alunos. São Paulo: NCE-USP, 24 jun. 2009, reproduzido de Nova Escola. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/?wcp=/novidades/informe,7,1111>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PLANO CDE; ITAÚ BBA EDUCAÇÃO. Apresentação. In: _____. *Futuro do trabalho*: grandes tendências e recomendações de política, São Paulo, 2019. (Material interno).

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Distribuição das despesas por programas de governo*: Pronatec. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.portal-transparencia.gov.br/programas-de-governo>. Acesso em: 13 ago. 2020.

PORVIR, INSTITUTO INSPIRARE; REDE CONHECIMENTO SOCIAL. *Nossa escola em (re)construção*. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://porvir.org/nossaescola/>. Acesso em: 1º jul. 2020.

PRO DIA NASCER FELIZ. Direção: João Jardim. Produção: Copacabana Filmes, Brasil, 2005.

PROJETO DE SELEÇÃO AUTOMATIZADA do lixo vence Campus Academy 2018. *G1PB*, João Pessoa, 22 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/campus-festival/2018/noticia/projeto-de-selecao-automatizada-do-lixo-vence-campus-academy-2018.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2020.

PROUNI (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS). Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 2 jul. 2020.

REFERENCIAIS CURRICULARES para a elaboração de itinerários formativos. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/DCEIF.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2020.

RESEGUE, Mariana. O que é ser jovem para você? *UOL Ecoa*, São Paulo, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/02/21/o-que-e-ser-jovem-para-voce.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO TÉCNICO: resultados do índice de desenvolvimento da Educação Básica. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2017/ResumoTecnico_Ideb_2005-2017.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

RIBEIRO, Aline. Cinco profissões do futuro para um Brasil desempregado. *Época*, São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cinco-profissoes-do-futuro-para-um-brasil-desempregado-23632966>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SAEB 2017 REVELA que apenas 1,6% dos estudantes brasileiros do Ensino Médio demonstraram níveis de aprendizagem considerados adequados em Língua Portuguesa. Brasília: Inep/Ministério da Educação, 30 de ago. de 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saeb-2017-revela-que-apenas-1-6-dos-estudantes-brasileiros-do-ensino-medio-demonstraram-niveis-de-aprendizagem-considerados-adequados-em-lingua-portugug/21206. Acesso em: 13 jul. 2020.

SALDAÑA, Paulo; PALHARES, Isabela. Apesar de avanços, abismo entre estados equivale a três anos de aprendizado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 set. 2020. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/apesar-de-avancos-abismo-entre-estados-equivale-a-tres-anos-de-aprendizado.shtml>. Acesso em: 30 set. 2020.

SALDAÑA, Paulo. Abandono escolar entre jovens de 15 a 17 anos é 8 vezes maior entre mais pobres. *Folha de S.Paulo*, Brasília, 6 nov. 2019. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/abandono-escolar-entre-jovens-de-15-a-17-anos-e-8-vezes-maior-entre-mais-pobres.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SANTOS, Micaela Cristina. Como empresas podem se preparar para o futuro e criar negócios inovadores. *Época Negócios*, Rio de Janeiro, 4 set. 2019. Empresa. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/09/como-empresas-podem-se-preparar-para-o-futuro-e-criar-negocios-inovadores.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SCHNEIDER, Andressa. Qual o sentido do trabalho nos dias de hoje? *Inquietaria – 99jobs*, 4 maio 2015. Disponível em: <https://inquietaria.99jobs.com/qual-o-sentido-do-trabalho-nos-dias-de-hoje-3af1f8b84e53>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. *Educação média profissional no Brasil: situação e caminhos*. São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: https://archive.org/details/schwartzman_completo/page/n15/mode/2up. Acesso em: 19 jun. 2020.

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO ABRE ano letivo no CEMI Gama. Portal da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasília, 10 fev. 2020. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/secretario-de-educacao-abre-ano-letivo-no-cemi-gama/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SEMINÁRIO “EDUCAÇÃO JÁ!” DEBATE temas importantes da educação básica. *Fundação Telefônica Vivo*, São Paulo, 21 fev. 2019. Disponível em: <http://fundacaotelefonica vivo.org.br/noticias/seminario-educacao-ja-debate-temas-importantes-da-educacao-basica/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SENAC (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL). Disponível em: <https://www.senac.br/>. Acesso em: 23 set. 2020.

SENAI (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL). Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/>. Acesso em: 23 set. 2020.

SETE TEMAS IMPORTANTES para a educação nos próximos anos. *Fundação Telefônica Vivo*, São Paulo, 16 maio 2019. Disponível em: <http://fundacaotelefonica vivo.org.br/noticias/sete-temas-importantes-para-a-educacao-nos-proximos-anos/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SISUTEC (SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA). Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/sisutec>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SOUZA, Marcelle. Pesquisa acaba com três mitos sobre a juventude e a escola. *UOL Educação*, São Paulo, 15 fev. 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/listas/pesquisa-acaba-com-tres-mitos-sobre-a-juventude-e-a-escola.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

TÉCNICOS POSSUEM MAIOR SALÁRIO do que alguns profissionais de nível superior. Brasília: Central Pronatec, 26 maio 2017. Disponível em: <https://centralpronatec.com.br/cursos-tecnicos/tecnicos-possuem-maior-salario-do-que-alguns-profissionais-de-nivel-superior/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário brasileiro da educação básica 2020*. São Paulo: Moderna, 2020. E-book. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/456.pdf?1969753478/=utm_source=content&utm_medium=site-todos. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Em 10 anos, aprendizado adequado no ensino médio segue estagnado, apesar dos avanços no 5º ano do fundamental. 21 mar. 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/meta-3-em-10-anos-aprendizado-adequado-ensino-medio-segue-estagnado-avancos-5-ano-fundamental>. Acesso em: 13 jul. 2020.

TRINDADE, Alessio et al. (org.) *Articulação curricular e projetos empreendedores: uma prática inovadora na rede pública estadual da Paraíba*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, Secretaria de Educação, 2018.

UNIÃO EUROPEIA – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E JUVENTUDE. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/education-training-youth_pt. Acesso em: 3 set. 2020.

VEJA DEPOIMENTOS de pessoas que fizeram cursos técnicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 ago. 2016. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/08/1808690-veja-depoimentos-de-pessoas-que-fizeram-cursos-tecnicos.shtml?origin=uol>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VENTURI, Gustavo; TORINI, Danilo; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho decente e juventude*: transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil. Genebra: OIT, Work4Youth Publication Series, n. 25, 2014. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_526223.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

VIANA, Diego. Um futuro de empregos em colapso. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 nov. 2019. Caderno Eu&. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2019/11/22/um-futuro-de-empregos-em-colapso.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2020.

Este livro foi diagramado em
fonte Itaú text 9,8pt.
Miolo em papel couché
fosco 115g/cm² e capa em
Duodesign 300 g/m².



Educação
e Trabalho